



Faustino Teatino Cavalcante Neto

**FAUSTINO TEATINO CAVALCANTE NETO
JOSINALDO GOMES DA SILVA
(organizadores)**

CIDADES, CULTURA E FONTES HISTORIOGRÁFICAS: EXPERIÊNCIAS URBANAS NA PARAÍBA

Possui graduação em Licenciatura Plena em História (1998), Especialização em História do Brasil (2005) e Mestrado em Ciências da Sociedade (2006) pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, e Doutorado em História (2013), na linha de pesquisa Relações de Poder, Sociedade e Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. É professor Adjunto com lotação na Unidade Acadêmica de Educação do Campo (UAEDUC), do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Tem experiência de ensino e pesquisa no campo da História Política, com ênfase em História da América Hispânica e Inglesa e História do Brasil República, atuando principalmente nos estudos relacionados à relação Estado e sociedade, com ênfase na História dos partidos políticos, das campanhas eleitorais, dos movimentos sociais urbanos e campestres (explorações, negociações e resistências), orientando trabalhos e publicando artigos/capítulos de livros nesse sentido.



O presente trabalho é fruto do esforço de um grupo de pesquisadores comprometidos com a renovação da historiografia, empenhados no desenvolvimento de pesquisas que tem como foco as cidades. Temática essa que ganhou impulso no Brasil a partir da década de 1980, com a criação da linha de pesquisa denominada *Cultura e Cidades* na UNICAMP, que inicialmente ocupou-se em revelar as condições de vida dos moradores das grandes metrópoles brasileiras.

Deve-se ressaltar que a referida linha de pesquisa representou uma grande renovação nos estudos sobre cidades no Brasil, visto que passou a receber pesquisadores das diversas regiões do país que, por sua vez, se empenharam em pesquisar sobre as cidades daqueles espaços, entre esses, podemos citar alguns pesquisadores paraibanos ligados a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG que defenderam suas teses naquela universidade: Gervácio Batista Aranha que, em 2001, defendeu a tese que tem como título *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais*; e Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa que, em 2001, defendeu a tese com o título *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)*.

Por conseguinte, diversos programas de pós-graduação em História do Brasil passaram a incorporar no rol de suas publicações acadêmicas a temática ligada às cidades. Alguns desses programas implantaram linhas de pesquisas específicas para o tema, como foi o caso da UFCG que, no ano de 2006, através da resolução 09/2006, implantou o curso de pós-graduação em História strito sensu, em nível Mestrado, tendo uma única área de concentração *História, sociedade e cultura*, composta por duas linhas de pesquisas: Linha 1 *Cultura e cidades*; e Linha 2 *Cultura, poder e identidades*. A partir de então, o referido programa passou a produzir trabalhos acadêmicos dentro de sua área de concentração e também no tocante aos estudos sobre as cidades paraibanas.

Os textos selecionados para a presente publicação estão distribuídos em unidades e capítulos relacionados ao objeto cidade e foram resultados, em sua maioria, de trabalhos desenvolvidos dentro da linha de pesquisa de *Cultura e Cidades* do mestrado em História da UFCG, cuja preocupação investigativa foi a de, sobretudo, revelar as transformações ocorridas em algumas cidades paraibanas, dentro do recorte temporal que se estende da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX.



Josinaldo Gomes da Silva

Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande – PB (UFCG), onde defendeu a dissertação: *Imagens do Moderno em Patos – PB (1934 – 1958)*. Membro do grupo de estudo de Teoria e História da Historiografia, coordenado pelo professor Doutor Gervácio Batista Aranha, atualmente vem desenvolvendo pesquisas na área da História Social do Trabalho, tendo como foco as condições de trabalho e as ações de resistência da gente pobre do campo no Semiárido paraibano. Leciona História no Ensino Médio da Escola Estadual “Dr. Fenelon Nóbrega” e na Escola Municipal “Monseñor Manoel Vieira”, ambas localizadas na cidade de Salgadinho – PB.



CIDADES, CULTURA E FONTES
HISTORIOGRÁFICAS:
EXPERIÊNCIAS URBANAS
NA PARAÍBA

FAUSTINO TEATINO CAVALCANTE NETO
JOSINALDO GOMES DA SILVA
(ORGANIZADORES)

CIDADES, CULTURA E FONTES
HISTORIOGRÁFICAS:
EXPERIÊNCIAS URBANAS
NA PARAÍBA

Campina Grande, PB

2017

© dos autores e organizadores
Todos os direitos desta edição reservados à EDUFMG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFGG
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFMG

C968 Cidades, cultura e fontes historiográficas: experiências urbanas na Paraíba / Organização de Faustino Teatino Cavalcante Neto e Josinaldo Gomes da Silva. – Campina Grande-PB : EDUFMG, 2017.

201 p.

ISBN 978-85-8001-203-3

Referências.

1. Cidades - História. 2. Cidades - Cultura. 3. Fontes Historiográficas. I. Cavalcante Neto, Faustino Teatino. II. Silva, Josinaldo Gomes da.

CDU 930.2(813.3)

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFGG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr. Vicemário Simões
Reitor

Prof. Dr. Camilo Allyson Simões de Farias
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFGG

Yasmine Lima
Editoração Eletrônica

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

SUMÁRIO

07 | APRESENTAÇÃO

CIDADE E IMPRENSA

15 | UM SÉCULO DE ESTRADAS DE FERRO NO NORDESTE DO BRASIL: AS VIAGENS INAUGURAIS COMO ESPETÁCULO (1858-1957)

Gervácio Batista Aranha

39 | BANQUETES, FESTA, ESPETÁCULO E REPRESENTAÇÕES: LUZ ELÉTRICA E AS NOVAS SENSIBILIDADES/ SOCIABILIDADES EM AROEIRAS (1930-1960)

Iordan Queiroz Gomes

CIDADE E MEMÓRIA

73 | NOS IDOS DE 1940-1950: PATOS NAS ONDAS DO RÁDIO

Josinaldo Gomes da Silva

101 | ALAGOA NOVA, A CIDADE E SEUS PROBLEMAS: A SAÚDE PÚBLICA E A HIGIENE (1930-1960)

Luiz Carlos dos Santos

CIDADE E FOTOGRAFIA

- 137 | FOTOGRAFIA E MODERNIDADE: A VILA DE TAPEROÁ
NA GESTÃO HERMANN CAVALCANTI (1924-1926)
Faustino Teatino Cavalcante Neto
- 171 | TRANSFORMAÇÕES URBANAS E RESSIGNIFICAÇÃO DA
CIDADE: SOUSA-PB NUM ÁLBUM DE
FOTOGRAFIAS (1926-1965)
Rivaldo Amador de Sousa

APRESENTAÇÃO

A temática relacionada às cidades tem sido objeto de estudo por parte de vários pesquisadores, entre eles: arquitetos, geógrafos, urbanistas, sociólogos, economistas e mais recentemente antropólogos e historiadores. No entanto, os olhares de historiadores para as cidades brasileiras ganharam impulso a partir da década de 1980, com a criação da linha de pesquisa denominada *Cultura e Cidades* na UNICAMP, que passou a produzir pesquisas (em nível de mestrado e doutorado) de História Social, comprometidas inicialmente em revelar as condições de vida dos moradores das grandes metrópoles brasileiras. Foram produzidos diversos trabalhos sobre as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, entre outras¹. No entanto, cabe ressaltar que a referida linha de pesquisa representou uma grande renovação nos estudos sobre cidades no Brasil, visto que fomentou novas produções e também contribuiu para a implantação de linhas de pesquisas voltadas à temática em programas de pós-graduação em várias universidades brasileiras.

Dessa forma, as novas produções historiográficas relacionadas às cidades foram se incorporando à historiografia brasileira e, por sua vez, à historiografia paraibana, que foi contemplada com uma série de trabalhos acadêmicos que trouxeram relevantes contribuições para a historiografia das cidades.² Podemos citar, a título de exemplo, o trabalho de dissertação em História intitulado *Signos em confrontos: o arcaico e o moderno*

¹ BRESCIANNI, Maria Stella M. História e Historiografia das cidades, um percurso. In FREITAS, Marcos Cezar (Org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

² Devo ressaltar que neste texto procuramos recuperar os trabalhos que foram produzidos sobre as cidades do interior paraibano.

em *Princesa (PB) dos anos vinte*, defendido na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) pela pesquisadora Serioja Mariano, no final da década de 1990. A autora aborda a modernidade numa cidade do sertão da Paraíba tendo como parâmetro a chegada de alguns equipamentos modernos, tais como: cinema, automóvel, imprensa, entre outros³.

Além de Serioja Mariano, outros professores paraibanos também deram sua contribuição à historiografia das cidades, entre eles, o professor Gervácio Batista Aranha que, em 2001, defendeu tese na UNICAMP, que tem como título *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais*. Outro nome importante para a historiografia das cidades na Paraíba é o de Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa. Este também defendeu tese de doutoramento na UNICAMP, com o título *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920 -1945)*.

Todavia, achamos oportuno destacar que além da tese de Fábio Gutemberg, apresentada acima, a cidade de Campina Grande foi olhada por outros pesquisadores da área. Citamos como exemplo o trabalho do professor Antônio Clarindo Barbosa de Souza, *Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*, defendido na UFPE, no ano de 2002; também lembramos a tese de Severino Cabral Filho, *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*, que, apesar de ter sido defendida na área de Sociologia, em 2008, acompanha os aspectos teórico-metodológicos das demais citadas. Enfim,

³ Cf. SILVA, Josinaldo Gomes da. Cidade, Cultura e fontes: um percurso pela historiografia do interior paraibano. In: ARANHA, Gervácio Batista; FARIAS, Elton John da Silva. **Epistemologia, Historiografia e Linguagens**. Campina Grande: EDUEFG, 2013.

no ano de 2009, o professor Luciano Mendonça de Lima publicou sua tese de doutoramento, defendida na UFPE, que traz como título *Cativos da Rainha da Borborema: uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX*.

No ano de 2006, através da resolução 09/2006, a recém-criada UFCG – Universidade Federal de Campina – PB recebeu o curso de pós-graduação em História *strito sensu*, em nível Mestrado, tendo uma única área de concentração: *História, sociedade e cultura*, composta por duas linhas de pesquisas: Linha 1 – *Cultura e cidades*; e Linha 2 *Cultura, poder e identidades*⁴. A partir daí, o referido programa passou a produzir trabalhos acadêmicos dentro de sua área de concentração e, por conseguinte, no tocante aos estudos sobre cidades.

Assim sendo, o presente trabalho busca, sobretudo, contribuir com a historiografia das cidades, em especial das cidades do interior paraibano. Oportunizando a publicação de trabalhos acadêmicos de pesquisadores comprometidos com a renovação da nossa historiografia. Dessa forma, os artigos selecionados para a publicação então apresentada buscam, principalmente, entender as transformações ocorridas em algumas cidades paraibanas no recorte temporal que se estende do final do século XIX até a primeira metade do século XX, numa perspectiva que visa revelar a cidade em seus variados aspectos, visto que, as cidades são vistas antes de tudo como uma experiência visual, porém, as cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, correspondem a outras tantas cidades imaginárias. Sendo assim, “todo historiador sabe que as marcas de historicidade deixadas no tempo se revelarão diante de si como fontes, a partir da pergunta que ele fará ao passado,

⁴ Cf. [HTTP://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/](http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/).

questão essa iluminada pelos conceitos que presidem nossa posição diante do real”.⁵

Dessa forma, tudo para o historiador pode se tornar documento, dependendo da pergunta que se faça ao mesmo. Pois, “com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental”⁶. Nessa perspectiva, os trabalhos contidos neste livro apoiam-se em fontes variadas e estão distribuídos em unidades e capítulos relacionados com a sua temática. Na unidade 01 (um) denominada de *Cidade e imprensa* temos inicialmente o artigo do professor Gervácio Batista Aranha, denominado *Um século de estradas de ferro no Nordeste do Brasil: as viagens inaugurais como espetáculo (1857 – 1957)*, neste trabalho o autor mergulhou na imprensa da época e passou a revelar a grandiloquência dos espetáculos das inaugurações de trechos de estradas de ferro em algumas cidades do Nordeste do Brasil. Entre elas, a capital pernambucana, onde ocorreu a primeira viagem de trem do Nordeste (na época Norte) e a segunda do Brasil. O autor não esqueceu as festas que ocorreram nas cidades do interior, a exemplo da festa que ocorreu em Campina Grande, na Paraíba, para saudar a chegada do trem.

Dando continuidade a unidade II, o pesquisador Iordan Queiroz mergulhou com eficácia nas páginas do jornal *A imprensa* e passou a revelar a “teatralização política” empreendida pelo prefeito Carlos Pessoa, que buscou explorar a vontade dos

⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, Vol. 27, nº 53, jan-jun., 2007, p.13.

⁶ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François (et al). Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 170.

aroeirenses em ver a sua vila receber alguns equipamentos modernos. O autor também buscou perceber como os aroeirenses recepcionaram os equipamentos ditos modernos e procurou perceber as novas sociabilidades construídas a partir de então.

Abrindo a unidade II, denominada de *Cidade e memória*, o professor Josinaldo Gomes adentrou a cidade de Patos, no sertão paraibano, ancorado nos relatos de memória, e passou a revelar as mudanças ocorridas na referida urbes a partir da radiodifusão que teve a difusora *A Voz das Espinharas* como pioneira. Em seguida, buscou compreender as novas sociabilidades/sensibilidades surgidas em Patos com a instalação da primeira emissora de rádio da cidade, a *Rádio Espinharas* de Patos.

Dando sequência a unidade II, o pesquisador Luiz Carlos apoiou-se também em relatos de memória e assim rastreou as representações ligadas ao discurso higienista na cidade de Alagoa Nova, isto é, buscou compreender o processo de modernização pelo qual a cidade estava passando, principalmente no que diz respeito às medidas disciplinadoras, contidas no código de posturas e a reação a tais medidas por parte da população alagoa-novense.

Na unidade III, que tem como tema *Cidade e fotografia*, o pesquisador Faustino Teatino indiciou algumas fotografias da cidade de Taperoá nos anos 1920 e aí passou a revelar como os habitantes recepcionaram a instalação de alguns equipamentos do mundo moderno na referida urbes. E na qualidade de historiador do político não poderia deixar de mostrar como alguns políticos da época, a exemplo do prefeito Hermann Cavalcanti, procuraram se colocar no lugar de “padrinhos” das obras, sendo assim, organizaram festas de inauguração para celebrar: a inauguração da ponte sobre o Rio Taperoá, a chegada da energia

elétrica entre outros, momentos esses que muitos moradores de Taperoá aproveitaram para mostrar que também estavam em sintonia com o moderno.

Ainda na unidade III, o pesquisador Rivaldo Amador de Sousa indicou um conjunto de fotografias (que fazem parte de um álbum fotográfico publicado em 2004) e passou a revelar as transformações urbanas ocorridas na cidade Sousa no sertão paraibano dentro do recorte temporal que vai de 1926 a 1965. O indiciamento do referido álbum fotográfico permitiu a Rivaldo perceber como o discurso modernizador foi se concretizando na urbes em questão, visto que lhe possibilitou atestar como no decorrer do recorte temporal muitos prédios considerados antigos foram sendo substituídos por outros considerados modernos, pois a cidade precisava entrar na sintonia com o moderno, onde, de acordo com essa perspectiva, as cercas de varas, as praças e casarões antigos não se enquadravam na modernidade.

Enfim, o presente livro é um instigante convite para mergulhar na história de algumas cidades do interior paraibano e, dessa forma, perceber como essas urbes viveram a sua modernidade

Os Organizadores

**CIDADE E
IMPREENSA**

UM SÉCULO DE ESTRADAS DE FERRO NO NORDESTE DO BRASIL: AS VIAGENS INAUGURAIS COMO ESPETÁCULO (1858-1957)

Gervácio Batista Aranha¹

O objetivo deste trabalho é focalizar o simbolismo das chamadas viagens inaugurais das estradas de ferro nas cidades do Nordeste. Trata-se de demonstrar que essas inaugurações, durante um século de ferrovias na região (1858-1957), representavam a chegada do grande dia, para sempre gravado no imaginário social local como um excepcional acontecimento, o qual se dava tanto como um espetáculo em si, justificando-se a festa pública em sua homenagem a esse grande ícone da vida moderna, quanto um marco a simbolizar um novo espaço-tempo, um tempo marcado não mais pelo ritmo lento da cadência animal e sim pela ideia de aceleração proporcionada pela máquina.

Nas representações de época ou sobre a época, a inauguração de uma estrada de ferro, nessa ou naquela localidade, era encarada como o maior dos acontecimentos. O dia do trem inaugural aparecia, então, como um dia decisivo para a vida do lugar, que concretizava um sonho alimentado durante anos, às vezes durante décadas. Realizavam-se, na ocasião, grandes festas públicas, onde alguns ingredientes se revelavam indispensáveis, fogos de artifício, banda de música, discursos políticos (claro, discursos políticos...), banquetes para convidados especiais, etc. Como veremos a seguir, tais representações remetem às seguintes fontes: imagens textuais produzidas pelos letrados de então,

¹ O autor é doutor pela UNICAMP e professor de História da UFCG.

os quais, em sua condição de espectadores visuais, registravam suas impressões, por meio da imprensa, na forma de editoriais, crônicas ou folhetins; imagens textuais resultantes do ato de recordar, em que seus autores presenciavam os atos inaugurais, mas cujo registro só anos depois aparecia em suas memórias; imagens textuais em forma de crônica ou romance, cujos autores, situados em outro tempo e lugar, narravam os atos inaugurais por via da pesquisa ou em razão da prática do “ouvir falar” própria da tradição oral, etc.

Além dos ingredientes a que fiz alusão acima, essas fontes também informam que as populações acorriam em massa, dando vivas ao grande acontecimento. Foi assim na experiência pioneira no Brasil, no trem inaugural entre Rio de Janeiro e Petrópolis, no ano de 1854; foi assim no Recife no ano de 1858, quando da inauguração do trecho inaugural entre a capital e a vila do Cabo; foi assim na vila do Una (hoje Palmares), localizada na Mata Sul pernambucana, no ano de 1862; foi assim na cidade de Parahyba (hoje João Pessoa), em agosto de 1880, quando da inauguração dos trabalhos de construção dos trilhos; foi assim em Campina Grande, também na Paraíba, em 02 de outubro de 1907; foi assim na cidade de Juazeirinho, no Cariri paraibano, já na década de 1950. Enfim, um grandioso espetáculo, um espetáculo à altura de um dos grandes símbolos de mecânica moderna, a chegada do trem a vapor ou do tão provalado trem “maria-fumaça”.

Uma das experiências pioneiras no mundo ocorreu na Inglaterra em setembro de 1830. Trata-se da ligação ferroviária entre as cidades de Liverpool e Manchester, cujo trem inaugural, constituindo-se num espetáculo à parte, deixou simplesmente perplexos os 400 mil espectadores que compareceram

para ver a novidade.² Pelo ineditismo da experiência, é provável que nenhuma outra no mundo tenha assumido tamanhas proporções. Todavia, o que importa aqui é menos o registro da quantidade de pessoas presentes em tais acontecimentos e mais o seu caráter de espetáculo, em particular a forma como verdadeiras multidões recepcionava, em cada lugar, a primeira locomotiva, signo moderno por excelência. Assim, guardadas as devidas dimensões de cultura, tempo e lugar, e sem as proporções gigantescas da mencionada experiência inglesa, não foram menos espetaculares as viagens inaugurais no Nordeste brasileiro, como de resto em todo o Brasil. Logo, a “força do impacto cultural”, resultante dos “novos artefatos de ferro”, que levou o século XIX europeu a reagir entre “indignação, espanto e encantamento, às criaturas saídas do moderno sistema de fábricas(...)”,³ parece ser uma sugestão perfeitamente válida para o caso brasileiro.

Após demonstrar a precariedade dos meios de transporte antes da estrada de ferro - o cavalo ou o carro de boi, não esquecendo as canoas e barças nas áreas cortadas por rios navegáveis-, um cronista do Recife antigo notifica o alvoroço que atingiu sua população ao ser anunciada a chegada do trem. “Pairava a ânsia de ver o primeiro trem. Como seria ele mesmo? Vê-los pintados nunca era como apreciá-los com os próprios olhos. Viajar nos seus carros, sentir-lhes a velocidade e o préstimo”.⁴

Especificamente sobre a primeira viagem de trem ocorrida na capital pernambucana, considerada a primeira do Nor-

² Cf. HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 23-24.

³ Cf. Idem, p. 24.

⁴ SETTE, Mário. “O trem de ferro”. In: **Anquinhas e Bernardas** (crônicas sobre o Recife antigo). 2 ed. Recife: FUNDARPE, 1987, p. 118.

deste e a segunda do Brasil, o mesmo cronista registra: “os trilhos estavam sentados, as estações prontas; os vagões armados. E afinal, entre festas, curiosidades e entusiasmo, o trem inaugural partiu de Cinco Pontas e atingiu, debaixo de foguetes, músicas e repiques, a cidade [na época, ainda vila] do Cabo”.⁵ Tratava-se de um grande acontecimento, festejado publicamente por milhares de pessoas, acerca do qual Estevão Pinto, em seu já clássico estudo, notifica que no dia em que correu o primeiro trem do Nordeste (08 de fevereiro de 1858), de Cinco Pontas à vila do Cabo, trecho inicial estrada de ferro do Recife ao São Francisco, o mesmo transportou mais de quatrocentas pessoas. Tendo o comboio partido às 12 horas, depois da benção tradicional, “meia hora depois atingira aquela vila, entre aclamações da população apinhada nos caminhos”. Isto para não falar que o tradicional “lunch”, oferecido na vila do Cabo a convidados ilustres, foi marcado por brindes de saudação a dois chefes de Estado, ao Imperador do Brasil e à rainha Vitória.⁶

Conforme referido, esta foi a segunda viagem inaugural no Brasil. A primeira ocorrera alguns anos antes, mais precisamente em 1854, quando da inauguração do trecho inicial da ligação entre o Rio de Janeiro e Petrópolis, celebrada com entusiasmo por um dos presentes à solenidade, Francisco Octaviano, o qual, estando ali a serviço do Jornal do Comércio, publicou, em sua edição de 1º de maio de 1854, os trechos abaixo: “[...] o que há de ser a nossa indústria, qual será a riqueza, qual será o adiantamento de nossos filhos e vindouros, pode enxergar ainda o míope mais desgraçado”. E num outro

⁵ Cf. SETTE, Mário. **Terra pernambucana**. 8 ed. Recife: Editora Diário da Manhã, 1952, p. 106.

⁶ PINTO, Estevão. **História de uma estrada de ferro no Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949, p. 62-63 (Coleção Documentos Brasileiros).

trecho, este acerca da disputa por um lugar no trem inaugural: “[...] Mauá, a estrada de ferro, a locomotiva, são as palavras mágicas que arrebatam toda esta gente; são o objeto de sua sofreguidão, o tema de sua disputa, o alvo de sua curiosidade. Não se pensa, não se fala, não se quer saber senão de Mauá e de seu Railway!” E referindo-se ao entusiasmo dos presentes ao espetáculo quando da chegada do Imperador para embarcar no comboio inaugural: “os vivas os mais cordiais, os aplausos os mais frenéticos e espontâneos demonstravam o alto apreço que nos merece uma dinastia que soube se associar a todas as ideias nobres do progresso e proteção à indústria”.⁷

Outro matutino carioca que também fez coro ao grande acontecimento foi o Correio Mercantil. Em sua edição de 02 de maio de 1854 lê-se: “o público tem razão de admirar e aplaudir este ensaio feito em nosso país, desse invento o mais precioso da indústria moderna”. Até porque, “infeliz o povo que assistisse sem emoção a semelhante espetáculo e não visse o que há nele de fecundo e maravilhoso [...]”. Encantado com a novidade, o redator da matéria não escondia sua admiração. Para ele, “nem o corcel árabe da mais pura raça” era tão veloz quanto o trem, ao qual denominava “cavalo dinâmico”. Ademais, “como os cavalos que conduzem as fadas às regiões sabáticas”, o trem, em sua condição de “monstro dinâmico”, seria capaz de correr dia e noite sem sentir fadiga ou sono. Entusiasmado, arremata: “impossível encarar sem uma espécie de admiração supersticiosa os efeitos desta aquisição, de que se enriquece a atividade humana”.⁸

⁷ Citado em BRITO, José do Nascimento. **Meio século de estradas de ferro**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961, pp. 44-45.

⁸ Citado em BRITO, José do Nascimento. *Idem*, pp. 47-48.

Em outra inauguração de estrada de ferro, desta feita na vila do Una, constituída por uma igreja e construções pobres, em terras da Mata Sul de Pernambuco - na verdade uma extensão da estrada de ferro Recife ao São Francisco a partir da vila do Cabo, ocorrida em 1862 -, a viagem inaugural teria causado ali grande alvoroço. Embora já filtrada pelo tempo, esta é a imagem que nos foi legada por um romancista da terra, o qual retrata a chegada da locomotiva no Una como a chegada do grande dia, com a estaçãozinha toda embandeirada, não faltando “vivas” e mais “vivas” ao trem e rifles disparados para o ar. O entusiasmo era geral, embora dele não compartilhem os índios que habitavam a vila. É que estes, segundo o narrador, “teimavam em não se aproximar”. Até porque, teriam abandonado a vila desde o dia anterior à inauguração, “para se refugiarem nas matas vizinhas como bichos amedrontados”. E mesmo os índios que, a pedido do padre Deodato, o organizador da festa, tocavam pífanos e zabumbas antes da chegada do trem inaugural, teriam se recolhido “num grupo unido e acovardado quando aquela geringonça surgiu na curva e correu até o ponto de parada, fazendo um ruído infernal e vomitando fogo”. No mais, tudo respirava alegria. Todos se cumprimentavam e riam, havendo os que, admirados, ficaram andando ao longo dos três vagões. Enquanto isso, a “máquina resfolgava e o maquinista agitava a mão como se toda aquela homenagem fosse dirigida a ele”.⁹

Visão preconceituosa à parte - conquanto os índios estão representados aqui como seres portadores de “mentes primitivas”,¹⁰ incapazes de compreenderem esse instrumento da mecânica moderna, como se não tivessem ultrapassado o estado de

⁹ BORBA FILHO, Hermilo. **Caminhos da solidão** (romance). 2ª ed. - Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1987, p. 26 e 85.

¹⁰ Cf. Idem, p. 83.

natureza -, o que importa aqui é a representação do mencionado trem inaugural sob a forma de espetáculo, um marco na vida do lugar.

Em outras inaugurações, o espetáculo se repetia. Havia casos, inclusive, em que grandes festas públicas eram levadas a efeito já por ocasião da inauguração dos trabalhos de construção da linha férrea, como a que ocorreu na capital paraibana em 09 de agosto de 1880: “Era um dia de rigoroso inverno: entretanto as nuvens, que se rasgavam deixando cair¹¹ contínuos aguaceiros, não obstaram o grande concurso da população que affluia de todos os ângulos da cidade”.¹²

Além de um “lunch” oferecido a convidados especiais, que teve lugar no restaurante Conde D’eu, na rua do mesmo nome – ao qual não faltaram os ingredientes de sempre: brindes e discursos, com “vivas” e os aplausos de sempre, com saudações à S.M. o Imperador ou à heroica província da Parahyba, dentre outros – o povo participou de uma passeata pelas principais ruas da cidade. Retornando à rua Conde D’eu, “caprichosamente illuminada”, todos puderam assistir a um “espectaculo surpreendente”, a realização de um “lindo fogo artificial”. Ademais, “era um verdadeiro festim popular em que reinava a ordem demonstrativa da índole pacífica dos parahybanos”.¹³

E a julgar pelo tom dos discursos, então proferidos, o momento foi de fato solene, erigindo o trem de ferro à condição

¹¹ Resolvi manter a ortografia tal como se apresenta na documentação original. Contudo, informo que interfere na parte relativa à acentuação gráfica. É que, na época, já existia recursos técnicos para se acentuar corretamente e, no entanto, por puro esquecimento ou desleixo, costumava-se acentuar certas palavras e outras não. Assim, retifiquei todas as que se apresentaram sem o acento gráfico correspondente.

¹² Cf. “A Parahyba” (Editorial). In: *A Parahyba – Órgão Liberal*, Parahyba do Norte, 16 de agosto de 1880, p. 1.

¹³ Cf. *Idem*, p. 2.

de símbolo por excelência de algo novo na vida paraibana. Em tom grandiloquente, um dos oradores exclama: “o que teremos amanhã? Amanhã... O fumo do carvão candente incensando o espesso de nossas matas: o sibilo das locomotivas quebrando o silêncio monótono das solidões”. E como se o trem fosse algo profundamente redentor, assegura que ele garantirá “o trabalho, esse soberano moralizador, estendendo os seus braços de gigante: os productos triplicando nas praças de consummo: o commercio alargando a sua esphera: as rendas públicas crescendo e crescendo”.¹⁴

E outro orador, em tom não menos grandiloquente, assinala: “senhores, esta alma nova, este espírito invisível que viaja no fumo do vapor e se transmite nos céleres prodígios da electrodynamica, que visitou Paris e Londres e há muito plantou no solo brasileiro (...), chega hoje até nós (...)”. E numa imagem do trem de ferro como algo dotado de função redentora, afirma que ele “não tardará a seguir o caminho das mais remotas povoações, alentando as nossas plantas, restabelecendo o throno da nossa ceres, correndo ainda em socorro das victimas da última hecatombe [referencia à seca]”. E tomando a estrada como símbolo de um novo tempo para a capital paraibana, acredita que impactará profundamente a vida local, seja porque alargará a “esphera de conhecimentos úteis”, seja porque assegurará, “pela harmonia e equilíbrio de todos esses interesses sociais, lugar distincto entre as cidades cultas do mundo”.¹⁵

¹⁴ Discurso do Sr. Antonio Bernardino, proferido na inauguração dos trabalhos de construção da estrada de ferro Conde D’eu. In: **A Parahyba – Órgão Liberal**. Idem, p. 4.

¹⁵ Cf. Discurso proferido por José Francisco de Moura no ato solene de inauguração dos trabalhos de construção da estrada de ferro Conde D’eu. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. Discursos Pronunciados. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1946, p. 193-194.

E quando, três anos depois, o primeiro trecho dessa estrada foi inaugurado, um cronista da capital paraibana afirma que estava triste e alegre ao mesmo tempo. Triste porque nunca presenciara um “7 de setembro tão frio”; alegre porque nessa mesma data participara da festa de inauguração da estrada de ferro, se fazendo presente no trem inaugural entre a capital da província e a povoação de Mulungu. Cumprido o cerimonial religioso, com a presença de “el cura”, que “latinou, empunhou o byssope e atacou água” na locomotiva Isabel, esta, já devidamente “baptisada” e com todos os convidados a bordo, pôs-se em movimento. Assim, “como um lutador que experimenta as forças, a Isabel jogou os músculos de aço, soltou o grito alarmante do progresso e, desenrollando no espaço o novello fuma-mento do seu hálito, partio ao som da música e da aclamação dos que ficavam”.¹⁶

Na viagem, tanto na ida quanto na volta, muita coisa chamou a atenção do cronista, a exemplo dos “virentes canaviais” ou dos “remblais e demblais”, não esquecendo dos “hotéis do Mulungu”. Mas nada disto parecia interessá-lo muito. O que o interessava, isto sim, era a potência da máquina: “variando de velocidade, corre a locomotiva, attritando os rails; voa o tempo e diminue o espaço”. Ou o espetáculo que era capaz de proporcionar: “de um lado e de outro da estrada, como do fundo de um cenário, surgem admiradores do grande invento”, a exemplo daquele “velho com uma creança nos braços e que parece dizer-lhe: ‘ainda não saíste do berço e já estás vendo aquillo que só me foi dado quasi ao entrar para o túmulo; quando tiveres a minha idade, (...) o que não terá o gênio do homem inventado,

¹⁶ Cf. COLAÇO, My. “Folhetins: do Ipiranga ao Mulungu”. In: **O Liberal Parahybano**. Parahyba do Norte, 22 de setembro de 1883, p. 2.

o que não mostrarás a teus netos!!” Ao longo do trajeto não faltaram admiradores, como aquele “vaqueiro, um rompe-tabocas que estaca o quartáu, tira o amplo chapéu de couro, e, com a reverência de um crente, conserva-se descoberto até que passe o missionário do progresso”.¹⁷

Temos, aqui, mais uma sublimação de uma viagem inaugural do trem como um grande acontecimento, origem de uma vida marcada por novos ritmos ou novas temporalidades. Se enquanto “missionário do progresso”, era reverenciado por um simples vaqueiro “rompe-tabocas”, que tirara o chapéu à sua passagem, a reverência parecia merecida. Afinal, a vida daquela criança, nos braços do avô, seria profundamente diferente da do próprio avô, uma vez que já nascera sob a presença, ali na região, de um poderoso signo, aquele trem inaugural. E mais: enquanto o avô só conheceu esse “grande invento” quando já estava preste a “entrar para o túmulo”, não tendo se deparado com nada igual em toda sua longa vida, ocorria o contrário com o neto, para quem aquele trem inaugural era só o começo de uma série de novidades com as quais passaria a conviver.

Também havia casos em que o simples anúncio de um decreto autorizando o esperado “benefício” era motivo para mais um espetáculo comemorativo. Corria o ano de 1904. Na ocasião, Cristiano Lauritzen, chefe político de Campina Grande, no interior da Paraíba, ficou tão entusiasmado com o anúncio, por decreto,¹⁸ de que a estrada de ferro seria prolongada até a cidade, que seus habitantes presenciaram um fato inédito. De telegrama na mão, “que ele andava a mostrar ao povo”, saiu de casa em casa, “na rua mais pública da cidade”, convidando

¹⁷ Cf. Idem.

¹⁸ Trata-se do Decreto nº 5257, de 26 de julho de 1904. Cf. ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União Editora, 1980, p. 350.

todos para a festa que promoveria em “regozijo à assinatura” do referido decreto, “inclusive aos seus mais encarniçados adversários”. Com isto, “a alegria pública assumiu um caráter como nunca se notara em Campina. O comércio cerrou as portas. Estalavam foguetes no ar. A banda marcial União atroou as ruas da cidade com seus dobrados retumbantes. A cidade encheu-se de povo (...) e a festa entrou pela noite adentro”.¹⁹

Mas toda essa efusão se explicava facilmente. É que, no imaginário local, a chegada do trem se configurava como a realização de um sonho. Os políticos e/ou letrados, em nome dessa ou daquela localidade, faziam tanto alarde, nos discursos parlamentares ou nos materiais produzidos para a imprensa, em torno das benesses de uma estrada de ferro, que quando uma cidade, vila ou povoação qualquer entrava no rol das possíveis beneficiadas, seus habitantes já não falavam em outra coisa. O desejo de contar com uma estrada de ferro, alimentado durante anos na maioria das comunidades, era incorporado ao imaginário local como um sonho. Daí as referências ao entusiasmo geral quando ele tornava-se real; daí a efusão nas festas comemorativas.

Na capital paraibana, por exemplo, um jornal local, após informar, em um de seus editoriais, que haviam sido inaugurados os trabalhos da estrada de Ferro Conde D’eu e que o ato comemorativo, provocando o “entusiasmo de toda a população”, constituiu um “auspicioso acontecimento”, especula em seguida sobre o quanto teria sido frustrante sua não realização: “tinhamos razão, nós parahybanos, para manifestarmos esse imenso regozijo, porquanto arriscada esteve a estrada de ferro Conde

¹⁹ RIBEIRO, Hortêncio de Souza. “O Dinamarquês Cristiano”. In: **Vultos e fatos**. João Pessoa: SEC, 1979, p. 249-250.

D'eu a figurar nas nossas lendas e narrativas como um sonho dourado, cuja desilluzão é o vácuo, e o nada".²⁰

Tudo leva a crer que o editorial se refere a toda uma expectativa criada durante uma década inteira. É que a Paraíba contava com uma concessão de estrada de ferro desde 1871, concessão que resultara, em 1875, na criação da Empresa "Conde D'Eu Railway Company Limited", organizada em Londres para executar a referida concessão. O fato é que não obstante tenha sido criada em 1875, só em agosto de 1880 ela estava pronta a atacar os trabalhos de construção da ferrovia paraibana.²¹ Assim, a demora teria aumentado a expectativa em torno do propalado "benefício", não raro gerando o desencanto. Daí as manifestações de "immenso jubilo" ante o sonho que se tornava realidade.

Houve casos, inclusive, em que certos órgãos de imprensa foram criados com o objetivo único de fazer campanha em prol de um determinado trecho ferroviário. O Correio da Serra, publicado na cidade de Areia, na primeira década do século XX, constitui um bom exemplo a respeito. Situada num dos pontos mais altos da serra da Borborema, no brejo paraibano, a cidade distava apenas 18 quilômetros de Alagoa Grande, um dos pontos terminais da estrada de ferro inglesa no início do século XX. Desejando o prolongamento dessa estrada até Areia, o citado jornal desenvolveu intensa campanha em prol desse empreendimento. Em um de seus editoriais, mostra as inúmeras vantagens que justificavam o pleito. Mas antes de descrevê-las, esclarece: "ádua tarefa de embarços vários assumimos com a publicação de nosso periódico, em tangencial-o pela defesa de nossa supre-

²⁰ Cf. "A Parahyba" (editorial). In: **A Parahyba – Órgão Liberal**, Parahyba do Norte, 21 de agosto de 1880, p. 1.

²¹ ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit., pp. 345-346.

ma aspiração: estrada de ferro em Areia”. E complementa: “nós que afagamos esta ideia com animado devotamento de crentes, temos sempre, nas oportunidades que nos antolham, tentado objetival-a com denodo e persistência”.²²

Em editorial anterior, como parte da mencionada campanha, o jornal firmava posição: “Toda essa legião benedicta de esforços que vimos de derramar pela excellencia de tão causa publica, ainda assim não sahiremos da paliçada, em que estamos empenhados, firmes, como um herói, e valentes, como um athleta”.²³ E num terceiro editorial, após registrar que a idéia de uma estrada de ferro ali teve origem em suas colunas, reconhece que a campanha estava surtindo efeito, porquanto repercutia no “íntimo das camadas sociais”, isto para não falar que o momento era propício, uma vez que se cogitava, nos “altos poderes públicos”, autorizar o prolongamento da ferrovia na Paraíba, às voltas com uma seca naquele ano de 1909.²⁴

Também há a considerar que, em nome da cidade, os redatores do Jornal organizaram uma reunião na “qual se fizeram representar políticos, commerciantes, agricultores [leia-se proprietários rurais], creadores etc (...)”. Propósito da reunião: debater a “crise climatérica” (leia-se seca) que estaria a vitimar a cidade e apresentar às autoridades federais a “melhor solução”, a construção de 18 quilômetros de trilhos a partir da cidade de Alagoa Grande.²⁵

²² Cf. “Estrada de ferro” (Editorial). In: **Correio da Serra**, Areia-PB, 7 de agosto de 1909, p. 1.

²³ Cf. “Pelo ideal: nossa grandeza de ânimo e as pirâmides do progresso” (Editorial). In: **Correio da Serra**, Areia-PB, 31 de julho de 1909, p. 1.

²⁴ Cf. “Delirium-tremens” (editorial). In: **Correio da Serra**, Areia-PB, 21 de agosto de 1909, p. 1.

²⁵ Cf. “Estrada de ferro” (editorial) In: **Correio da Serra**, Areia-PB, 31 de julho de 1909, pp. 1 e 2.

Assim, esse povo “laborioso, emprehendor, social e cordato” teria encarado a estrada de ferro, à época do Correio da Serra, como uma “grande idéa alviçareira, desejada ardentemente que se tornasse o mais breve uma realidade”. De resto, Areia estaria a merecê-la, por ser a “mais agrícola, a mais bella, a mais hospitaleira, a mais civilisada, a mais progressista e (...) a mais salubre dentre todas as cidades parahybanas”.²⁶ Todavia, em que pesem todos esses esforços e todas as vantagens enumeradas, o sonho de possuir uma estrada de ferro, alimentado na cidade durante anos, jamais seria concretizado, ficando nas promessas.

Também em Campina Grande, certo órgão de imprensa, que circulou entre os anos 1888-1891, ao reivindicar a estrada de ferro para a cidade, fez desta questão o seu assunto predileto, ao qual dedicou longas matérias, em sua maior parte sob a forma de editoriais. Num desses editoriais, lê-se: “tem sido a nossa delenda Carthago o prolongamento da via Férrea Conde D’Eu até esta cidade; e este melhoramento tantas vezes reclamado já na Assembléia provincial em diversas sessões até 1888, e já pela imprensa é hoje o desejo unânime da população deste Estado”.²⁷

De fato, a Gazeta do Sertão levou a efeito ampla campanha em prol da estrada de ferro em Campina Grande, proviesse ela da vila Mulungu ou da vila do Pilar, os pontos terminais da ferrovia Conde D’Eu no momento em que fazia essa campanha. Por isto, mesmo sendo um jornal vinculado ao partido Liberal, não deixou de manifestar todo seu agradecimento a um deputado paraibano do partido Conservador, o Sr. Anizio Salatiel, que apresentara projeto, no Congresso Nacional, a fa-

²⁶ Cf. L. Cezar. “Traços” (coluna). In: **Correio da Serra**, Areia-PB, 21 de agosto de 1909, p. 2.

²⁷ Cf. “Via férrea de Campina” (editorial). In: **Gazeta do Sertão**, Campina Grande, 6 de junho de 1890, p. 1.

vor da estrada veiculada na campanha do jornal. Não sem antes destacar a missão do periódico de “pugnar sem descanso pelos melhoramentos da Parahyba”, eis o agradecimento: “acolheremos sempre de bom grado todo e qualquer projecto tendente a esse fim, sem olharmos a cor política do cidadão patriota que o apresentar e, de lança em riste, defendel-o até que o êxito seja completo”.²⁸ Sendo ainda de opinião que o papel da imprensa era denunciar os problemas da província, para que se tornassem do domínio público, o citado jornal convocava a imprensa paraibana para se unir na denúncia aos problemas locais, dentre eles, a necessidade de prolongamento da Estrada de Ferro Conde D’Eu, única medida capaz de combater de forma duradoura os efeitos da seca na Paraíba. “Por que não se ordena a construcção immediata das estradas de ferro de Alagoa Grande, Itabaiana e Campina?”. Assim, para que o Governo se convencesse da necessidade urgente de executar, dentre outras, a citada medida, o jornal invocava “o poderoso concurso de toda a imprensa parahybana”.²⁹

E quando se tratava de procurar solução imediata para o problema da seca, como naquele outubro de 1888, o jornal tinha a receita: “só o prolongamento da estrada de ferro poderia nos oferecer algum alívio; era um benefício que receberia a província e uma fonte de trabalho para os famintos e desvalidos”. Logo, a estrada de ferro, enquanto única “esperança” para os “aflitos”, era encarada, pelo citado órgão de imprensa, como uma “verdade” que ele repetia “sem cessar”.³⁰

²⁸ Cf. “A secca imminente” (editorial). In: **Gazeta do Sertão**, Campina Grande, 12 de outubro de 1888, p. 1.

²⁹ Cf. “A imprensa da capital” (editorial). In: **Gazeta do Sertão**, Campina Grande, 17 de maio de 1889, p. 1.

³⁰ Cf. “A secca” (editorial). In: **Gazeta do Sertão**, Campina Grande, 17 de outubro de 1888, p. 1.

Nos quase três anos em que veio a público - de setembro de 1888, data do primeiro exemplar,³¹ até 06 de maio de 1891, data de seu empastelamento por adversários políticos³² - o jornal lutou exaustivamente para a consecução do propalado *benefício*. Irineu Joffily, seu diretor e proprietário e também principal redator, em nenhum momento abriu mão do esperado “melhoramento material” na cidade de Campina Grande. E mesmo tendo falecido em 1902 sem vê-lo concretizado, sem dúvida contribuiu, seja como deputado provincial seja como jornalista,³³ para alimentar o sonho dos campinenses de um dia poderem contar com a decantada locomotiva.

Finalmente chegou esse dia. Mas até lá, muito verbo e muita tinta ainda seriam consumidos nas casas parlamentares e na imprensa nos anos subsequentes à campanha levada a efeito pela Gazeta do Sertão. Mas diferente dos areienses, que jamais concretizaram o sonho do trem de ferro correndo em direção à sua cidade, os campinenses finalmente puderam festejar o grande dia, fato ocorrido em outubro de 1907. Foi uma espera longa, mas finalmente o sonho fez-se realidade.

Definitivamente incorporado ao imaginário de cada localidade, conforme vimos nos dois exemplos acima, o sonho de um dia poder contar com uma estrada de ferro era duradouro. Passavam-se décadas e o sonho não morria. Assim é que, quase um século após a realização das primeiras inaugurações ferroviárias ocorridas no Brasil, respectivamente no Rio de Janeiro

³¹ Cf. **Gazeta do Sertão**. Campina Grande, ano I, num. 1, 1 de setembro de 1888.

³² Cf. JOFFILY, José. **Entre a Monarquia e a República**: idéias e lutas de Irineu Joffily. Rio de Janeiro: Kosmos Editora, 1982, p. 140.

³³ Consta que a luta de Irineu Joffily em prol da estrada de ferro para Campina Grande é bem anterior à campanha que levava a efeito na Gazeta do Sertão, jornal de sua propriedade. É que essa luta teria começado ainda nos anos 1870, através de sua ação parlamentar e de múltiplos artigos publicados na imprensa paraibana. Cf. JOFFILY, José. Op. Cit., p. 132.

e no Recife, as viagens inaugurais continuavam despertando o interesse de todos, como a que ocorreu na cidade de Juazeirinho, no Cariri paraibano. Fazendo-se presente no dia do trem inaugural, numa tarde de janeiro de 1957, um cronista registrou tudo. Ele estava no trem quando o “bicho”, deixando Campina Grande, “apitou para o povo sair da linha, e partir bufando, com aquele bufo tão característico dos trens do Nordeste”, para finalmente chegar, um pouco antes das 15 horas, “debaixo de foguetões, vivas e música à estação terminal, que é Juazeirinho”.³⁴ E o cronista acompanhava com vivo interesse o grande acontecimento: “Um delírio! Música, palmas, discursos! E enquanto os foguetes pipocavam no ar, o povo saltava de contente na terra firme. E via-se a alegria estampada em cada rosto, e o entusiasmo saindo de cada peito. Estava, em parte, salvo o cariri. O trem chegou”.³⁵

E o espetáculo não se restringiu à estação terminal de Juazeirinho. O “viva o trem”! “Viva o trem” era ouvido durante todo o trajeto. “Puxinanã, Pocinhos, Soledade, Juazeirinho vibraram e sentiram-se como os salvados da ‘cortina de ferro’ [estaria o cronista pensando na experiência húngara ocorrida no período?]. Velhos, moços, senhoras, mocinhas, acorreram às estações para saudar com entusiasmo a chegada do ‘vapor’”. Também não se restringiu ao ambiente festivo das estações, pois o trem era saudado à medida que passava, nos “campos, fazendas, á beira dos caminhos”. Erguendo os braços ou “fazendo das mãos bandeiras”, todos o saudavam. É que, por onde passava esse trem, passava a “esperança”.³⁶

³⁴ Cf. PIMENTEL, Cristino. “O trem partiu afinal”. In: **Pedaços da história de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958, p. 107.

³⁵ Cf. Idem.

³⁶ Cf. Idem, p. 109.

E toda essa explosão de entusiasmo se explicava facilmente. Tratava-se “de ver realizada uma aspiração de meio século”.³⁷ Daí a “matutada” ter prorrumpido em “vozes de alegria” na chegada daquele “animal enorme” à estação de Juazeirinho, com seus vagões superlotados. Na visão do cronista, tratava-se de um entusiasmo esperado. É que o caririzeiro, que “viaja por essas terras pedregosas e espinhentas, torradas pelo sol das secas constantes, (...) agora confia, e tem certeza de que duas linhas de aço estiradas na terra estão ao seu alcance e ao seu serviço, na hora exata, no momento exato da sua necessidade”. Com o trem, o caririzeiro não se “cansará mais na estrada”, não mais ficará “esperando os caminhões que devem vir ou não virão”. Isto porque “o trem é certo. O trem é matemático. Há uma estação, onde a gente espera e de onde seguirá para um destino em busca da vida ou da morte”.³⁸

Se uma inauguração de trem, em plena década de 1950, podia ser pintada com essas cores – haja vista que muitos conheciam o trem, pois o mesmo já circulava em inúmeras outras cidades do Estado, sem falar que já se convivia com o automóvel (ônibus, caminhão, etc) -, o que dizer das inaugurações de trem um pouco mais recuadas no passado, numa época em que o automóvel não existia ou existia em pequena quantidade no Brasil ou em algumas de suas regiões? Enfim, com que cores não eram pintadas inaugurações de trem no momento em que

³⁷ De fato, tratava-se de uma aspiração antiga, pois desde que o trem chegara a Campina Grande, em 1907, que ele era esperado ali no cariri. E mesmo antes, quando o trem para Campina Grande não passava de uma promessa, já existiam estudos para prolongar os trilhos até a vila de Batalhão (hoje Taperoã), uma localidade relativamente próxima a Juazeirinho. Tais estudos foram assinalados pelo autor da coluna intitulada “Cá e lá”, que se assinava com o pseudônimo “Índio Cariri”, semanalmente publicada na *Gazeta do Sertão*. Ver as edições de 26 de dezembro de 1890, p. 3; 9 de janeiro de 1891, pp. 1 e 2; e 17 de abril de 1891, p. 1.

³⁸ Cf. PIMENTEL, Cristino. Op. Cit., p. 108.

constituía uma novidade para todo mundo, enquanto transporte pioneiro da mecânica moderna?

No momento em que a meninada de Juazeirinho saiu “correndo a gritar: viva o trem! Viva o trem”, o cronista citado rememorava uma inauguração de trem ocorrida no seu tempo de menino: “nesse momento (...), eu me transportei ao palco da minha infância, quando o vapor chegou a Campina (...). Houve música, e vivas ao gringo [referência a Cristiano Lauritzen], a quem se devia aquela iniciativa”.³⁹ De fato, na inauguração do trem em Campina Grande ocorreram muitos “vivas ao gringo”, o prefeito da terra. Na ocasião, uma quarta-feira, 02 de outubro de 1907, milhares de pessoas marcaram presença no grande acontecimento, cujo registro fotográfico⁴⁰ mostra que uma verdadeira multidão, composta por homens, mulheres e crianças, com os trajes típicos da época, aglomerava-se na plataforma da estação para esperar o trem inaugural.

Algo inusitado estava para acontecer naquele outubro de 1907, a inauguração de um trem de ferro. Ao longo de todo o percurso, 82 quilômetros de trilhos ligando as cidades paraibanas de Itabaiana e Campina Grande, centenas e/ou milhares de espectadores aguardavam ansiosos o grandioso espetáculo. Em cada estação era enorme a expectativa em torno desse trem inaugural. Nele, um passageiro em particular chamava a atenção. Tratava-se de um repórter do Diário de Pernambuco, especialmente enviado pelo jornal para fazer a cobertura do evento, da qual resultou uma longa matéria que aquele jornal publicou,

³⁹ Cf. Idem, pp. 108-109.

⁴⁰ A foto retratando essa inauguração, hoje ampliada no Museu do Trem no Recife e também no Museu Histórico de Campina Grande, constitui um emblema para os que percebiam as inaugurações de estrada de ferro como espetáculos da mecânica moderna. Até porque, é um dos poucos registros iconográficos sobre o assunto relativo ao período em toda a região.

sob a forma de editorial, intitulada simplesmente “O Ramal de Campina Grande”. Exatamente por ter sido publicada sob a forma de editorial, o autor da matéria se manteve anônimo, mas seu conteúdo é todo baseado nas notas de viagem desse desconhecido personagem. Após rápido preâmbulo, o jornal abre aspas para inserir o conteúdo dessas notas de viagem.

De maneira que as imagens sobre esse trem inaugural se baseiam nessas notas de viagem, escritas por um espectador bastante atento. É através dessas notas que convido o leitor a embarcar no trem “maria-fumaça” que fez a viagem inaugural do ramal de Campina Grande. Trem que atrasou aproximadamente três horas em relação ao prazo inicialmente previsto para chegar ao seu destino, mas que era ansiosamente aguardado por milhares de campinenses.

Uma dessas imagens está expressa sob a forma de uma reclamação dirigida à superintendência da Great Western, a empresa responsável pela construção do ramal. É que o jornalista pernambucano ficou indignado com o descuido dos seus diretores, que ao invés de proporcionarem uma viagem confortável aos que embarcaram naquele trem inaugural – entre os quais encontravam-se pessoas “conceituadíssimas” dos Estados de Pernambuco e Paraíba -, “fazendo correr um comboio decente com carros luxuosos até e locomotiva boa, deixaram-nos um limitado número de vagões, insuficiente ao regular número de passageiros, e mais puxado por u’a machina velha, intrafegável mesmo...”. Mas a reclamação tinha razão de ser, segundo o referido jornalista, exatamente por se tratar de uma linha importante, com seu nítido caráter de espetáculo, sendo de se esperar, nesses casos, uma comitiva com inúmeros excursionistas “desejosos de conhecer os seus progressos e apreciar o bonito espetáculo que sempre se apresenta ao espírito observador quando se procura

vencer centenas e mais centenas de kilometros desconhecidos e pela primeira vez cortados por uma estrada de ferro”.⁴¹

Mas se essa viagem inaugural foi encarada pelo jornalista como um verdadeiro martírio, haja vista ter sido feita em um trem puxado por uma locomotiva “quase imprestável” e cujos carros não ofereciam nenhum conforto às “conceituadíssimas” pessoas ali presentes, a proporcionar “cinco e enfadonhas horas em uma viagem de estrada de ferro”,⁴² nada disto inibiu o caráter de espetáculo em torno dessa viagem inaugural. Até porque, como ele mesmo nos informa, uma verdadeira multidão se aglomerara nas estações, que não escondia sua admiração para com a novidade. Em Lauro Muller, por exemplo, o jornalista pernambucano registrou, em suas notas de viagem, que o lugar - “ponto de parada, destinado mais à provisão d’água às locomotivas” - se “apinhava de populares”, vindos do povoado Guarita para contemplar o movimento do trem, que partiu em meio à “balbúrdia alegre daquela centena de populares”.⁴³

De Lauro Muller o trem partiu para Mogeiro, onde ocorreria idêntica movimentação, com a “plataforma da estação cheia de matutos”, cujo “desejo ardente de conhecer um vapor de terra” fez com que provocassem um “rebuliço ensurdecedor”. Postados no calçamento da gare, contemplavam “boquiabertos” a máquina, embora olhassem “com uma certa desconfiança para o interior dos carros, vendo ali passageiros amontoados sobre outros, e uns sentados nas próprias malas de viagem, maldizendo a hora de viagem, o cansaço da mesma”.⁴⁴

⁴¹ Cf. “O Ramal de Campina Grande” (editorial). In: **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 de outubro de 1907, p. 2.

⁴² Cf. Idem.

⁴³ Cf. Idem.

⁴⁴ Cf. Idem.

Assim, o jornalista pernambucano dava a entender que não compreendia o porquê de tanto regozijo diante daquele velho trem. Por que aquele “rebuliço ensurdecador” na estação de Mogeiro? O certo, porém, é que os “matutos” estavam lá no dia do trem inaugural. Indiferentes ao desconforto daqueles “conceituadíssimos” passageiros e ao estado pouco promissor da máquina, ali compareceram para comemorar a chegada desse decantado instrumento de progresso, vale dizer, indiferentes a quem não entendia sua admiração pelo trem.

Continuando o trem a subir a serra da Borborema, mais duas paradas estavam previstas antes de chegar a Campina Grande: uma na vila de Ingá outra em Galante. Na estação de Ingá, distante dois quilômetros da vila, “ainda o movimento das duas primeiras: grupos e mais grupos de pessoas em admiração ao trem”. Partindo para Galante (na época simples ponto de apoio para a locomotiva se abastecer de água, sem qualquer povoação; hoje distrito de Campina Grande), cujo percurso envolvia a parte mais íngreme na subida da serra, aquela velha locomotiva só a muito custo venceu o obstáculo. É que de repente, em meio às serras, a locomotiva parara por completo. Ora, como pairava no ar o medo de um possível ataque do cangaceiro Antônio Silvino e seu bando, o qual teria jurado que o trem inaugural não correria naquele dia, os passageiros ficaram bastante assustados. Mas o medo era infundado. A péssima locomotiva, de acordo com o inconformado jornalista, teria parado tão-somente para “utilizar d’água do seu tender, pois o vidrinho marcador assim reclamava”.⁴⁵

Uma vez em Galante, onde o trem mais uma vez se atrasara porque a “estragada machina necessitava de mais água”, finalmente o comboio partiu para o ponto terminal. De acor-

⁴⁵ Cf. Idem.

do o citado jornalista, era difícil descrever a recepção ao comboio quando de sua chegada em Campina, em especial pelo adiantado da hora, 8:30 da noite, com um atraso de três horas aproximadamente: “o cansaço da enfadonha viagem não nos permitiam indagar ante aquela incalculável multidão, os motivos de sua estada ali, a sua admiração ao trem, uma coisa tão velha e tão aborrecida para nós outros da cidade, quão novidade e ambicionada pelo povaréu do matto”.⁴⁶

Estereótipos ou reclamações à parte - fruto da auto-imagem que o observador recifense constrói ao se apresentar como homem da cidade grande que ficara pasmo com o comportamento do “povaréu do matto” ao recepcionar aquela locomotiva, uma “coisa tão velha e tão aborrecida” -, o que conta aqui é a espetacular recepção com que foi saudado o trem inaugural em cada uma das estações por onde passava, como aquela de Campina Grande. Em que pese o adiantado da hora; em que pese o atraso referido, aquela “incalculável multidão” ainda lotava as dependências da estação. Por isto, só aos empurrões os “excursionistas” conseguiram se livrar da “onda popular”, para que pudessem “respirar” um pouco num dos departamentos da estação, sendo o interlocutor do grupo informado por um dos funcionários da empresa ferroviária: “Ah! O Senhor não viu nada (...). À hora do trem, 5 e 40 minutos da tarde, impossível era o trânsito na estação. Foi calculado em 4 mil pessoas o número aqui existente”.⁴⁷

Preocupado, pois, com o seu próprio bem-estar, o jornalista pernambucano não tinha sensibilidade para perceber a dimensão simbólica das comemorações em torno daquele

⁴⁶ Cf. Idem.

⁴⁷ Cf. Idem.

trem inaugural. Talvez por ser do Recife, paisagem urbana que convivia há décadas com a locomotiva, algo já banalizado no cotidiano local naquele começo do século XX, não percebia que mesmo uma velha locomotiva era capaz de proporcionar um enorme espetáculo. Pelo interior afora, como em Campina Grande no começo do século XX, o que importava, naquele momento solene, não era o estado específico da máquina que servia de guia ao trem inaugural, mas o que ela representava enquanto símbolo de novos tempos, conforme incorporado ao imaginário local ao longo dos anos. Com isto, a interrogação parece pertinente: o evento comemorativo teria sido menos espetacular, na cidade de Campina Grande, por que o comboio não comportava carros confortáveis e uma locomotiva nova? A resposta é negativa.

Não obstante o atraso de horas, a maioria dos presentes não arredava pé da estação: com o olhar fixo no horizonte, por nada deste mundo perderia o espetáculo proporcionado pela chegada da grande *novidade*. O sonho, alimentado durante décadas, tornava-se realidade. O grande momento aproximava-se. E para lhe fazer jus, a ele estava sendo consagrada toda aquela festa pública, com os ingredientes a que já fiz alusão, fogos de artifício, banda de música e ovações como “vivas” ao gringo (o prefeito Cristiano Lauritzen) e “viva o trem”! E, claro, o maior de todos os ingredientes, o espetáculo proporcionado por aquela *maravilha* da mecânica moderna.

**BANQUETES, FESTA, ESPETÁCULO E
REPRESENTAÇÕES: LUZ ELÉTRICA E AS NOVAS
SENSIBILIDADES/SOCIABILIDADES
EM AROEIRAS (1930-1960)¹.**

Iordan Queiroz Gomes²

Corriam os idos de 1936... O clima era dos mais favoráveis a essa região da Paraíba, havia chovido nos últimos dias. Naquela manhã, 16 de julho, possivelmente o cheiro de terra molhada ainda estava no ar quando, por volta das “8:00 horas”, o “Prefeito Carlos Pessoa e sua esposa Marina Pessoa³” arrumavam os últimos preparativos para saída de Umbuzeiro até a localidade de Aroeiras⁴. Seguramente, vivia-se com entusiasmo e expectativa aquele dia. Seguindo-os, avolumavam a caravana cerca “50 cavaleiros”, sendo eles “personagens ilustres” de Umbuzeiro e região, políticos, autoridades religiosas, policiais, jornalistas, professores, acadêmicos e parte da elite umbuzeirense.

¹ O texto é parte de minha dissertação de mestrado, intitulada “Sensibilidade e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1950)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFPG) sob a orientação do professor Dr. Gervácio Batista Aranha.

² O autor é mestre em História pela UFCG – Universidade Federal de Campina Grande – PB. Professor efetivo no Estado de Pernambuco e na Universidade Estadual Vale do Acaraú e Universidade Aberta Vida - UVA/UNIAVIDA em Campina Grande.

³ *Jornal A Imprensa*, Sábado 1º de Agosto de 1936, João Pessoa, p. 3. Para fins de esclarecimento, em nosso texto, quando da transcrição de documentos de época utilizaremos a grafia de então, conforme a linguagem presente no contexto.

⁴ A cidade de Aroeiras está situada no Agreste paraibano, distante de Campina Grande, cidade polo, cerca de 54 km e de João Pessoa, capital do Estado, 178 km, aproximadamente. Segundo dados do IBGE, inscritos no Censo de 2010, sua população é de 19.082 habitantes, contendo sua unidade territorial, uma área de 374, 694 Km². A cidade pertenceu a comarca de Umbuzeiro até 1953 quando foi emancipada, pela Lei estadual nº 980/53.

Quando de lá saíram, *A Imprensa*⁵ não nos dá notícias sobre o trajeto tomado, ou mesmo o tipo de transporte utilizado para se ir de Umbuzeiro à Aroeiras naquela manhã. Apesar disso, é provável que a comitiva tenha seguido pela estrada de rodagem no sentido a Itabaiana passando pelas margens do rio Paraíba e nas proximidades dos povoados de Aguapaba, Natuba e Pedro Velho passando por esse último para se chegar à Aroeiras, ou ainda, tomando rumo pelo Sítio Bernardo na subida da serra do rio. Se o caminho percorrido foi um desses, bem mais confortáveis e seguros, dada a presença da estrada de rodagem cobrindo parte do caminho tomado, é possível que o trajeto tenha sido feito por automóveis, tais como aqueles que levaram o mesmo prefeito e sua comitiva à Itabaiana na ocasião de sua posse em dezembro do ano anterior⁶.

Diante dessa possibilidade, antes de seguir caminho com os caravaneiros, talvez mereça entrar aqui algumas breves considerações. Ocorre que na ocasião em que se reunia a comitiva chefiada pelo prefeito de Umbuzeiro e Aroeiras, Carlos Pes-

⁵ Para produção desse artigo utilizaremos algumas “notas” e matérias do Jornal *A Imprensa*, João Pessoa, entre 1936 e 1938. Neste caso, quando do contato com essa fonte usamos das lições metodológicas de Luca (2010) no tocante aos cuidados e das possibilidades de análise das fontes impressas, notadamente os jornais. Cf. LUCA, Tânia Regina de. “Fontes Impressas: historia dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezzi. (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010). Em se tratando de orientações metodológicas mais gerais no trato com as fontes, guiamos nossos passos com as lições de Ginzburg sobre o paradigma indiciário no qual as noções de pistas, indícios e sinais nos são valiosas. Cf. GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*: in: **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

⁶ O jornal *A Imprensa* circulado em janeiro de 1936, dá notícias sobre a posse de Carlos Pessoa ocorrida em dezembro de 1935, por volta do dia 23, e da comitiva chefiada por Carlos Pessoa até a cidade de Itabaiana para posse efetiva, os quais seguiram “todos os convidados em automóveis para aquela cidade, acompanhados do novo Prefeito”. Veia-se *A Imprensa*, João Pessoa, quinta-feira 16 de Janeiro de 1936, p. 04-05. Ainda sobre os preparativos e a posse de Carlos Pessoa, em Dezembro de 1935, ver GOMES, Jordan Queiroz. “A memória, as tramas e teatralizações do político em Umbuzeiro e região”. In: **Anais Eletrônicos do XV Encontro Estadual de História – ANPUH -PB**, vol. 2, Cajazeiras, 2012b, ISSN: 9788589674676, p. 16-30.

soa, tratava-se de um dia de inauguração, mais precisamente, a inauguração da luz elétrica no então povoado de Aroeiras. Logo, pensamos ser uma imagem tanto quanto “cara” aos olhos de Carlos Pessoa, a saber, inaugurar aquele “equipamento moderno de conforto”⁷ “guiado” por outro maquinismo oriundo da vida moderna: o automóvel. Isso porque, conforme notaremos, Carlos Pessoa costumeiramente se deixava representar em algumas matérias e notas de A Imprensa como sendo um prefeito operoso e em sintonia com o progresso e civilização.

Em se tratando da imagem de um administrador operante, pronto para atender as reivindicações de seu povo, talvez Carlos Pessoa seguisse a linha de um antigo conhecido, à época, interventor do estado da Paraíba: Argemiro de Figueiredo. Argemiro, nesse contexto, “logrou de capitalizar dividendos políticos que o transformaram em um símbolo de excelência administrativa”. Uma “representação”⁸ que o interventor tomava para si de forma bem parecida a que o chefe da nação, Getúlio Vargas, fazia a partir da utilização da imagem e da propaganda. Na Paraíba, a apropriação desse discurso fez de Argemiro um administrador atento “as diretrizes adotadas quanto ao uso da propaganda”⁹.

⁷ Vejam-se as considerações de Aranha sobre a luz elétrica tida como um item moderno de conforto no tópico “A Iluminação dita moderna: excelência da civilização”. Cf. ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais (1880-1825)*. In: Ó, Alarcon Agra do. Et Ali. **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural**. 3 ed. João Pessoa: Idéia, 2003, p. 97.

⁸ Referimo-nos ao conceito de *representação* tal como evidenciado por Chartier (CHARTIER, 1990; 2009). Cf. CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990; _____. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

⁹ Cf. CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)**. João Pessoa – PB, 2007. Tese (Doutorado em Sociologia), UFPB, p. 57.

Sobre isso, certo dia, o próprio Carlos Pessoa nos lembra do Programa administrativo de Argemiro e “da solicitude com que verifica e atende todas as necessidades de cada um dos municípios”, de acordo com as “orientações das forças nacionais, todas superiormente coordenadas para a consolidação de um regime que está tornando o Brasil cada vez mais forte, mais unido e mais prospero¹⁰”. Aos olhos de Carlos Pessoa, Argemiro era um legítimo administrador em sintonia com os preceitos da vida moderna. Teria Carlos Pessoa se apropriado da imagem administrativa do interventor paraibano? É provável.

Nessa apropriação, importa-nos destacar que Argemiro se encarregou de cercar seu governo com uma série de imagens e símbolos que faziam suas ações serem representadas como se estando em sintonia com as aspirações da esfera federal. Esses símbolos, é bem verdade, estavam para além das construções, obras e serviços por ele implantados. A título de exemplo, basta lembrar a forma como o empreendimento da construção do sistema de abastecimento d’água em Campina Grande, especificamente, como a execução do projeto Vaca Brava na década de 1930, foi tida como uma obra resultante de “uma prova de amor incondicional do governador Argemiro de Figueiredo à sua terra natal”, construída com as exigências da engenharia moderna¹¹.

¹⁰ Cf. **Quarto Aniversário do Governo de Argemiro de Figueiredo**. Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba. João Pessoa, PB. 1939, p. 19.

¹¹ A propósito da implantação dessa obra, Cabral Filho (2007, p. 63) fez uma leitura dos “jogos de imagens” produzidas em torno do “administrador moderno” e destacou as visitas feitas por Argemiro de Figueiredo ao canteiro de “obras”, ou mesmo em outras cidades paraibanas a fim de vistoriar suas ações/construções. Neste aspecto, quando da visita de Argemiro ao canteiro de obras de Vaca Brava, registrada pelas imagens fotográficas, destaca que: “ao fundo da imagem pode-se ver dois automóveis - símbolos caros ao processo modernizador brasileiro na década de 1930 – provavelmente, utilizados pela comitiva do interventor”. Em sua análise, “os automóveis trazem para a imagem uma representação de velocidade; permitem-nos imaginar o caráter de urgência com o qual aquela obra foi revestida”; fazem-nos ainda “pensar também sobre a preocupação do interventor paraibano em realizar constantes deslocamentos pelo

Aqui, caso concordemos com os indícios em torno da apropriação de Carlos Pessoa em relação a imagem administrativa de Argemiro, certamente a comitiva seguiu confortavelmente de automóvel(is) para Aroeiras na oportunidade de inauguração da luz elétrica naqueles idos de 1936. Afinal, dentre outras coisas e, para além da certa agilidade com a qual a obra foi concluída, tratava-se de um momento de encontro com o “povo” de Aroeiras e região. Um encontro que deveria fazer valer, na memória, a lembrança de um governante fiel, pronto a atender os anseios de seu povo. Sendo esse provavelmente um dos fatores decisivos quando do atendimento às possíveis reivindicações dos aroeirenses para a instalação da luz elétrica no povoado. Dito isso, no dia da inauguração da “luz”, narra-se que...

A chegada em Aroeiras... Chegando próximo ao povoado, ouvia-se foguetões estourar no ar. Eles anunciavam a “aproximação do prefeito e de sua comitiva¹²”, além de simbolizar, quando ouvidos a distância, que aquele era um dia de festa para a localidade. Os aroeirenses, à espera, preparavam-se para receber o benfeitor da melhoria. Certo número de pessoas, talvez incomum em outros momentos na localidade, aguardavam os caravaneiros. (Re)lembramos: era um dia de festa. A *Imprensa* adverte: “havia intenso júbilo entre os habitantes”. E, completa, aquela festividade era “uma homenagem” ao “operoso” prefeito “que, culminou numa verdadeira consagração¹³”. Sobre a dimensão festiva da inauguração, supomos que tenha sido um

Estado que administrava, do litoral ao sertão”; de modo a “estar junto às pessoas do povo, misturar-se a elas, apresentar-se como uma dessas pessoas; revelar-se, através de suas ações, como um depositário e realizador fiel dos anseios deste povo: eis o perfil que Argemiro de Figueiredo buscava construir para si”.

¹² *A Imprensa*, Sábado 1º de Agosto de 1936, João Pessoa, p. 3.

¹³ *A Imprensa*, Op. Cit.

bom momento para “arejar” sonhos e desejos, fomentar utopias. Tratava-se de um momento propício à espetacularização¹⁴.

E, conforme os possíveis trajetos tomados quando da saída de Umbuzeiro, o ponto de chegada da comitiva era a Rua do Alto, atual Epitácio Pessoa. Conta-se que os primeiros habitantes da localidade fixaram residência nessa parte do povoado e construíram as primeiras casas de posse do Sr. Laurentino de Moura Varejão por volta de idos do século XIX¹⁵. Cabe lembrar que Aroeiras, por volta da década de 1939, constituía-se como um aglomerado urbano cercado de algumas ruas principais. Dentre elas, a Rua do Comércio, ou Rua Grande como também era conhecida, concentrava maiores traços de urbanidade, cercada por residências de famílias tradicionais da localidade, ao que pode-se dizer, pertencentes à elite local¹⁶. Nessa rua estavam as principais casas de comércio, bares, farmácia¹⁷, agência telegráfica e, a partir daquele ano de 1936, a usina de energia elétrica. Era o centro da localidade cercado por marcas urbanas na fronteira com o seu universo rural.

Mesmo apresentando tais características, contam que o “povoado estava inteiramente embandeirado”. Na Rua principal, a imaginar pela presença das pessoas, muito provavelmente ouvia-

¹⁴ Del Priore (2000, p. 10) já havia nos alertado sobre a possibilidade de pensarmos a festa como uma “expressão teatral de uma organização social”, ou seja, de acrescentarmos no festejar um “fato político, religioso ou simbólico”. Cf. DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

¹⁵ Conferir Andrade (1984, p. 17/18) sobre a posse da terra das Aroeiras pelo então português Laurentino de Moura Varejão. Cf. ANDRADE, Pedro Paulo. **Aroeiras sua Origem**. João Pessoa: A UNIAO Cia. Editora, 1984.

¹⁶ Sobre a configuração do povoado de Aroeiras, transformado em Vila “em 15 de Dezembro de 1938, pelo decreto de número 1.164, do governo estadual” (IBGE, 1960) veja-se mapa do Município de Umbuzeiro organizado pelo IBGE em 1938, “em observância ao decreto Lei Nacional nº 311, de 2 de março de 1938”.

¹⁷ No Cadastro Comercial Organizado por JB Amaral em 1928, consta as firmas e estabelecimentos de comércio abertos em Aroeiras e Umbuzeiro de 1910 a 1925. (Cf. JB. Amaral, org. Cadastro Comercial do Estado da Parahyba. João Pessoa, 1928)

se palmas e vozes. Eram “vivas de entusiasmo e regozijo” diria o jornal “A Imprensa¹⁸”. Seguida do estouro dos foguetões sequencialmente ordenados. Uma girândola saudou os caravaneiros que chegavam ao (des)concertado centro do povoado.

Dentre os populares que aguardavam a comitiva, o “velho e dedicado filho de Aroeiras”, “João Bento Correa” destacou-se por seu entusiasmo e animação “que em sua modéstia de homem do povo tomou parte na alegria geral da terra”. Quando da chegada, narra-se que “os caravaneiros entram na principal rua, onde grande massa popular da localidade e circumvisinhanças, aguardam”. Nesse encontro, destaca A Imprensa que o prefeito era “abraçado de instante a instante pelos habitantes do povoado”. Contudo, a professora Nininha Guedes foi encarregada de transmitir a “saudação de boas-vidas” oficial em nome dos aroeirenses. Ou seja, coube a professora transmitir a “sensação” de gratidão dos aroeirenses “tomados de alegria sem conta¹⁹”. Aqui, sutilmente pode-se extrair da matéria que povo e elite (letrada) estavam ali representados, juntos para receber a melhoria. Afinal, antes de tudo, era um equipamento “dito” de uso público e privado.

Seguramente um “jogo de representações²⁰” precioso aos olhos da Imprensa que naquele momento recaem sobre a imagem de Carlos Pessoa enquanto prefeito predisposto a atender as reivindicações de seu povo. Em retribuição, “comovido”, o prefeito homenageado dizia sentir-se: [...] “jubiloso por lhe haver cabido a tarefa de entregar a Aroeiras aquele melhoramento de tanta utilidade; que ali, naquele instante, não via correligionários e, sim, um punhado de conterrâneos a quem lhe coube por sorte dirigir e, por conseguinte lhe assistir o dever de lhes ser útil²¹”.

¹⁸ A Imprensa, Op. Cit

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Cf. Chartier, 1990, p. 17.

²¹ A Imprensa, João Pessoa, 1º Agosto 1936.

Um discurso envolvente quanto ao caráter de proximidade com o povo. Juntos, povo e administração silenciam as possíveis diferenças e/ou disputas político/partidárias/pessoais. Ao finalizar, acrescenta o prefeito: “façamos da política arma de pacificação e progresso”²². Um pouco de teatro digno de nota²³. Aqui, não por acaso *A Imprensa* confere a certos personagens locais a assistência de se ter recebido tamanha melhoria. Como que evocando certas testemunhas a darem crédito ao empreendimento. Seriam elas testemunhas reais? Não podemos assegurar.

A memória “(re)editada”... De certo, sobre as expectativas em dotar Aroeiras com um sistema de iluminação elétrica, *A Imprensa* “editou” algumas matérias. Neste caso, o leitor que, por exemplo, folheasse com atenção a sua edição de 18 de Abril daquele mesmo ano, notaria que a matéria lembra a “necessidade de luz para o próspero povoado de Aroeiras”. Para tanto, afirmavam que na ocasião o governo municipal se achava “empenhado em dotar Umbuzeiro e seus distritos de tudo aquilo que se faça preciso para o bem estar dos habitantes” e iria “tornar uma realidade as aspirações dos aroeirenses”²⁴.

Nessa matéria, a instalação de um sistema de luz elétrica em Aroeiras aparece como decorrência de certas reivindicações de alguns habitantes locais em torná-la mais atraente e agradável, neste caso, tendo os itens da vida moderna como indispen-

²² Ibidem.

²³ Referimo-nos ao campo aberto pelo “novo” historiador do político em tentar “desvendar mitos, ritos e símbolos que a sociedade resgata e a política coloca em cena”. Sobre isso leia em Aranha (2006, p. 20/1) as suas considerações obre a “metáfora teatral” de uso na análise da “nova história política” na leitura de José Murilo de Carvalho e na esteira de Geertz (Op. Cit. p. 24). Ver ainda suas notas 25 e 26 do mesmo autor. Ainda sobre a noção de teatralização do poder ver as contribuições de Balandier citado por Aranha na nota 27 (p. 26). Cf. ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicas. Campina Grande: EDUEFG, 2006.

²⁴ *A Imprensa*, João Pessoa, Quinta-feira, 18 de abril de 1936.

sáveis ao viver confortavelmente naquela parte do município. Além disso, a efetiva instalação é tida como resultado de um esforço do poder público municipal em dotar a comuna com os modernos de conforto necessários ao bem estar dos moradores. Ao final, a notícia projeta as aspirações em perspectivas futuras dizendo que havia “promessas de que até meados do ano será inaugurada a luz elétrica de Aroeiras²⁵”.

Representações à parte, de fato, muitos dos melhoramentos materiais instalados e/ou construídos em Aroeiras no período ocorriam na medida em que também eram feitos e/ou instalados em Umbuzeiro²⁶. Indício que eram resultantes de certas reivindicações. E, diante de nossa leitura, os indícios atestam que os primeiros “bicos” de luz chegaram a Aroeiras ainda naquele ano, por volta dos primeiros dias de julho. Porém, dada a forma com que foi pintada pelo poder público municipal, muito provavelmente tratava-se de uma novidade que invadia as ruas de Aroeiras antes mesmo de sua instalação²⁷. Um empreendimento que muito agradaria aos moradores locais, obra esperada com ansiedade, talvez reabrindo o tempo, criando, em um dado presente, expectativas diversas em relação ao futuro. Embora, deve-se fazer notar que o equipamento moderno chega a Aroeir-

²⁵ *A Imprensa*, Op. Cit.

²⁶ A título de exemplo cabe destacar: a chegada e utilidade dos serviços de Correios e Telégrafos (instalado em Umbuzeiro em 1911 e em Aroeiras em 1919); a instalação dos serviços de Rádio Difusão com a chegada dos primeiros aparelhos de rádio (instalados em Umbuzeiro e Aroeiras na década de 1930, mais precisamente em 1937), ambos instalados primeiramente em Umbuzeiro e posteriormente em Aroeiras. Sobre a instalação desses itens veja-se, respectivamente, o Anuário Estatístico do Estado da Parahyba, João Pessoa, 1934, p. 301; *A Imprensa*, João Pessoa, 18 de abril de 1937.

²⁷ Em 1938, *A Imprensa* elabora uma “propaganda” contendo os benefícios de anunciar nesse jornal e expõe um mapa da Paraíba em que contém as localidades as quais tinham assinantes. Dentre eles, observamos a presença de Aroeiras e Umbuzeiro. Não sabemos quem eram efetivamente seus assinantes na localidade, embora, acreditamos que parte da elite letrada local tinha acesso as notícias veiculadas naquele periódico. Cf. *A Imprensa*, João Pessoa, 06 de Março de 1938.

ras um tanto quanto tardiamente haja vista que outras cidades paraibanas do período já haviam recebido a iluminação elétrica²⁸.

Talvez por isso, em certa matéria, lê-se que o prefeito pretendia dotar aquele lugar que “vivia as escuras” de tamanho equipamento moderno, capaz de tirar-lhe do atraso, “das trevas”, de trazer-lhe *à luz*²⁹. Ou seja, tratava-se de uma “necessidade inadiável³⁰”. Era, demonstra o correspondente, uma antiga aspiração da população aroeirense sedenta e que há muito desejava tirar Aroeiras do atraso que parecia amarrar o seu desenvolvimento. Aqui, (re)cortando as matérias, caberia investigar: a quem o empreendimento iria beneficiar diretamente? Por que o empreendimento luz elétrica se fazia tão presente nas ações de governo de Carlos Pessoa como nos mostra A Imprensa? Vejamos algumas pistas...

Elas podem ser extraídas quando continuamos folheando a mesma edição de Abril daquele ano. Lá, afirmava o correspondente que “o Sr. Prefeito acaba de se dirigir a Capital do Estado onde vai efetuar a compra do maquinismo, etc”. O maquinismo aqui noticiado refere-se a compra do “motor” e, certamente, de todo petrecho necessário a instalação e distribuição da energia pelas residências e ruas de Aroeiras. É bem verdade, não por todas as ruas e residências, mas, ao menos na Rua Grande, nas mediações da Rua central. Por outro lado, investe o redator: a viagem do prefeito a capital do estado tornaria “real” o desejo de se poder ter a luz elétrica em Aroeiras. Ao finalizar, a notícia afirma que “Aroeiras, pelos seus homens

²⁸ Veja em Aranha “as primeiras experiências com energia elétrica” na Paraíba. Cf. ARANHA, 2003, p. 96. Em Umbuzeiro há indícios da instalação de um sistema de iluminação elétrica em 1930, notadamente, em substituição ao antigo sistema fornecido a gás acetileno. Cf. **Almanaque do Estado da Parahyba**. 1933. João Pessoa, p. 245.

²⁹ *A Imprensa*, João Pessoa, Quinta-feira, 18 de abril de 1936.

³⁰ *A Imprensa*, João Pessoa, 1º de agosto 1936.

trabalhadores e cheios de aspirações será grata aquele que lhes der a satisfação de trazê-la à luz...³¹”

Uma “nota” que traduz a instalação da luz elétrica como sinônimo de desenvolvimento ao “próspero povoado” que dispunha naquele momento de trabalhadores dotados de expectativas quanto ao engrandecimento da terra. Destaca, portanto, a dimensão do “sonho” de seus habitantes apontando como justificativa para que constasse no programa de ações do “operoso” prefeito de Umbuzeiro. Intenções à parte, aqui outra inquietação: seria a instalação da luz elétrica extensiva a todos os aroeirenses? Continuemos a analisar os indícios...

Dias antes da inauguração, era domingo, 31 de junho de 1936, A Imprensa dá notícias de que se achava “quase concluída a instalação da Uzina produtora de luz do prospero povoado de Aroeiras”. E, sobre isso, completa: “por esses dias aquele laborioso povo terá a satisfação de sair das trevas e ter os salutareos benefícios da luz elétrica que de há muito era para ali existir”. Da matéria, ligeiramente extraísse que a instalação da luz elétrica faria com que a velha Aroeiras, escura e atrasada, entrasse em sintonia com os princípios de *modernização, progresso e civilização*. Afinal, embora tardiamente, sairia efetivamente das *trevas em direção à luz*. Certamente uma imagem recortada pelos redatores do texto, provavelmente partindo do correspondente local.

Por outro lado, a mesma matéria nos é reveladora em mais um aspecto: “com a inauguração da Luz em Aroeiras, maior incentivo tomará de certo para melhorar o comércio que, no algodão, é leader do Município³²”. A época, Aroeiras já contava com mais de quinze motores de beneficiamento de

³¹ A Imprensa, João Pessoa, Quinta-feira, 18 de abril de 1936.

³² A Imprensa, João Pessoa, Domingo, 31 de junho de 1936, p. 3.

Algodão³³. Muito provavelmente, parte de seus comerciantes locais e fazendeiros do plantio da malvácea lucrariam com o empreendimento, além dos cofres municipais que poderiam arrecadar mais com a produção do algodão no contexto áureo de seu plantio e produção na Paraíba e região³⁴. Um empreendimento de retorno mais concreto.

Neste tipo de empreendimento, considerando a ideia de conforto e melhoramento material com que vinha atrelado, em Aroeiras não podemos deixar de percebê-lo como um esforço institucional para dotar o povoado de alguma infraestrutura. Uma infraestrutura que, se não atendia a todos os moradores, ao menos serviria para melhorar a produção local da *preciosa malvácea*. Inclusive, trazia consigo a possibilidade de equipar o povoado com maquinismos mais avançados para a produção do algodão. Quem sabe, alimentar o sonho de se ter em seu território uma Usina de beneficiamento do produto, como aquela que existia em Gado Bravo³⁵. Desta feita, talvez a operosidade

³³ Cf. ANDRADE, Pedro Paulo. **Aroeiras sua História**. Campina Grande, Editora e Gráfica santa Fé Ltda., 1981. p. 23.

³⁴ Ainda sobre a produção de algodão e a movimentação agrícola de Umbuzeiro e Aroeiras, conferir dados do **Almanach do Estado da Parahyba**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1933, p. 245-246. Sobre os maquinismos de beneficiamento de algodão presentes no município, verificar dados do **Anuário Estatístico do Estado da Paraíba** de 1931, onde se lê no tópico: Indústria – Descarçadores de Algodão existentes no Estado em 1931 – que existiam em Umbuzeiro um total de 19 máquinas destinadas a tal feita. Se os números corresponderem ao total existentes em todo município, cremos que inclui os mais de dez existentes em Aroeiras, estando o distrito, neste caso, equipado com mais da metade desses maquinismos. Cf. **Almanaque do Estado da Parahyba**. 1931. Ano II. João Pessoa, 1934. p. 377. Ver ainda os dados estatísticos organizados pela Inspetoria Agrícola do Estado da Parahyba em 1913. Cf. Mensagem Governamental enviada a Assembléia Legislativa da Parahyba na Abertura da 3º Sessão Ordinária da 7º Legislatura, em 1º de Setembro de 1914. João Pereira de Castro Pinto – Presidente do Estado. Parahyba do Norte, 1º de Setembro de 1914, p.48.

³⁵ Conta Andrade que na década de 1930, na “localidade vizinha de Gado Bravo, funcionava uma usina de “Algodão, por sinal uma das melhores do Estado e que recebia produto até do Estado de Pernambuco”. Cf. ANDRADE, Pedro Paulo de. **Aroeiras sua Origem**. A UNIÃO Cia. Editora, 1984, p. 24.

do executivo local tivesse tido tamanho adiantamento tornando realidade o antigo sonho em apenas alguns meses.

Aqui, supomos que certo “jogo de representações” avolumou-se nas matérias de A Imprensa em torno das possíveis justificativas sobre o porquê da introdução da luz elétrica em Aroeiras, bem como a quem diretamente interessava. A propósito de tais representações, extraídas da leitura dos jornais, Luca (2008) já nos alertara sobre a possibilidade de serem resultados de certo influxo de interesses, compromissos e paixões. Neste caso, o pesquisador deva está atento a certos jogos de interesses quando da formulação de matéria publicada nos periódicos. Ou seja, é preciso historicizá-lo posto que no momento da “(re) edição” é comum se tentar distinguir a narração do acontecimento e o próprio acontecimento.

Em termos de orientação metodológica, deve-se partir do pressuposto de que a imprensa escolhe, fazendo todo um trabalho de seleção das “notícias” as quais classificam como sendo dignas de chegarem até os leitores. Logo, é comum que sejam pintadas com as cores de interesses particulares. Assim, as pistas indicam que A Imprensa tratou de “editar” as notícias sobre a instalação da luz elétrica em Aroeiras a partir de certo jogo de interesses, ou seja, a partir de um “jogo de representações” atento a determinado “enquadramento de memória³⁶”, talvez aquele em que destacava o continuísmo de certa tradição familiar³⁷.

E, em se tratando da edição das matérias, supomos que o empreendimento luz elétrica em Aroeiras colaborava com a

³⁶Veja-se as problemáticas em torno do uso da memória e dos chamados “enquadramentos de memória” em Pollack. Cf. POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos. Memória** 3. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989. p. 7-11.

³⁷Sobre o continuísmo da tradicional família Pessoa, notadamente a partir das representações em torno da Carlos Pessoa na região ver a leitura de Gomes (2012b).

edificação de certa imagem do “Estado da Paraíba que, dentro da comunhão nacional gosa de merecido conceito, pela maneira como, desde o governo do Presidente João Pessoa, soergueu as suas economias, tornando-se por isso mesmo o paradigmas de todos os outros” e que tinha “nos dias que correm, um dos Municípios que também há de servir de modelo para as outras comunas do Estado”. Era “Umbuzeiro”, lembra o correspondente, governada por Carlos Pessoa, “um espírito da estirpe do seu inesquecível parente, o grande João Pessoa”. Nessa imagem, a cidade estava “em situação financeira de desfogo. As rendas do município arrecadadas com zelo e interesse pelos encarregados do fisco teem entrada nos cofres públicos para aplicação imediata nas causas de maior necessidade para o bem dos habitantes da terra...³⁸”.

Belíssima imagem, preciosa memória... Ao leitor, deixamos a reflexão... Por outro lado, insistimos que tais representações não anulam o caráter de novidade com que o equipamento talvez tenha sido introduzido em Aroeiras. Sendo assim, vejamos os passos “finais” da inauguração do maquinismo moderno ainda sob a companhia do periódico...

O dia passa... As comemorações continuam... Aque-la altura, as mediações do Mercado Público já se achavam em movimentação. Ocorre que seria um local de parada dos caravaneiros para um almoço que, se não era público, seria encenado aos olhos do público. Antes, porém... Temos notícias de que após a recepção pública parte da comitiva segue para a casa do representante do legislativo local, o vereador Honório Têles, onde sua família aguardava a chegada dos ilustres visitantes. Provavelmente o dia já entrava em sua segunda metade quan-

³⁸ A Imprensa, Jornal, João Pessoa, 1º Agosto 1936.

do os caravaneiros saem da casa do edil local e se dirigem ao Mercado Público. Certamente, o prédio do mercado era uma das mais elegantes construções públicas do centro do povoado. Dada a forma de sua fachada, com largas janelas e três portas de entrada, o salão central era possivelmente bem arejado, um bom lugar para receber a comitiva.

O banquete no Mercado... Lá, os preparativos do almoço já estavam prontos. Um verdadeiro palco montado para ocasião... Duas mesas cuidadosamente ornamentadas estavam ricamente fartas as vistas dos caravaneiros e do público presente. As ornamentações em forma de “C e P³⁹” simbolizavam o encontro agradecido daqueles que sentavam à mesa com o Sr. Prefeito, Carlos Pessoa. Muito provavelmente tratava-se de um grupo seleta de pessoas. Curiosos, seguramente amontoados pelas janelas e portas do mercado, ou mesmo aos arredores do salão, muitos aroeirenses ouviam, entre o tilintar de talheres, as conversas de cunho político e de interesse pessoal que franzia as bordas do repertório e do cardápio de conversas naquela tarde festiva⁴⁰. Afinal, era a política sendo usada como arma de “pacificação e progresso” que estava em *destaque*, atentada naquele dia de comemorações. Talvez por isso, A Imprensa deixe escapar que “a grande multidão assistiu ao ágape que decorreu na maior cordialidade⁴¹”. Nesse cenário, o mercado compunha-se como um local de encontro e de sociabilidades.

³⁹ *A Imprensa*, João Pessoa, Sábado 1º de agosto de 1936, p. 3.

⁴⁰ A despeito desses aspectos, a dimensão do encontro através da “conversa” surge como um conceito chave para pensarmos as “sociabilidades” as quais se envolviam os moradores locais em dias de festa como aquele. A despeito da conversa e das sociabilidades presente em Georg Simmel, ver FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2007, p. 10.

⁴¹ *A Imprensa*, João Pessoa, Sábado 1º de agosto de 1936, p. 3.

Os preparativos da inauguração... Certamente aquele dia parecia ter ficado mais longo para os moradores de Aroeiras. Pois, logo cessa o ambiente da ágate, os caravaneiros seguem para o prédio onde se encontrava instalado o motor de “Luz”. Era por volta das “17:00 horas” quando a comitiva partiu do mercado para o local das “máquinas”. Seguramente, tratava-se de um final de tarde prontamente esperado, estrategicamente aguardado. Pensemos: ao final da tarde e início da noite os efeitos do melhoramento seriam melhor apreendidos, refletidos nos olhos e na memória daqueles moradores locais que viveram e/ou mesmo ouviram falar da experiência de instalação da luz elétrica. Supomos... Em termos simbólicos: a(s) noite(s) (re)conhecida(s) de então, escura(s) e em “trevas”, cederia(m) lugar a(s) noite artificialmente iluminada(s), a “luz”, ao conforto e a segurança. Seria esse o efeito esperado? E os resultados diretos, seriam mesmo os de promover segurança e conforto a todos? É preciso adiar um pouco mais qualquer interpretação possível diante dessas inquietações.

No mais, já no prédio da Usina Elétrica que ficava embrenhado num beco paralelo à Rua do Comércio, a poucos metros do leito do riacho das Aroeiras (Riacho do Aricuru), nas mediações do mercado público, algumas famílias da elite local “aguardavam a chegada do séquito⁴²”. Sobre o beco da Usina, apertado e de terra batida, era supostamente um dentre outros locais de “pastio” e descanso em dias de feira muito procurado pelos feirantes que vinham ao lugarejo no lombo de animais. Nesse tempo, ao embrenhar-se naquele beco, certamente sentia-se o odor de esterco e detritos acumulados dos animais que ali se enfileiraram na última feira.

⁴² *A Imprensa*, João Pessoa, Sábado 1º de agosto de 1936, p. 3.

A inauguração... Já quando todos se encontravam no prédio da Usina, tem-se um momento de reflexão seguido de oração sob as bênçãos do local e do motor pelo cônego Antônio Ramalho, ou seja, é dado um toque cerimonial à inauguração aos moldes do culto católico. Aqui é de se pensar em burburinhos recorrentes aos momentos anteriores a inauguração. Aquela altura, o chefe das máquinas certamente esperava atento o momento de ligar o motor. Após a benção, pode-se imaginar em um silêncio recorrente, cercado de perspectivas... Todos aguardavam... Até que “o chefe das máquinas liga o motor...” Quando, de repente, vê-se o “salão iluminar”. Imaginemos... Como num passe de mágicas: a luz se fez! Seguramente fazendo jus ao efeito automação, ouvindo-se, “inesperadamente aclamações e palmas”. Estava inaugurado o motor de luz em Aroeiras. Uma festa em que “a alegria era difícil de conter⁴³”. Como noticiara a Imprensa dias antes: as trevas cediam lugar à luz... Aroeiras estava iluminada! Para refletir: teriam, realmente, todas as ruas e residências de Aroeiras ficado iluminadas? Adie-mos mais algumas linhas as respostas possíveis...

Os discursos... De certo, inaugurada em termos concretos, usando da imaginação, o leitor pode pensar que aos poucos fora serenado o regozijo instantâneo. Contudo, faltavam ainda os discursos oficiais daqueles homens autorizados e legalmente “empenhados” em dotar Aroeiras com aquele maquinismo da vida moderna. Um a um, os representantes do executivo, do judiciário e demais autoridades falaram ao público presente. Em meio a festividade toma a palavra o chefe do executivo local. Sobre o discurso de Carlos Pessoa, “A Imprensa” narra,

⁴³ Ibidem.

O Dr. Carlos Pessoa inicia seu discurso dando como inaugurada a “luz elétrica” de Aroeiras. As suas palavras são cheias de emoção, deixam transparecer toda alegria que lhe vai n’alma em poder beneficiar aquele povo alegre e trabalhador. Lembra s. excia. que para consecução de tão importante melhoramento muito contribuíram a boa vontade e o esforço dos aroeirenses que o ajudaram. Não podia também esquecer naquele instante a constancia e devotamento de amigos como Severino Cabral, Gonsalves Cavalcanti e o mecânico Manuel Correia, os quais foram incansáveis em auxiliá-lo em tão rápida e pronta execução do trabalho. Sentia-se feliz. Aquelas demonstrações de carinho eram o testemunho de que estava cumprindo o dever. Tinha também naquele momento a palavra de conforto do Governador do Estado e do Secretário da Fazenda cujos telegramas de inauguração leu... terminando agradece ao Dr. Antônio Gabinio a sinceridade de suas palavras que mais lhe eram um incentivo para a continuação do seu programa de governo⁴⁴.

Nesse discurso, comovente a um olhar desatento, (re) lembra da efetiva realização de um antigo sonho daquela comunidade por um prefeito laborioso, detentor de um programa de ações governamentais aprovado pelo interventor do Estado. Porém, promovendo um discurso reticente, cauteloso e provavelmente recortado pela edição do jornal, o prefeito local ao notabilizar o acontecimento não esquece de dividir os méritos, cedendo lugar nesta feita a certos personagens que, podemos interpretar, como ele (re)queriam o engrandecimento da terra.

⁴⁴ *A Imprensa*, Op. Cit.

Nada de admirar a investida de Carlos Pessoa em criar uma imagem de proximidade ao seu povo. Dessa história, em outro espaço, mas no mesmo tempo, já tecemos considerações...

A cena seguinte foi marcada pela presença de um representante do Interventor Argemiro de Figueiredo. Uma presença “ilustre”. A ele é dada a tarefa de “fazer a ligação da chave ao ‘quadro’ que distribue a iluminação às ruas da localidade⁴⁵”. Ele representa, no discurso do prefeito, a confiança do então interventor do Estado em se tratando do (re)conhecimento daquela administração. Entretanto, a presença de um representante do governo pode ser lida como um forte indício da provável participação orçamentária do Estado no empreendimento luz elétrica instalado em Aroeiras. Caso positivamente, a referência de *A Imprensa* sobre a instalação ter sido mediada pelos esforços exclusivos do executivo municipal deve ser problematizada à luz de outras interpretações possíveis⁴⁶.

Os efeitos simbólicos... Problemáticas à parte, narra-se que após a inauguração, “a música sob a batuta do maestro J. Souto, executava linda marcha do seu repertório, saindo em passeata pelas ruas do povoado... A população cheia de entusiasmos prorrompe em vivas...⁴⁷”. Para finalizar as festividades daquele movimentado dia é oferecido outro banquete na residência do Sr. José Alves Barbosa, provavelmente iluminada

⁴⁵ *A Imprensa*, João Pessoa, Sábado 1º de Agosto de 1936, p. 3.

⁴⁶ Em 1937, quando *A Imprensa* fazia uma espécie de balanço em de “Um ano e meses de Administração digna” do prefeito Carlos Pessoa, a luz elétrica foi decantada como uma conquista em que o prefeito “compreendendo as necessidades do povo que dignamente governa não se fez esperar, mesmo enfrentando dificuldades, apressou-se em dotar aquela povoação de uma excelente iluminação elétrica, cujo motor foi adquirido pelo poder executivo da municipalidade”, a indicar, talvez, as exiguidades orçamentárias com a qual a luz elétrica fora instalada em Aroeiras. Cf. *A Imprensa*. João Pessoa, Domingo, 18 de Abril de 1937.

⁴⁷ *A Imprensa*, João Pessoa, Sábado 1º de Agosto de 1936, p. 3.

quando da chegada do prefeito e sua comitiva por volta das “19:00h”. O jantar, ao que tudo indica, foi bem mais restrito do que o almoço no mercado público. Dentre os convidados constava Carlos Pessoa Filho juntamente com seu pai, Carlos Pessoa. Na oportunidade, fora preparada uma mesa de “honra”. Além da mesa, é provável que a iluminação elétrica, o imobiliário, os talheres, os elementos decorativos, dentre outros itens da “cultura material⁴⁸” faziam dessa residência um ambiente digno de *receber o ilustre e operoso* prefeito juntamente com sua comitiva. Tratava-se, certamente, de uma residência pertencente a um membro da elite local, a qual, naquela noite desfrutava-se dos benefícios da luz elétrica.

Por fim, o baile público realizado no Mercado era a prova maior de que o dia havia ficado mais extenso para aquela localidade. De certo, aquela conquista mudou(aria) o cotidiano daqueles moradores. É só pensar que já era por volta “das 21 horas” quando “iniciou-se o animado baile em que tomaram parte as principais famílias locais”. Era uma festa noturna. Festividade talvez incomum em outros momentos. Aqui uma nota... E, sobre ela insistimos: embora fosse restrito às principais famílias locais, o salão de festas estava bem iluminado, acrescido um item de conforto, fazendo com que as comemorações se estendessem até a madrugada. Seguramente, algo novo estava ali sendo sensivelmente vivido.

As sensibilidades... Sobre isso, caberia destacar uma nota teórica/metodológica, propositalmente lançada em lugar incomum. Ela diz respeito à hipótese de trabalho apresenta-

⁴⁸ Sobre o conceito de cultura material, na relação dos sujeitos com as coisas e os bens, ver o estudo de Daniel Roche. (Cf. ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades dos séculos XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 13-17).

da por Aranha⁴⁹, em que pese a verificação da emergência de certos equipamentos modernos de conforto por capitais, cidades e povoados do interior dos estados do Norte brasileiro em uma dada temporalidade. Em seu exercício, fala-se de novas sensibilidades que são estimuladas pelo contato com o caráter *novo*, de *novidade* dos equipamentos modernos capazes de alterar o cotidiano das pessoas. As sensibilidades correspondem, assim, às sensações, ao emocional, com a subjetividade, com os valores e os sentimentos que operam em meio às experiências cotidianas dos sujeitos obedecendo outras lógicas e princípios. Em última instância, dizem respeito aos sentidos que advêm das experiências dos sujeitos sociais e que se processam em meio ao vivido, sendo de algum exteriorizados em gestos, práticas e/ou linguagem(ns)⁵⁰.

Em nosso exercício, em se tratando de identificar certas mudanças de sensibilidades, ou de como a instalação da luz elétrica alterou a vida cotidiana dos moradores da Aroeiras objeto de nossa análise, mesmo que no âmbito privado, pode-se aqui lançar mão de uma impressão sensível. Ela foi narrada, porque não dizer, exteriorizada em uma carta⁵¹ pela Sra. Olívia Barbosa oferecida ao Sr. Pedro Paulo de Andrade, autor do livro “Aroeiras sua História”, publicado na década de 1980. Nessa carta, usando

⁴⁹ Cf. os estudos de Aranha (2003) sobre a ideia de modernidade no espaço regional nortista. Lá, compreendem-se de sua análise que as experiências modernas das cidades nortistas devem ser pensadas com base no impacto causados por certas conquistas materiais de uso coletivo e/ou privado, símbolos modernos de valor universal.

⁵⁰ Veja-se ainda o conceito de sensibilidades analisado por PESAVENTO. Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidade no tempo, tempo das sensibilidades**. 2004, p. 1-2.

⁵¹ Malatian (2009) já nos alertava sobre as possibilidades e os cuidados de se tomar as cartas enquanto fontes sensíveis resultantes de uma dada apreensão e exteriorização de certa experiência vivida. Cf. MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In. PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 195-221.

da recorrência as suas lembranças, a autora nos remete a um contexto de transição entre o antes e o depois da instalação da luz elétrica, provavelmente entre as décadas de 1920/1940.

Nesse tempo, nos lembra a narradora, “ao anoitecer, as luzes que se acendiam, naquela época, eram de azeite de carapateira numa candeia de ferro, colocada na parede. Depois foram chegando os candeeiros de querosene. E bem mais tarde, luzes de carbureto, depois lâmpadas de álcool. Custou, mas afinal chegou, a luz elétrica”. Aqui, não há dúvidas, trata-se de uma representação sensível que nos traduz uma leitura sobre como, aos poucos, foram se mudando os agentes iluminativos até se chegar a luz elétrica, ao que parece, esperada por muitos.

Diante da travessia do tempo da rememoração ao tempo de sua infância, podemos investir na ideia de que sensivelmente conforme a luz chegava em algumas residências tinha-se a sensação de maior conforto e segurança, noções caras às mudanças de sensibilidade sentidas com as transformações nas formas de morar e habitar o espaço urbano como nos mostrou Roche (2000). Isso para dizer de nossa convicção diante dos indícios que, por mais sutis que sejam e/ou dos filtros que possam conter, atestam certa alteração no modo de viver daqueles antigos moradores que de um modo ou de outro experimentaram a chegada da luz elétrica em Aroeiras. Por outro lado, insistimos, Aroeiras nesse tempo ainda vivia num misto de urbanidade/ruralidade.

As luzes do caminho e os caminhos sem luzes... Cabe salientar que a luz elétrica, apesar de representar uma conquista material e simbólica, chegava lentamente e apenas em alguns pontos do espaço urbano, sobretudo, nos espaços privados, sendo que a maior parte das ruas e moradias de Aroeiras eram ilu-

minadas à gás querosene e/ou velas⁵², agentes iluminativos de uso mais recorrente entre os moradores. O bem coletivo, supomos, não surtiu os efeitos decantados para todos os aroeirenses.

D. Maria, por exemplo, lembrando da época do motor, nos informa que a luz elétrica “só tinha mais na Rua Grande, nessa rua por aqui não tinha não!” (se referindo à Rua do Alto, onde residia à época da entrevista em 2008). Sem falar “no tempo que o motor quebrava⁵³”, ai sim! Em sua fala, a melhoria do motor ganha novas colorações e, além do fato de não ser acessível a todos, os serviços de luz que chegava a Aroeiras por vezes interrompidas quando a máquina quebrava. Enfim, acessada em um dado presente, seu relato nos permite dizer com alguma segurança que esse “bem” moderno ficou restrito a parte de seu centro. Certamente, uma conquista concreta em termos materiais, mas que não alcançou prioritariamente a todos.

O Sr. José Guedes, outro antigo morador, certa vez nos informou/relatou sobre o tempo de sua memória em que nas ruas de Aroeiras a energia ainda era fornecida a motor. Para ele nem todos tinham energia em suas residências. Pois,

[...] tinha nada só tinha energia o pessoal mais rico os burguei. Nem todo mundo tinha eu trabalhava no moto da luz e lá em casa era no candeeiro [...] num tinha rede de energia, a rede passava somente ate ali (se referindo a Rua do

⁵² Mesmo na década de 1950, segundo dados fornecidos pela enciclopédia dos municípios brasileiros (IBGE 1960, p. 202), havia um consumo de aproximadamente 25.000 velas diárias, “sendo 7.000 para fins de iluminação pública e 18.000 para fins particulares”, referências quantificáveis que nos põe diante do fato de que nem todos habitantes da cidade naquele tempo usufruíam da luz elétrica à motor em suas residências.

⁵³ Entrevista concedida ao autor pela Sr^a Maria Ramos de Queiroz no dia 13 de setembro de 2008.

Comércio) pra bota pra cá num tinha jeito era mesmo que o sitio, escuro. Essa energia pra aqui já foi botada nessa Rua depois que Dr. Carlos boto energia em Aroeiras de Paulo Afonso [...] eu sei que quando boto energia aqui ai butaro a energia pra pobre [...] ali em Mané Preto ainda tem uns pau, uns pau de eucalipto furava as parede butava aquilo ali e ia pagando. Pagava a energia e pagava o trabalho do material todin, cada pessoa pagava na sua casa...⁵⁴.

Nesse relato, a energia elétrica aparece como sinônimo de *status* a imprimir certa cartografia urbana pautada pela distinção daqueles que tinham e dos que não possuíam a luz moderna em suas casas. Embora, aos poucos, as coisas foram mudando e igualmente aos poucos os “pobres” foram puxando os bicos de luz para suas residências. Note-se que na lembrança do antigo (reme)morador há menções à instalação da luz elétrica movida a hidroeletricidade (energia de Paulo Afonso) na década de 1960 pelo então prefeito Joaquim Antônio de Andrade com a efetiva participação de Carlos Pessoa Filho⁵⁵. Antes, contudo, quando da iluminação a motor, o relato do narrador chega a ser indiciário: em muitas ruas, a iluminação elétrica não havia chegado ainda naqueles idos de 1950. Isso fazia com que boa parte de Aroeiras figurasse bem escura à noite, criando ambientes propícios para práticas ilícitas, tidas como perigosas e imorais.

Em se tratando de configuração urbana, pode-se imaginar que cessado aquele dia de festa em torno da inauguração

⁵⁴ Entrevista concedida ao autor pelo senhor José Guedes de Oliveira 04 de Maio de 2009.

⁵⁵ Veja-se o projeto de Lei nº 27/62 apresentado pelo executivo a Câmara Municipal em 30 de Outubro de 1962. Nele o prefeito Joaquim Antônio de Andrade pede a autorização para abertura de crédito no valor de “Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros) para contratar projeto referente a eletrificação da sede municipal”.

da luz elétrica, foram-se o prefeito, os personagens ilustres, a banda de música e os demais caravaneiros, e Aroeiras voltava ao ritmo habitual, acanhada e desconfigurada, solitária e *atrasada*. Pelas ruas do pequeno povoado ficaria o bem material instalado, além de seus possíveis efeitos simbólicos diluindo-se em meio a antigas práticas e hábitos rotineiros. Pois, dificilmente se veria tão cedo gente como naquele dia, ou ainda, demoraria para que as luzes recém inauguradas deixassem de ser desligadas depois das 22:00 ou 22:30h após o sinal de recolhimento em função de alguma festividade⁵⁶.

A recepção... Aqui, uma ou duas narrativas podem ser reveladoras sobre as noites de Aroeiras após a instalação do motor de energia. Uma delas, diz que em Aroeiras, por exemplo, muitos sabiam das pedras que faziam os “cabras” sair correndo *quando zuniam nas telhas da usina de energia*. O trabalho à noite no prédio da usina era para poucos. Principalmente “porque a maioria dos homens tinham medo de visage”, em um tempo que se dizia “que aparecia demais ali”. Na usina, “quase toda noite era muita pedra em cima”. Quando dava o primeiro sinal... Aí pedra... Era pedra mesmo. O pessoal vinha só pra olhar, e num tinha esse negócio de... Se chegou gente, não jogar não. Podia tá quem tivesse”. Um mistério! Principalmente porque “você caçava por todo canto e num achava uma pedra⁵⁷”. Era mesmo de arrepiar!

Certa noite, nos lembra o Sr. José Guedes, estavam com ele no prédio “o finado Nado e o finado Agamenon... Eles eram tistimunha...” Nos adverte: eles estavam lá!.. Naquela noite, “o

⁵⁶ A época do motor de energia as narrativas orais informam que o fornecimento de “luz” se dava entre 18:00h e 22:00 e/ou 22:30h. Entre esses horários contam que se davam os sinais para o desligamento da luz, momento para preparar os agentes iluminativos que ficariam acesos após a energia apagar-se.

⁵⁷ Entrevista concedida ao autor pelo senhor José Guedes de Oliveira em 04 de Maio de 2009.

finado Nado deu uma carreira tão grande que quando passou na Igreja de crente deitou-se... com medo... E o finado Agamenon disse: eu vou é me embora!” enquanto isso, “a pedra: tá, tá, tá... e eu nem tava aí. Como trabalhador da usina por certo tempo, já estava acostumado. Não batia em ninguém, só era na teia⁵⁸”. Certamente, no dia seguinte, as “testemunhas” se movimentavam contando suas versões. Pensemos, quais ganhavam destaque: a do Sr. Nado: o corredor? A de Agamenon: o apressado? Ou a de Deca: o despreocupado e corajoso?

Exagero... Gracejo? Talvez. Mas o que a narrativa nos informa é bem mais que isso. Ela nos revela uma das imagens que caracteriza espaços como o de Aroeiras, a saber, um espaço “rural com suas mistificações⁵⁹”. Verdadeiras? Não podemos assegurar que havia a presença de forças invisíveis que pareciam querer expulsar os trabalhadores da Usina, apressá-los quando se dava o primeiro sinal. Não temos essa intenção. Contudo, cabe ao leitor imaginar que por trás das *pedras invisíveis*, poderia está algum de seus antigos moradores, homem(ns) da noite dotado(s) de outras expectativas, talvez querendo que Aroeiras voltasse às escuras. Neste caso, por trás das pedras “ditas invisíveis”, poderiam existir práticas reais de recepção e consumo diante do empreendimento luz elétrica. Neste particular, outra história pode nos ser reveladora... Vejamos atentamente os indícios...

Sobre as noites de Aroeiras, quando as luzes apagavam, nos lembra D. Maria “ficava a rua feito um cemitério, aquela escuridão...”. Ou mesmo antes do horário habitual em que as

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Para Rezende, a força do desejo de modificar o espaço citadino imprime uma marca indelével do mundo moderno no tocante a configuração urbana das cidades, sua distinção, seu contraponto ao universo rural, rude e “com suas mistificações”. Cf. REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos Modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997, p. 25.

luzes eram apagadas, entre os que não dispunham da luz elétrica em suas residências, “quando dava seis horas... dizia, prepare os candeeiros... outros acendiam uma vela... outros iam dormir e fechavam as portas”. Certamente, quando a luz apagava “não tinha mais uma porta aberta... ia tudo dormir com as luzinhas acesas: os candeeiros e as velas⁶⁰”. Para nossa narradora, um caminho era certo quando apagavam-se as luzes em Aroeiras: a casa. Esse parecia ser o melhor abrigo em noites escuras. E, em suas lembranças, as ruas escuras pareciam não agradar. Por quê?

Os indícios sugerem: as noites em Aroeiras, mesmo com a luz elétrica, pareciam continuar povoadas de práticas, digamos, *perigosas* e nocivas à moral e aos bons costumes. Era o caso das saídas do lobisomem entre as décadas de 1940 e 1950. “Mito”? Porque não dizer narrativa que rondava as ruas de Aroeiras nos dias seguintes em que se ouviam e/ou diziam que coisas estranhas tinham acontecido na noite anterior. Note-se: noite escura e perigosa. Cremos que muitos exclamavam: o que aconteceu? Um lobisomem! Lobisomem?! Houve vítima(s)? Quem foi(ram) a(s) sua(s) vítima(s)? Perguntemos: seriam mesmo vítimas? E o lobisomem, era mesmo uma fera assassina que assombrara e perturbava a pequena comunidade?

Antes de seguir caminho, advertimos: quando do contato com as lembranças que nos relatassem sobre tal experiência passada sentimos resistência de muitos antigos moradores em querer nos informar maiores detalhes. Contudo, não é de se estranhar se pensarmos que as formas de viver e morar em localidades pequenas, como era o caso de Aroeiras em seu passado e ainda em seu presente, parece conectar os seus moradores em determinados padrões e códigos de comportamento que em muito

⁶⁰ Entrevista concedida ao autor pela Sr^a Maria Ramos no dia 13 de setembro de 2008.

pode nos ser revelador das práticas e jogos de conduta que criam as condições inerentes ao viver coletivamente nesses lugares⁶¹.

Por outro lado, sobre os silêncios e esquecimentos, sejam eles intencionais ou não, no trato com a fonte oral “as omissões, os trechos desafiados de narrativa” podem ser indicativos “de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas”, conforme nos chama atenção Bosí⁶². Para Gaeta, ouvir os idosos é uma “experiência significativa” de modo que se pode identificar certa “percepção de como o momento histórico da mudança foi apreendido por parte dessa população⁶³”. Pensando nisso, investimos nos silêncios que faziam nossos narradores (des)conversar sempre que eram questionados sobre essa história. Sabíamos... esse silêncio poderia nos dizer mais... E, de um modo ou de outro, vejamos a história do lobisomem que nos foi revelada. Era uma vez...

O Sr. José Guedes certa vez quando perguntado sobre a existência de *lobisomem* em Aroeiras, diz, “tinha mesmo essa história aqui”. Algo de estranho rondava as noites escuras de Aroeiras! Conquanto, quando indagado sobre o que era de fato o lobisomem, diz “ninguém sabe não”. Mas, achava que isso era coisa dos “cabras atrás das negas, as negas atrás dos cabras, ai

⁶¹ Certa vez Pierre Mayol discorreu sobre as problemáticas a serem lançadas sobre as formas de morar e viver no bairro, e nos informou que esse *pequeno* reduto da vida cotidiana aparece “como o lugar onde se manifesta um ‘engajamento’ social, ou noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição”. Sobre isso, ver o conceito de “conveniência”. Neste caso, supomos que o texto de Mayol sugere inúmeras lições de métodos para o estudo de uma cidade pequena, em especial, o destaque a análise da vida em comunidade, dos laços de reconhecimento e tradição, muito parecidas as relações vividas em um bairro. Cf. MAYOL, Pierre. O Bairro. In: CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. 9. Ed. Petropolis, RJ: 2009, p. 37-41.

⁶² Cf. BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 15-18.

⁶³ GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. “A fala dos lugares perdidos: a cidade do desejo”. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 1, nº 30, p. 157-170, 1995, p. 159.

inventaram que era o lobisomem”. O certo é que, de madrugada, com as luzes apagadas, “ficava aquela bagunça no meio da rua, os cachorros tudo atrás”. Mas, ninguém sabia dizer ao certo quem era, uns sabiam, “uns diziam que era fulano, era cicrano”. E desconversa, para logo dizer que existia em Aroeiras “a turma do capote”, roubando cavalos, prática que atemorizava a localidade. Além dessa, em Aroeiras se tinham medo das pedradas que “zuniam” irrompendo da escuridão da noite.

Era preciso ter cuidado para não ser atingido por uma “pedrada” tal como aquela que atingiu um irmão do finado Luiz, ajudante de caminhão que saía de casa geralmente bem cedo para trabalhar e ir para Campina Grande. Pois, certa madrugada, de candeeiro na mão “aceso dentro de casa”, antes de sair “mandou a mulher fechar a porta”... Quando apareceu “na porta jogou uma pedrada que ele caiu e quase morreu... Os cabras aqui... agente só andava com medo, tinham que procurar o escuro, ele deixou candeeiro aceso... ninguém sabe quem foi...”⁶⁴. Trágico? Certamente. Em todo caso, como era moradora da mesma Rua do Alto nessa época, acreditamos que D. Maria fazia bem ao fechar a porta logo cedo, ficando apenas com a “luzinha” dentro de casa, seja a do candeeiro ou da vela. Lá, ela estava segura⁶⁵. Por outro lado, ao menos a partir daquele encontro com José Guedes, já sabíamos que o lobisomem poderia assumir outras formas que não as de uma *fera metamórfica*

⁶⁴ Entrevista concedida ao autor pelo senhor José Guedes de Oliveira em 04 de maio de 2009.

⁶⁵ Essa imagem, inclusive, talvez se devesse a antigas reivindicações e justificativas de personagens que viam no empreendimento luz elétrica um equipamento muito bem vindo nos espaços urbanos em sintonia com o mundo mais adiantado. Isso já nos fora alertado por Aranha quando este autor leu a coluna de certo periódico circulado na Parahyba do Norte em 1883 e analisou a asseveração que afirmava: “as noites escuras são propensas ao furto, aos distúrbios, e aos tumultos, ao deboche e a imoralidade (...). Ver Aranha, 2003, p. 102.

e sanguinária. Estávamos diante de uma prática, digamos, tida como ilícita, nociva, imoral das noites escuras em Aroeiras.

Neste sentido, D. Maria é a primeira narradora a nos fornecer maiores informações sobre as aparições do *lobisomem*. Ela dizia que ouvia falar da história do lobisomem, “mas, depois o lobisomem foi descoberto (risos)...” Sobre a história, ela contou: “disse que o lobisomem chegava... repare como era... aculá tem um riacho (apontando em direção ao riacho do Aricuru)... no pé da caibeira tinha um poço... aí disse que o lobisomem tomava banho naquele poço, se lamiava todinho, aí saía o lobisomem... quando foi um dia, disseram: vamos tucaiar o lobisomem”. Naquela noite, juntaram-se um grupo de homens que saíram para a tocaia... E, quando o lobisomem passou, houve a abordagem... Pegaram “o bicho”. Bicho? Naquela noite, finalmente, “... foi descoberto o lobisomem... (risos). Que era um homem atrás de uma moça”. Ele, “casado e ela solteira”.

O mistério havia sido desvendado: uma história amorosa, ou de “caso” amoroso envolvendo antigos moradores locais. Um escândalo! Certamente essa história deu o que falar pelas ruas de Aroeiras. Ou será que se tentou silenciar? O certo é que, ainda assim, não sabíamos e talvez jamais saberemos quem eram os personagens “reais” envolvidos nessa história. Dos encontros com aqueles antigos (reme)moradores nos idos de 2008, saímos com uma inquietação: no cruzamento das temporalidades históricas, talvez por conveniência, nossos narradores souberam zelar pelos laços de reconhecimento mútuo. Ocultar a identidade daqueles personagens certamente selaria os laços de compromissos e convivência coletiva de lugares como Aroeiras. Sobre essas coisas “imorais”, de comportamentos impróprios, não se

poderia falar, nem mesmo em um dado presente... Mas, pode-se dizer, o silêncio nos falou bem mais do que pensamos...

Das considerações finais... Por fim, com a intenção de tecer uma ou duas palavras em termos de considerações finais, cabe primeiramente destacar que a Aroeiras por nós analisada, entrecortada por uma temporalidade específica, passou por consideráveis transformações as quais, acreditamos, pretendiam lhe fornecer uma desejada forma urbana⁶⁶. Sobre isso, nos soa pertinente imaginar que esse desejo talvez fizesse parte de uma investida do poder público municipal em se fazer pintar como estando em sintonia com os preceitos da vida moderna. Neste caso, a luz elétrica foi um item, dentre outros, instalado(s)/implantado(s) em Aroeiras atendendo a esse fim. Por outro lado, lembramos, isso não impediu que tais itens fossem recepcionados diferentemente por seus antigos moradores, alterando suas práticas e vivências. Nesse tempo, Aroeiras recebeu uma forma imaginária⁶⁷.

Dito isso, caro leitor, fica aqui mais uma impressão... Como guardiã do tempo⁶⁸, nossa breve narrativa acaba por assegurar a Aroeiras um lugar... Ela pode nos servir como “conec-

⁶⁶ Cf. GOMES, Jordan Queiroz. “Aroeiras em fios de sua história”. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. (Org.). **História dos Municípios Paraibanos**. 1 ed. Campina Grande: EDUFCCG, 2012, v. 1, p. 1-100.

⁶⁷ Aqui cabe uma nota. É que a noção de imaginário é por nós tomada como sendo “representações imaginárias”, em que pese dizer que fazem “parte do vivido, não havendo separação entre palavras e coisas”. Nesta perspectiva, “o imaterial não é confundido com o não real”. Ver Aranha (2006, p. 91) em nota de número 146, suas arguições sobre a noção de “imaginário” na leitura de Le Goff e Duby. Assim, talvez a Aroeiras do desejo tenha dado sinais de seu aparecimento em meio a sua configuração real. Contanto, não podemos dizer que ela não existiu, pois ganhou forma imaginária.

⁶⁸ Sobre as considerações em torno da narrativa histórica (tempo configurado) pensada como uma “guardiã do tempo” veja-se: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp 2007. Veja ainda RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Vol. 3. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. E a hipótese de trabalho apresentada por KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC. Rio, 2006.

tor”, porque não dizer, um transporte tomado por via narrativa que nos permite (re)visitar traços de determinadas experiências vividas no passado. Uma viagem a qual fazemos sob a companhia de determinados sujeitos, certas testemunhas que nos auxiliam(ram) na difícil travessia das temporalidades histórica. Tentamos ouvi-los... Com eles avolumamos nosso “espaço de experiência”, crescemos, aprendemos mais sobre a vida...

Pensada enquanto tradução de uma dada experiência vivida, a narrativa histórica deve nos ensinar mais a viver. Como aprendizagem, deve ser devolvida a vida enquanto experiência adquirida com o tempo, com as leituras que fazemos do tempo. Talvez deva nos ajudar a compreender que fazemos parte de uma mesma marcha: a marcha humana... Com ela aprendemos sobre o outro e sobre nós mesmos. Essa convicção continua nos movendo. E a cidade continua a nos fascinar...

Ao chegarmos até aqui sentimos que o caminhar e/ou escrever, efetivamente é um trabalho sem trêgua o qual somos movidos pela força do desejo de uma curiosidade que nada poderia deter. E, como viajantes corajosos chegamos ao final de mais uma jornada. Percorremos nossa estrada. Continuaremos... Aos poucos, saudamos nossa dívida... Aqui, pensamos nossas “palavras finais” como um “ingresso” e um “convite” a um possível retorno. Lembramos: a cidade ainda pode nos falar por traz dos silêncios de suas pedras...

**CIDADE E
MEMÓRIA**

NOS IDOS DE 1940-1950: PATOS NAS ONDAS DO RÁDIO

Josinaldo Gomes da Silva¹

1. A DIFUSORA A VOZ DAS ESPINHAS: PATOS EM SINTONIA COM O MODERNO

No interior do Brasil, as difusoras tiveram papel importante, chegando ao ponto de merecer, em 1941, uma legislação especial do Estado Novo. “Em 28 de agosto de 1941, Lourival Fontes, diretor do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, baixou uma série de instruções que regulavam o funcionamento dos serviços de alto-falantes”². Assim sendo, a primeira difusora que se tem notícia em Patos, data de meados dos anos de 1930 e pertencia a Sinfrônio de Azevedo. Essa difusora funcionou na parte de cima do sobrado que pertencia a Tobias de Medeiros, onde se encontra atualmente o Banco Real. Em 1938 Sinfrônio de Azevedo vendeu o serviço de som para o senhor Manuel Cabral da Nóbrega (conhecido popularmente por Mané Lino), que imediatamente passou a chamá-la *A Voz das Espinhas*. Manuel Cabral dedicou toda a sua vida a esse empreendimento.

¹ O autor é mestre em História pela UFCG – Universidade Federal de Campina Grande – PB. Professor de História na Educação Básica – Ensino Médio – no Estado da Paraíba e no Município de Salgadinho – PB. Membro do grupo de pesquisa de Teoria e História da Historiografia na UFCG.

² AZEVEDO, Lia Calabre. **No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil 1923-1960**. Niterói - RJ: Universidade Federal Fluminense, tese de doutorado, 2002, p.70.

Segundo Marão que foi cambista da chave de ouro de seu João Cosme: quando Mané Lino comprou em 1938 a difusora a Sinfrônio de Azevedo fez sua transferência para o sobrado de propriedade de Dr. Basílio que existia na esquina da Rua Major Miguel, bem ao lado da Minerva de seu Zé da Livraria. Mudou-se em seguida para o prédio da mesma rua onde o Dr. Basílio teve a sua primeira farmácia, atual casa número 40 e ali permaneceu até o encerramento de suas atividades.³

A difusora *A Voz das Espinharas*, popularmente conhecida como “Difusora de Mané Lino”, tinha 20 projetores⁴ de som espalhados na cidade (ver fotografia 01), representou uma maneira inovadora de comunicação, descrita pelo memorialista Osvaldo Brandão Torres (Vavá Brandão):

Mané Lino tinha visão futurista e já naquela época transmitia bailes, fazia programas de calouros, retransmitia os noticiários da BBC de Londres durante a guerra, retransmitia a Voz do Brasil, mantinha noticiários regulares, transmitia comícios políticos, solenidades, as grandes festas (sete de setembro, festa da cidade, etc.), transmitia a missa e fazia tudo o mais que o rádio faz hoje.

³ Cf. **Patos em Revista**. Patos- PB: Gráfica JB, Ed. Histórica 2005.

⁴ Devo deixar claro que é possível encontrar depoimentos que afirmam que *A Voz das Espinharas* tinha 22 (vinte e dois) projetores de som. E como sabemos que esse número é passível de aumentar ou diminuir, ambas as afirmações podem está corretas.



Fotografia 01: Alto-falante da difusora *A Voz das Espinharas*. Acervo da Fundação Ernani Sátiro – Patos – PB.

Os locais onde os projetores de som da difusora foram instalados tornaram-se bastante visitados. O cenário da foto é a Rua Grande, principal rua da cidade, sendo possível observar no poste um dos projetores de som que fazia parte dos 20 (projetores) que a difusora *A Voz das Espinharas* tinha na cidade. Na foto, que parece pousada, se é possível observar uma aglomeração de pessoas, dando mostra que o local muito provavelmente era um ponto de chegada e partida de automóveis, uma espécie de rodoviária, pois o automóvel que podemos visualizar bem no centro da foto, parece ser uma Marinete.

A maior prova da inteligência e da visão inovadora de “Mané Lino” foi quando da paralisação da *Rádio Espinharas*, por quase três anos. Ele mandou fazer um pequeno transmissor, por Mestre Abdon e entrou nos lares da região. Foi, graças ao funcionamento irregular da *Rádio Espinharas*, que nos “anos dourados”⁵, a difusora *A Voz das Espinharas* exerceu até certo

⁵ Denominação dada por alguns historiadores, políticos, sociólogos e jornalistas, ao período que vai de 1950 a 1959, pelo fato de acreditarem que esse foi um dos momentos mais importante da história nacional, tendo sido criados vários termos para defini-los.

ponto o papel de rádio. Era responsável por interligar a cidade com as principais notícias do mundo, e fez com que o local dos seus retransmissores de som se tornasse ponto de grande concentração de pessoas. Segundo o memorialista Solon de Medeiros Filho:

A programação da difusora de Mané Lino começava no momento em que era ligado o motor da luz, às 17:30 (horas), terminava por volta das 21 horas quando ele dava o primeiro sinal alertando para o seu desligamento às 21:30 (horas). Em 1949⁶, seu Mané Lino adquiriu um amplificador de maior potência, podendo agora sua difusora ser sintonizada por receptor de rádio num raio de até uns dez quilômetros, sendo a partir de então adotado o slogan, “A Difusora de Patos falando mais alto para mais longe.” Seu Mané Lino sempre foi favorável à divulgação da cultura, nunca se negando em colocar a Difusora à disposição dos estudantes para a realização de programas de comemoração a datas consideradas importantes. Descobrimento do Brasil, Tiradentes, Independência do Brasil e outras. Nunca se descuidava de anunciar o acontecimento, procurando assim obter o máximo de audiência. - Atenção! Atenção! Hoje às 19:30 (horas) teremos nesta difusora a comemoração do dia de Tiradentes a cargo dos alunos do Ginásio Diocesano de Patos. Na ocasião serão ouvidos vários oradores que enaltecerão o grande bra-

⁶ Com relação à sintonização da difusora em aparelhos de rádio, há uma pequena discordância entre os depoimentos de Vavá Brandão e Solon de Medeiros, pois enquanto o primeiro afirma que se deu durante a paralisação da Rádio Espinharas, fato ocorrido em 1953, o segundo afirma que a referida sintonização teria se dado em 1949. O fato é que *A Voz das Espinharas* adentrou também os lares patoenses através de sua sintonia em aparelhos de rádio.

sileiro. Não percam! Não percam! Será às sete e meia da noite!⁷

Cabe ressaltar também, a divulgação de atividades esportivas, pois segundo depoimento de Romero Nóbrega⁸, nos idos de 1947, precisamente no mês de maio, o *Treze Futebol Clube* de Campina Grande - PB fez sua primeira apresentação em Patos, jogando contra o lendário *Botafogo de Inocência de Oliveira*. A histórica Difusora de “Mané Lino”, com 20 serviços de som instalados nos principais pontos da cidade - era esse o comercial da antiga *A Voz das Espinharas* - passou meses anunciando a grande partida de futebol, e no dia do esperado jogo, anunciou a escalação dos times de instante em instante. Após a importante partida de futebol, que terminou com o seguinte placar: Botafogo: 6 X Treze: 5, a referida difusora passou mais alguns meses divulgando o placar e exaltando o famoso *Botafogo de Inocência de Oliveira*.

Os seus programas de auditório, sempre as terças e quintas-feiras, disputavam a audiência da rua; marcaram época e tiveram sempre grande aceitação por parte da população local. Vale aqui lembrar o *Trio Sucesso*, que tinha a participação de Ferreira Filho, Dea Silva e Pedro Sales e, *Miscelânea Sonora*, apresentado por Ari Rodrigues e que contava ainda com a presença de Carminha Ramos, Diva Xavier, Luiz Oliveira, Basto Oliveira, Zé Caunha, Edizio Lima e João Vieira.

⁷ MEDEIROS FILHO, Solon de. *Estórias do meu tempo*. Olinda: Editora do Autor, 2004, p. 47-48.

⁸ Cf. SOUSA, José Romildo. *Álbum do futebol 90 minutos*. Patos-PB: Sal da Terra, 2008, p. 96.



Fotografia 02: Apresentação das cantoras Ione de Souza e Maria do Carmo no programa *Miscelânea Sonora*. (Reproduzida do suplemento do jornal *A União* de 14 de novembro de 2000).

A animação era a marca registrada dos programas de auditório na difusora *A Voz das Espinharas*, como podemos observar a partir da foto acima, no momento em que as cantoras Ione de Souza e Maria do Carmo se apresentavam no programa *Miscelânea Sonora*, apresentado por Ari Rodrigues, a alegria parece contagiar a todos que se encontravam no recinto. Em volta das cantoras encontravam-se componentes de outros grupos musicais que também se apresentavam no referido auditório. Em frente ao palco é possível perceber várias cabeças de pessoas dando mostra de que naquele momento o auditório de *A Voz das Espinharas* encontrava-se lotado, e na mais perfeita animação. Sendo assim, para os que não conseguiam uma vaga no pequeno auditório da difusora, restava-lhes procurar um dos locais onde se encontravam afixados os alto-falantes, e aproveitar a animação veiculada pelo referido programa de auditório.

Procurando ser fiel ao modelo de programação em voga nas principais emissoras de rádio do país, a exemplo da *Rádio Nacional* do Rio de Janeiro, onde os programas de auditório já haviam se tornado uma verdadeira “febre”, pois “permitia a um pequeno grupo de pessoas assistirem ao vivo as produções e shows do *cast* radiofônico, compartilhando essa atividade com outras milhares de pessoas que só podiam ouvir as transmissões”⁹, o pequeno auditório da difusora *A Voz das Espinharas*, tornou-se um local bastante procurado, pois o fascínio que os seus programas exerciam naqueles que se encontravam longe, apenas ouvindo, no rádio, ou nos projetores de som espalhados pela cidade, poderia ser vivenciado ao vivo, no pequeno auditório localizado na rua Miguel Sátyro. Segundo ainda Solon de Medeiros Filho:

Na difusora de seu Mané Lino, vários ‘speakers’ desfilavam com suas vozes forte, melodiosas e agradáveis. Um deles era destaque para todos os ouvintes. Crispim Pessoa. Era o mais entusiasmado, o mais vibrante, dando sempre muita ênfase a todas as propagandas que fazia, merecendo o aplauso de todos: - ‘Atenção, atenção, toda a população de Patos! Acaba de adentrar à cidade o querido Bispo Dom Luiz do A Mousinho, o crrraque dos Bispos!’ ‘Batom Nhá-Nhá, o batom da mulherrrr bonita! Batom Nhá-Nhá à venda na Perrrrfumaria Glória. Prrrraça João Pessoa três...três... trrrinta e três’. - ‘Remédio bom e barato é na farmácia Confiança’ se é da Confiança, pode confiarrrr. Farrrrmácia Confiança, os três pauzinhos da Sólton de Lucena’. - ‘Perrrrfumes, brilhantinas, sabonetes, presentes finos para os amigos e parentes, todos do melhorr gosto, você encon-

⁹ SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de; OLIVEIRA, Flavianny Guimarães de (et al). **História da mídia regional: o rádio em Campina Grande**. Campina Grande: EDUFCEG/EDUER, 2006, p. 51.

tra na Perrrfumaria Glória. A Perrrrfumaria Glória é bem ali na Prrraça João Pessoa, três... três.. trrrinta e três!¹⁰.

Além de Crispim Pessoa, o referido veículo de comunicação teve outros locutores que se destacaram, entre eles: Ramalho Silva, Luiz Pereira, Zé Rodrigues, Ari Rodrigues, Batista Leitão, Valdivino Araújo, Chiquim de Mané Lino, João Francisco (da bomba de gasolina). No apoio a estes profissionais existiam também os controlistas: Zé Gouveia, Lauro e Valdim de Mizael.

Cada locutor tinha o seu horário, precisava fazer de tudo para o seu programa segurar a audiência, pois caso contrário poderia não encontrar patrocinadores. Daí a grande preocupação dos locutores em intercalar as notícias e demais atividades consideradas importantes, com as chamadas dos produtos dos seus patrocinadores. Dessa forma, a exemplo de Crispim Pessoa, procuravam impressionar seu ouvinte, e cliente em potencial das marcas divulgadas no programa.

As propagandas veiculadas no referido veículo de comunicação davam ênfase a divulgação de produtos industrializados, o que contribuiu para que os referidos produtos fossem incorporados ao cotidiano dos patoenses.

Nesse contexto, as descobertas da indústria farmacêutica gradativamente foram incorporadas aos hábitos dos patoenses, que ao invés, ou juntamente, com os famosos chás e garrafadas, passaram também a utilizar os remédios da indústria química.

Incentivava também a população a colocar-se na moda, ou seja, usando o sabonete, e o creme dental (anunciado como

¹⁰ MEDEIROS FILHO, Solon de. **Estórias do meu tempo**. Olinda: Editora do Autor, 2004, p. 47-48.

o mais usado no Brasil, inclusive sendo preferido pelas estrelas do rádio e do cinema). Cabe ressaltar, que a “fluidez das comunicações facilitou a apropriação de elementos de muitas culturas, mas isso não implica que as aceitemos indiscriminadamente”¹¹, daí ser possível falar em hibridação cultural, quando nos referimos ao encontro de culturas, que até então encontravam-se distantes. Com o rádio, e com os serviços de alto-falantes, muito comuns nas cidades do interior, as culturas se confrontaram, se hibridaram, construindo dessa forma novas culturas. Ao contrário do que pensava Adorno, quando reafirmou sua ideia de que a indústria cultural se funda em um domínio manipulatório da mensagem sobre o receptor: o consumidor não é o rei, como a indústria cultural gostaria de fazer crer, ele não é o sujeito dessa história, mas seu objeto.¹²

Batista Leitão, um dos antigos locutores da difusora em questão, em entrevista publicada no suplemento do jornal *A União* de 14 novembro de 2000, destacou alguns recortes do cotidiano do referido órgão de comunicação de Patos, onde começou a trabalhar em 1951. Quando foi publicada a reportagem, Batista Leitão encontrava-se trabalhando no sistema *Itatiunga* de comunicação, na cidade de Patos, e continuava também com sua loja no mercado público da referida cidade, local onde, além de comercializar seus produtos, adorava relembrar fatos relacionados à sua longa trajetória como profissional da comunicação. Relembrou momentos engraçados, como o que ocorreu após uma partida de futebol entre o *Botafogo do Velho*

¹¹ CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 2008, p. 33.

¹² AZEVEDO, Lia Calabre. **No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil 1923-1960.** Niterói - RJ: Universidade Federal Fluminense, tese de doutorado, 2002, p. 24.

*Inocência de Oliveira*¹³, de Patos, e o time do Piancó. O jogo foi realizado no campo do Estrela¹⁴ e o time de Patos venceu o jogo por 6 x 0 (seis a zero),

Após o jogo a difusora de Mané Lino tava tocando. Esse jogo não pode ser 1 a 1... quando um jogador de Piancó subiu a escadaria de madeira que dava acesso à difusora com uma grande faca na mão. Valdim de Misael, que se encontrava no controle e foi membro da filarmônica 26 de julho, não contou conversa e pulou lá de cima, por uma pequena janela enquanto o enfurecido jogador partia para Batista Leitão, que era o locutor do horário para tomar satisfação, inclusive passando a folha da peixeira na sua garganta. A sorte que Valdim no aperreio não teve tempo de fechar o microfone e o povo na rua ouvindo todas as ameaças, correram e socorreram o Leitão¹⁵.

Outro fato ligado ao seu trabalho na difusora, que o nosso decano do rádio patoense, destacou em sua entrevista, foi quando Assis Chateaubriand, que pleiteava uma cadeira do Senado, trouxe a Patos a televisão para registrar o seu comício. “O comício aconteceu em plena Praça João Pessoa e, ali foram

¹³ O referido time de futebol, desde o ano da sua fundação (1946), teve como presidente o sr. Inocência de Oliveira. O *Botafogo do Velho Inocência de Oliveira*, assim como ficou conhecido em Patos e região, deu muitas alegrias aos torcedores patoenses, pois segundo declaração do próprio Inocência de Oliveira em entrevista ao *Jornal do Sertão*, a referida equipe de futebol passou quase sete anos invicta.

¹⁴ Este campo era localizado bem próximo de onde encontra-se atualmente o Estádio *José Cavalcanti*. Suas traves eram no sentido norte/sul, sendo uma mais ou menos onde está localizado o prédio do DNER e a outra no local onde se encontra a Igreja de Nossa Senhora de Fátima. SOUZA, José Romildo. **Álbum do futebol + 90 minutos: a história do futebol em Patos**. João Pessoa- PB: Sal da Terra, 2008.

¹⁵ Cf. Suplemento do jornal *A União*, João Pessoa – PB, 14 novembro de 2000.

instalados em seus quatro cantos telas que transmitiram ao vivo todo o desenrolar do evento. A população patoense, superlotou o logradouro vibrou quando do aparecimento das figuras mais irreverentes”¹⁶. A difusora *A Voz das Espinharas* também transmitiu o comício, e nesse dia Batista Leitão ficou encarregado dos trabalhos preliminares. A apresentação das autoridades no momento do comício ficou a cargo de Hilton Mota. Enfim, outro momento que o nosso personagem também elegeu como de grande importância na sua carreira, foi quando a difusora cobriu a chegada da imagem de Nossa Senhora de Fátima, vinda de Portugal. Na oportunidade o Padre Assis, famoso orador sacro, “saudou em oração, a imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima que chegou a Patos às 09:00 (nove) horas da manhã do dia 22 de novembro de 1953”¹⁷.

Relatos memoriais demonstram o impacto da difusora *A Voz das Espinharas* cobrindo os principais acontecimentos da cidade, assumindo por muito tempo o papel (nas décadas de 1940 e 1950) reservado ao rádio, além de divulgar o que acontecia na cidade, trazia dos melhores estúdios e teatros as músicas mais belas, e comunicava as notícias de João Pessoa e do Rio. A BBC de Londres chegava-lhe às 21 horas com as notícias sobre a Segunda Guerra.¹⁸

Entretanto, mesmo após a instalação da *Rádio Espinharas* (em agosto de 1950), durante a década de 1950, *A Voz das Espinharas* manteve seu status de importante veículo de comunicação de Patos, tendo em vista que os seus comerciais eram mais baratos. Apesar da *Rádio Espinharas* atingir maiores distâncias,

¹⁶ Cf. Suplemento do jornal *A União*, João Pessoa – PB, 14 Novembro de 2000.

¹⁷ Cf. **Patos em Revista**. Patos – PB: Gráfica JB, edição Histórica, 2005, p. 44.

¹⁸ MARIZ, Celso. **Cidades e homens**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

deve-se levar em conta também o alto valor dos aparelhos de rádio que tornou sua popularização lenta.

A partir do depoimento da senhora Fildani¹⁹, percebemos que muito provavelmente a partir do início da década de 1960, quando a cidade de Patos recebeu energia gerada em hidrelétricas, possibilitou melhor funcionamento da *Rádio Espinharas*, os aparelhos de rádio ficaram mais acessíveis, por sua vez *A Voz das Espinharas* passou a entrar em decadência. O número de alto-falantes foi reduzido assustadoramente, restaram apenas cinco, do total de vinte. Contudo, nesse período a *Rádio Espinharas* ganhou cada vez mais espaço como veículo de comunicação. Segundo a senhora Fildani, “o povo ficava escrevendo e aí se pedia: mande uma carta de onde você estiver, para dizer como estar chegando o som da *Rádio Espinharas* aí. E o pessoal escrevia e mandava comunicar que o som estava chegando bem”. Todavia, apesar do avanço da *Rádio Espinharas*, a difusora de “Seu Mané Lino” funcionou até 1966, ano de sua morte. O mesmo foi sepultado no Cemitério *São Miguel* em Patos e deixou um grande vazio na cidade.

2. PATOS NAS ONDAS DA RÁDIO ESPINHARAS

A instalação de uma emissora de rádio, nessa ou naquela cidade, dependia de concessão federal, daí o motivo pelo qual as rádios nascerem sempre atreladas aos políticos locais. A exemplo do que ocorreu em Campina Grande, que recebeu a implantação da *Rádio Cariri* no dia 13 de maio de 1948. No entanto, “a

¹⁹ Depoimento concedido pela senhora Fildani ao pesquisador Josimar Gomes da Silva, em 30 de maio de 2004.

priori a concessão da rádio havia sido dada a Eпитacinho Pessoa²⁰ 'que depois de dois anos sem instalar os equipamentos a cedeu para Jataí e Hilton Mota'²¹. Foi o que aconteceu também com a *Rádio Espinharas* de Patos, nasceu de uma concessão do Presidente Eurico Gaspar Dutra, ao candidato (que o então Presidente Gaspar Dutra apoiou) ao Senado pela Paraíba, Pereira Lira, em 24 de agosto de 1950²², autorizando a instalação de três rádios na Paraíba: a *Rádio Caturité* em Campina Grande, a *Arapuã* em João Pessoa, e a *Espinharas* de Patos. A concessão determinava que os referidos veículos de comunicação tivessem um fim educativo e recreativo. Porém, pelas circunstâncias em que se deu a referida concessão, fica fácil perceber que a finalidade principal, ao autorizar o funcionamento daqueles veículos de comunicação, era a campanha política de Pereira Lira e seus aliados. Assim, o testemunho memorial de Octacílio Queiroz se mostra revelador, pois quando se refere aos acontecimentos, ocorridos na cidade de Patos, durante a campanha política de 1950, assevera: "A Espinharas trabalhava exclusivamente para seu dono, Pereira Lira e sua aliança. (...) Um locutor insistente repetia seguidamente, para desespero dos pessedistas, e com voz tonitruante, o 'slogan' 'Pe..rei..ra Li..ra, a Paraíba precisa vê-lo no Senado'"²³.

²⁰ Pertencente à família Pessoa, que no decorrer da chamada República Velha dominou a cena política na Paraíba. Tendo como principais chefes: Eпитácio Pessoa, que foi presidente da República entre 1919 e 1922, e João Pessoa, Presidente da Paraíba de 1929 à 1930, quando foi assassinado no Recife. Contudo, cabe ressaltar que nos acontecimentos que agitaram o campo político brasileiro nos anos de 1930, a chamada Revolução de 1930, os Pessoas ficaram ao lado de Getúlio Vargas.

²¹ OLIVEIRA, Flavianny Guimarães. Rádio e política em Campina Grande. In: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de (et al). **História da mídia regional: o rádio em Campina Grande**. Campina Grande PB: EDUFCG/EDUEP, 2006, p 79.

²² Idem, p. 80.

²³ Cf. QUEIROZ, Bertino Nóbrega. **Tempos de Octacílio Queiroz: perfil de uma vida**. João Pessoa: editora da UFPB, 2000, p. 163.

Apesar da importância da discussão das tramas políticas no que tange aos meios de comunicação, essa temática não se constitui foco do nosso trabalho, tendo em vista que o nosso principal propósito é discutir a modernização da cidade de Patos, e seu impacto no imaginário social da mesma²⁴. Desta feita, procuramos perceber tais transformações a partir do contato com os novos meios de comunicação, entre eles o rádio.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que algumas imagens literárias se referem a presença do rádio em Patos, no início da década de 1930. Visto que Seu Porfírio, (personagem do romance *A cruz da menina*)²⁵ agente dos Correios em Patos, que tinha o hábito de ler os jornais antes de entregá-los aos seus destinatários, comprara na época um rádio Americanah Bosh, com o qual se punha em dia com os acontecimentos mundiais e nacionais.

Assim sendo, nos idos de 1930, o nosso personagem ficou alvoroçado com as últimas notícias divulgadas por uma emissora de rádio do Recife. O crime se dera numa confeitaria chique da capital pernambucana²⁶. O assassino era um advogado paraibano, cuja casa fora invadida por elementos da polícia, na Capital do Estado, e alegou vir sofrendo perseguição por parte do Presidente, desfechou-lhe três tiros, à queima roupa, causando-lhe morte imediata. A emissora informou que na capital paraibana os ânimos estavam exaltados, a polícia pelejava para conter a violência que ameaçava tomar conta da cidade²⁷.

²⁴ Sobre esse assunto ver: SILVA, Josinaldo Gomes da. **Imagens do moderno em Patos – PB:** (1934 -1958). Campina Grande – PB: UFCG, dissertação de mestrado em História, 2011.

²⁵ FERNANDES, Flávio Sátiro. **A Cruz da menina** (romance). Patos-PB: Fundação Ernani Sátiro, 1994.

²⁶ Trata-se do assassinato do presidente do Estado da Paraíba, João Pessoa Cavalcanti, que ocorreu no dia 26 de julho de 1930.

²⁷ FERNANDES, Flávio Sátiro. **A Cruz da menina** (romance). Patos-PB: Fundação Ernani Sátiro, 1994, p.140.

Contudo, apesar de se fazer presente apenas em algumas residências da cidade, o rádio fazia parte do cotidiano daquela urbe, nos idos de 1930 e 1940²⁸, quando ali (apesar das dificuldades bastante comuns na época) sintonizava-se principalmente as rádios do Recife. Segundo depoimento de Socorro²⁹ – atual diretora do museu da Fundação Ernani Sátiro em Patos – o deputado Ernani Sátiro costumava receber seus correligionários políticos na sala da sua casa (Fotografia 03) situada na atual Rua Miguel Sátiro. No entanto, quando chegava a hora da *Voz do Brasil*, pedia licença aos presentes nos seguintes termos: “amigos velhos me desculpem, mas chegou a hora de ouvir a *Voz do Brasil*” e a partir daquele momento sua atenção voltava-se inteiramente para o rádio.



Ilustração número 03: Aparelho de rádio pertencente ao coronel Miguel Sátiro: acervo do autor.

²⁸Tendo em vista tanto a carência de aparelhos de rádio, como as dificuldades de sintonizar as ondas curtas das rádios de outros recantos do país, nessa época os locutores da difusora *A Voz das Espinharas* captavam as principais notícias das rádios do Recife, e também da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, e divulgavam nos seus programas de notícias.

²⁹Depoimento concedido pela senhora Maria do Socorro Santana Ramos ao autor, em 28 de outubro de 2010.

O cenário da foto é uma representação da sala da residência do Coronel Miguel Sátyro, residência essa que após sua morte passou a servir ao seu filho Ernani Sátyro, que a exemplo do pai seguiu a carreira política. Era nessa sala onde eles costumavam receber seus correligionários políticos, e também se inteirar dos acontecimentos nacionais e até mesmo internacionais, através das ondas curtas de algumas rádios do Recife e do Rio de Janeiro, que chegavam através do rádio MULLARD fabricado em São Paulo, e posicionado em destaque na sala de visitas da casa.

Em Patos e alhures, o rádio foi se constituindo como um dos mais democráticos aparelhos de comunicação de massa, diferente do jornal escrito, que exige letramento e hábito da leitura, num país que historicamente ostenta um alto índice de analfabetismo. Diferente também do teatro e cinema, que exige a presença física do expectador, o rádio passa suas mensagens através da voz, e pode ser encontrado em qualquer lugar, inclusive nos bairros mais pobres. “Mesmo quando não existia em todos os lares, sempre havia a possibilidade de ouvir-se a ‘caixa falante’ no vizinho, na mercearia, no boteco, no quartel, no hospital e até mesmo nos bares e cabarés”.³⁰

Surgido nos anos vinte, no Rio de Janeiro, por ocasião do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, em 1922, duas empresas, uma americana e outra inglesa fizeram demonstrações de rádio, e realizaram uma transmissão do Corcovado para a “feira de amostras”. Presentes ao evento, os pioneiros da radiofonia brasileira, Roquete Pinto e Oscar Moreira Pinto ficaram entusiasmados com a nova invenção. A ponto do senhor

³⁰ SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de; OLIVEIRA, Flavianny Guimarães de (et al). **História da mídia regional: o rádio em Campina Grande**. Campina Grande: EDUFCG/EDUEP, 2006, p. 24.

Oscar Moreira Pinto, comprar o equipamento e levar para o Recife, instalando-o no local onde já funcionava a Rádio Clube de Pernambuco. “A experiência pernambucana pode ser considerada a primeira em moldes comerciais, pois antes disso as rádios só faziam anúncios de discos, e a partir de 1923, começaram-se a fazer transmissões de anúncios comerciais pagos”.³¹

Só a partir dos anos de 1930, o rádio passou a ter um impacto decisivo na cultura brasileira. Alterou a rotina da casa, trouxe as últimas novidades do “mundo civilizado”. O rádio interferiu, a ponto de reordenar o cotidiano de parte da sociedade brasileira. O rádio foi um veículo privilegiado no processo de formação e de divulgação de um novo estilo de vida, ligado às novas práticas culturais urbanas³².

Contudo, mesmo que a maioria das cidades localizadas no interior, a exemplo da cidade de Patos – PB sintonizassem alguma rádio através das ondas curtas. Uma das grandes aspirações dos seus habitantes era ver a instalação de uma emissora de rádio em sua cidade. Assim sendo, a primeira emissora de rádio a ser instalada em Patos (a *Rádio Espinharas*) foi ao ar antes de receber a autorização federal, que se deu em 24 de agosto de 1950. Segundo informação obtida no site da referida emissora³³, a sua instalação se deu em primeiro de agosto de 1950. E segundo depoimento de Osvaldo Brandão Torres (Vavá Brandão):

A emissora entrou no ar em julho de 1949, em fase experimental e passou a funcionar com

³¹ SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa, OLIVEIRA, Flavianny Guimarães de (et al). **História da mídia regional: o rádio em Campina Grande**. Campina Grande: EDUFCG/EDUEP, 2006, p. 26.

³² AZEVEDO, 2002 0p. cit. p.13.

³³ <http://www.radioespinharas.com.br/> acessado em 30 abril de 2010.

programação normal em setembro do mesmo ano, tendo havido uma pré inauguração, com solenidade que contou com a presença das autoridades civis e eclesíásticas, de Benedito Vasconcelos, superintendente das três emissoras paraibanas, Dr. Bergalo engenheiro técnico, de Victor Costa do Rio de Janeiro e diretores locais. Por razões desconhecidas, a Espinharas só foi inaugurada oficialmente em 01 de agosto de 1950. O estúdio foi instalado na rua Rui Barbosa (local mantido até o presente com modificações) num antigo armazém pertencente ao então prefeito Clóvis Sátyro. (...) A primeira pessoa que se pronunciou nos microfones da Rádio Espinharas foi o Dr. Quinidio Sobral; o operador de estúdio era Júlio Paulo Souto e o do transmissor José Caunha Sobrinho. A primeira música, foi o frevo de rua Três da Tarde, disco 78 Rpm da RCA, com Zacarias e sua orquestra que invadiu os céus de Patos, logo após o gongo soar três vezes³⁴.

O primeiro diretor foi o Dr. Manuel Quinidio Sobral e a gerência administrativa e financeira ficou com o Dr. Chico Soares. Os primeiros locutores foram: Zé Rodrigues, Gilberto da Estatística, professor Rosalvo e a jovem Celina. Em virtude da pressa para a instalação da emissora, a antena teve que ser de madeira, instalada na murada da usina de luz, local onde depois foi construído o hotel JK³⁵. O memorialista e um dos

³⁴ Depoimento concedido ao jornal *A Voz do Povo* Ano VII, número 80, outubro de 2003 – Especial Centenário. Em um dos recortes do referido depoimento, Osvaldo Brandão Torres (Vavá Brandão) declara: “para os programas de auditório, a maior atração da emissora, fui contratado (pela Rádio Espinharas) no início do ano de 1950, com a incumbência de organizar e comandar o *Regional da Espinharas*, que se compunha de: Raminho no saxofone, Laureano no trombone, Quipinha e Antonio Moreno nos violões, Antonio Barros na Manola, Valdim no surdo e eu no pandeiro”.

³⁵ **Patos em revista.** Patos – PB: Gráfica JB, edição histórica, 2005, p. 63.

antigos profissionais da comunicação da cidade, Batista Leitão, que trabalhou de 1951 a 1958 na difusora *A Voz das Espinharas* (assunto discutido no item anterior) e, a partir daí, na Rádio Espinharas³⁶, relembra:

Naquela época Patos possuía uma movimentada feira de gado, sempre nas quinta feira, para a qual convergiam pessoas de toda a região. Em uma certa ocasião um boi mascarado bateu a cabeça contra a referida estrutura, que acabou tendo que ser diminuída em mais de um metro. Mesmo assim ela continuou com um alcance satisfatório, uma vez que não existia muita interferência dada a falta de outros meios de comunicação do tipo.³⁷

Como já foi dito acima, inicialmente a *Rádio Espinharas* pertenceu a Pereira Lira, que se associou à empresa americana Byngton, (que era fabricante de aparelhos eletrônicos) que forneceu os equipamentos para a nova emissora. Após a derrota na eleição para o Senado, Pereira Lira entregou a emissora aos representantes da Byngton, que a mantiveram em funcionamento por alguns anos. Mas, logo fecharam as suas portas. O comércio de Patos, que na época ainda era pequeno, não tinha condições de sustentar, com seus patrocínios, o funcionamento da emissora. A população de Patos e região ficou frustrada

³⁶ Na *Rádio Espinharas*, Batista Leitão atuou em todos os estilos, mas acabou se tornando conhecido pelo *Forró do Pé Rapado*, programa destinado aos setores periféricos e zona rural, composto de entretenimento e prestação de serviço. Como havia muita dificuldade com a comunicação escrita por conta da falta de estrutura nos Correios e irregularidades nos endereços, as pessoas costumavam enviar cartas ao seu programa. Cartas essas que eram entregues na sua barraca no mercado de Patos, principalmente nas segundas-feiras.

³⁷ **Revista Patos**, Patos - PB: Gráfica JB, edição histórica, 2005, p. 63.

com o fechamento daquela que já se constituía numa fonte de entretenimento e de comunicação. Um aviso dado através da *Espinharas* era ouvido em toda a região e a rádio passou a ser uma espécie de correio, numa época em que os Correios funcionavam de modo precário nas pequenas cidades e distritos de uma imensa região.

Em 1958, Drault Ernani³⁸, que era amigo de Chateaubriand, adquiriu a referida emissora, que após aproximadamente três anos paralisada, voltou a funcionar. Drault Ernani continuou com a emissora até 1962, quando a vendeu para o movimento de educação de bases, entidade ligada à Igreja Católica, que adquiriu várias emissoras de rádio no Nordeste, com o objetivo de desenvolver um programa de educação de adultos.

No decorrer da década de 1950, os programas de auditério assumiram papel importante na programação da *Espinharas*. No comando de Ari Rodrigues, os referidos programas se dividiam em: *Festival de Música*, quarta e sábado à noite; e *Domingo Alegre*, no domingo pela manhã³⁹. No mês de agosto de 1950, a emissora fez pela primeira vez uma transmissão do meio da rua. Graças à perícia de Joaquim Araújo, transmitiu uma apresentação de Luiz Gonzaga, que ocorreu na Rua Solon de Lucena, em frente à casa de Dr. Clóvis Sátyro. Enfim:

³⁸ Drault Ernani era um abastado empresário na Capital Federal, um dos principais acionistas na refinaria de petróleo de Manguinhos, sua filha era casada com Milton Cabral, filho de Severino Cabral. Intencionava chegar ao governo do Estado em 1960 ou ao Senado da República em 1962. Apoiava os nacionalistas na impressão do *Evolução* e cedia horário gratuito em sua emissora (a Caturité) para divulgação dos atos do MNB [...] Homem de empresa do Sul do País, banqueiro e industrial, profundo conhecedor da utilidade de uma assessoria profissional no campo da publicidade contrata o técnico em publicidade Jorge Albano. OLIVEIRA, Flavianny Guimarães. "Rádio e política em Campina Grande". In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. (et al). **História da mídia regional: o rádio em Campina Grande**. Campina Grande PB: EDUFCEG/EDUEP, 2006, p. 81.

³⁹ Depoimento de Osvaldo Brandão Torres. In: *Jornal A Voz do Povo* Ano VII, número 80, outubro de 2003 – Especial Centenário.

Durante o ano de 1953, continuaram os programas de auditório e muitos artistas de fora vieram participar: o violonista Lô Geraldo, acordeonista Zé Costa, Genival Lacerda... Além dos cantores que surgiram aqui: José Inácio, Assis (Galego da Bo) e Sebastião do Rojão, o mais famoso. Também nessa época, a Espinharas passou a contar com a orquestra de Hermes Brandão, que se apresentava aos sábados. Em 1958, trouxe valores como Severino Quirino, Joel Carlos... e dinamizou o departamento comercial, melhorando as finanças, ao ponto de adquirir transportes próprio, uma marineti Chevrolet do ano (da qual eu fui motorista ocasional) que foi trocada em 1961 por uma perua VEMAG nova.⁴⁰

Apesar dos problemas político-administrativos e técnicos, que a *Rádio Espinharas* enfrentou nos seus primeiros anos de funcionamento, a ponto de chegar a paralisar suas atividades por aproximadamente três anos, no período em que esteve no ar, funcionou como mais um ícone do moderno na cidade de Patos.

Isso nos remete ao trabalho do pesquisador Chagas, que em sua tese sobre a modernização na cidade de Parahyba, questiona, “o que era ser um homem ou uma mulher moderno/moderna na Parahyba? Esse conceito assumiu vários significados, a exemplo de ‘estar bem vestido’, ‘morar na área central da capital’, ‘expressar-se bem em público’, ‘frequentar o cinema, o teatro’ e ‘consumir artigos de luxo importados da Europa’”.⁴¹ Contudo, guardadas as devidas diferenças de tempo e lugar, na cidade de Patos não foi muito diferente, pois nos idos dos anos

⁴⁰ Idem.

⁴¹ CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As singularidades da modernização na cidade de Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930*. Tese de doutorado, Recife: UFPE, 2010, p. 41.

de 1950, para ser moderno, era necessário pelo menos, já ter viajado de trem, conhecer a capital pernambucana, vestir-se de acordo com a moda corrente nas grandes cidades, ir ao cinema, ouvir rádio... Segundo Chagas “não havia um único ícone que condensasse a nova realidade, mas emblemas em que estavam manifestadas várias possibilidades de se portar”.⁴²

Cabe ressaltar que os hábitos ditos modernos incorporados ao cotidiano da cidade de Patos, poderiam muito bem não se enquadrar aos hábitos considerados modernos nas capitais “civilizadas”, mas para aquelas pessoas, e para a cidade de Patos, eram modernos, isso porque o moderno é entendido como novo, recente, atual, que por sua vez contrasta com os costumes rurais, tidos como atrasados. Nessa perspectiva a filosofia de muitos programas veiculados nas principais rádios do país, tratavam os costumes rurais de forma jocosa, dando a entender que esses seriam atrasados, enquanto que os costumes urbanos seriam avançados, modernos.

O Forró do pé Rapado, segundo depoimento de Batista Leitão, teve como referencial

O Forró do Zé Lagoa, apresentado por Rosil Cavalcante na Rádio Borborema de Campina Grande. Ramalho Silva que trabalhava na Rádio Borborema veio para Patos e introduziu o programa “Forró do Pé Rapado” em homenagem ao bairro do Bariri acolá onde só morava gente pobre e já tem vários conjuntos lá. Quando Ramalho deixou o programa eu assumi.⁴³

⁴² Idem.

⁴³ Cf. SILVA, Josimar Gomes. **A Radiofusão na vida sócio-cultural de Patos na década de 50**. Monografia. Patos-PB: FIP, 2004, p. 45.

Pode ser considerado um exemplo de tal prática, Batista Leitão assumiu *O Forró do Pé Rapado* em 1958. Segundo ele, foram criados novos personagens: Maria Boca de Gamela, Suvaco de Lagartixa, Encarcadinha, Vai Não Volta, Espirro de Porco, Fussim (sic) de Porco, Panela de Pressão, Gogó de Sola, Zefa Curupissi e tantos outros. No referido programa além das brincadeiras que o locutor fazia com suas dançarinas fictícias (todas elas criação do locutor, que por sua vez também fazia as vozes de todas elas), tinha os momentos de músicas, e de uma grande variedade de avisos. Existiam os avisos de: cantorias, casamentos, aniversários, vaquejadas, forrós; os avisos de mortes, enterros, missas; sendo muito comuns também os avisos sobre o estado de saúde de pessoas que se encontravam doentes no Hospital Regional de Patos. Enfim, *O Forró do Pé Rapado* tinha grande audiência, principalmente nas periferias e zona rural do município. Na época o rádio era o meio de comunicação mais rápido, já que o telégrafo e o telefone atendiam principalmente as áreas centrais da cidade. Por isso se constituiu num instrumento de utilidade pública (principalmente para os habitantes dos arredores da cidade). Como vimos no depoimento exposto acima, o rádio se imiscuiu no cotidiano do patoense (tanto na zona urbana como rural) e gradativamente se configurou como um dos itens em destaque nas residências.

Em 1962, o *Movimento de Educação de Bases*, ligado à Igreja Católica, adquiriu várias emissoras no Nordeste, com a intenção de usá-las em um programa de educação à distância. Na Paraíba, as rádios *Caturité* e *Espinharas* foram entregues às dioceses de Campina Grande e Patos, respectivamente. “*Educar, divertir e informar*” era o lema da Rede de Emissoras Católicas de Rádio. Segundo depoimento da Sr^a. Fildani Gouveia,

o primeiro diretor nessa nova etapa da história da emissora, foi o padre Milton Arruda de Alencar, pároco da Igreja de Nossa Senhora da Guia. A nossa depoente destaca o empenho da nova equipe liderada pelo padre Milton, no sentido de impulsionar a Espinharas.

Quando o padre Milton entrou entraram também outras pessoas para dar um impulso maior à Rádio. Como padre Assis com suas crônicas belíssimas, seus trabalhos belíssimos (que futuramente foi um dos diretores), entrou também Durval Fernandes e o Sr. Vicente Xavier de Oliveira. Na época professor do Colégio Diocesano de Patos, casado com uma sobrinha do Monsenhor Vieira, dona Terezinha Vieira, que entrou também para trabalhar. E aí foi formado uma diretoria para impulsionar, demonstrando ao comércio patoense a necessidade de uma divulgação maior dos seus produtos, o bem que poderia proporcionar às suas casas comerciais divulgação que estava atingindo um pólo maior do que estava atingindo antes.⁴⁴

Nessa nova etapa, a *Rádio Espinharas* organizou uma programação, que consistia em programas religiosos, a exemplo do programa *A Voz das Paróquias*, que ia ao ar nas sextas-feiras, um espaço aberto para cada paróquia divulgar suas atividades religiosas. Outro programa foi *A Crônica das Doze*, do padre Assis, que ia ao ar de segunda a sexta-feira, sempre ao meio dia. No referido horário o padre Assis versava sobre os mais diversos temas, geralmente ligados à questão dos valores da fa-

⁴⁴ Cf. SILVA, 2004, 0p. cit. p. 26.

mília, da educação, protestava ou homenageava, de acordo com a ocasião. Como nesse período os jornais escritos só chegavam a Patos a noite, quando o *Amarelinho*⁴⁵ chegava de Campina Grande com as malas dos Correios, que traziam também os jornais destinados aos assinantes, “havia um rádio grande tipo Philco aquele rádio que tem nove ondas, e havia lá na *Rádio Espinharas* os meninos ficavam tentando sintonizar Recife. *Rádio Clube* de Pernambuco, *Rádio Jornal do Comércio*, para ouvir as notícias. Além das notícias do dia tentavam ouvir a *Rádio Nacional* do Rio de Janeiro”.⁴⁶ Na época ainda não havia gravador de áudio, os fatos narrados precisavam ser anotados na hora, para em seguida serem lidos nos microfones da Espinharas. Então quando acontecia um fato extraordinário, colocava-se um disco grande que era o mensageiro do ar, que entrava com uma pancada sonora, “*o mensageiro do ar informa*” e os ouvintes corriam para perto do rádio, pois sabiam que naquele instante seria divulgado um acontecimento recente, que podia ser um acontecimento local, como também, um acontecimento de repercussão nacional, que havia chegado através das ondas curtas de uma das rádios do Recife, ou mesmo da *Rádio Nacional* do Rio de Janeiro.

Assim como todas as demais emissoras, além dos programas religiosos e de notícias, a Espinharas continuou com seus programas de *cartão sonoro*. Os famosos programas de auditório além das brincadeiras, apresentavam as atrações locais, tendo em vista que alguns grupos musicais da terra foram contratados para animar os programas da emissora.

⁴⁵ Ônibus que fazia a linha entre Patos e Campina Grande.

⁴⁶ Cf. SILVA, 2004, Op. cit. p. 29.

Havia também os programas de calouros, que promoviam concursos de cantores/cantoras, e com isso abriam a oportunidade para os artistas da terra, a exemplo de Amaury de Carvalho⁴⁷, entre outros.

A emissora em questão também trouxe para a cidade alguns nomes consagrados nacionalmente, e na incapacidade do pequeno auditório da emissora para comportar o público que se fazia presente nessas grandes apresentações, a exemplo de Cauby Peixoto, Ângela Maria, Núbia Lafaiete e demais ídolos da época, o auditório do cine Eldorado, que já se encontrava funcionando no seu novo prédio, localizado à Rua Pedro Firmino, vizinho ao prédio do Posto telefônico (onde atualmente encontra-se a loja *Insinuante*) serviu de palco para os grandes shows⁴⁸.

Apesar das restrições outorgadas à sociedade brasileira, pelos governos ditatoriais que se instalaram no poder a partir de março de 1964, os meios de comunicação sofreram fortes intervenções, segundo o depoimento do Sr. José Augusto Longo, a *Espinharas* nunca sofreu perseguição da ditadura, por que “nunca foi nem contra nem a favor, pelo contrário ela teve essa política da boa vizinhança nunca se meteu nem a favor, nem contra”.⁴⁹

Na qualidade de veículo de comunicação de massa, o rádio se constituiu importante canal de comunicação e entretenimento na cidade de Patos. Sem a concorrência da televisão, (que só chegou ao Brasil na década de 1950, levando um certo

⁴⁷ Nasceu em São Mamede em 02 de outubro de 1939, após a morte do seu pai, quando ainda era criança, mudou-se para a cidade de Patos juntamente com sua mãe. Foi seminarista, mas não seguiu a carreira de padre. Foi destaque nos festivais de músicas realizados em Patos e em outras cidades da Paraíba. Durante muito tempo trabalhou na Rádio Espinharas de Patos, principalmente na condição de diretor artístico e discotecário. Trabalhou também na Coletoria Estadual em Patos. Faleceu em 28 de setembro de 2004.

⁴⁸ Cf. SILVA, 2011, op.cit.

⁴⁹ Cf. SILVA, 2004, op. cit. p. 59.

tempo para se tornar popular) ocupou papel de destaque no decorrer de várias décadas, atuando no campo da música, da informação, dos programas de auditório, das dramatizações, a exemplo da Paixão de Cristo e até mesmo das radionovelas. Assim, imprimiu nova dinâmica à cidade, e também à zona rural do município, construiu novas sociabilidades, visto que os seus programas eram mais uma opção de lazer para os habitantes daquela urbe, que também podiam contar com o *cine Eldorado* que oferecia uma certa vida noturna à cidade, as retretas que alegravam as noites de domingo na Praça Getulio Vargas e a Festa da Padroeira “Nossa Senhora Da Guia”, que anualmente, no mês de setembro, mudava os ares da cidade, quando ali eram instalados os parques, anunciando que os próximos dias seriam bem diferentes.

ALAGOA NOVA, A CIDADE E SEUS PROBLEMAS: A SAÚDE PÚBLICA E A HIGIENE (1930-1960)

Luiz Carlos dos Santos¹

Este trabalho tem como objetivo estudar a cidade de Alagoa Nova no tocante aos problemas enfrentados com a saúde e a higiene pública. Partimos do contexto da década de 1930, e avançamos ao ano de 1949, data em que foi elaborado o Código de Postura Municipal para Alagoa Nova. Tomamos o código como fonte, um documento oficial, acolhido na forma de lei municipal que pretendia organizar a vida dos moradores desta cidade. Trata-se de determinações que permitiam aos gestores organizar a vida cidadina no sentido de manter um ordenamento em vários setores tidos como indispensáveis ao próprio viver urbano.

Fazendo uso da metodologia em História oral,² saímos à caça de relatos de memórias que exprimissem leituras possíveis acerca das mudanças que a cidade passou. A memória aparece como uma operação presentificada e, diante da ocasião, torna-se viável mediante a adequada articulação pela metodologia da História oral, agenciada por uma recorrência ao procedimento de coleta dos relatos através das entrevistas. As referências sobre o método da História oral buscamos nos apontamentos feitos por Alberti (2005) no “Manual de História Oral”, onde a autora lança diretrizes e orientações para a produção de fontes mediante a aplicação dessa metodologia³.

¹ O autor é Mestre em História pela UFCG.

² Cf. MONTENEGRO, Antônio Torres, **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

³ Cf. VERENA, Alberti. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 236.

Neste exercício atentamos para Certeau (1994), quando este chama a atenção para os usos da memória e a ocasião da fala, onde está, a memória, “continua escondida (não tem lugar que se possa precisar), até o instante em que se revela no ‘momento oportuno’ de maneira ainda temporal embora contrária ao ato de se refugiar na duração, o resplendor dessa memória brilha na ocasião”.⁴ Nesse contexto, surgia na cidade uma preocupação com relação à saúde pública e que, apesar de se fazer necessário algumas mudanças, muitas práticas antigas vão permanecer não só pela falta de estrutura, mas pela resistência de alguns moradores em manter viva a sua crença em determinadas práticas, a exemplo dos cuidados com as doenças e os doentes. A cidade tinha que parecer limpa e educada. Assim os moradores passavam a ser vigiados nos simples gestos que pudessem fugir ao controle social. Logo, não há dúvidas de que existia uma preocupação com a limpeza pública, um cuidado com a higiene pública e as doenças que acometiam os moradores alagoa-novenses.

O ano é o de 1949. Na data referida foi elaborado o Código de Postura Municipal da cidade de Alagoa Nova. De acordo com o Art. 142 deste código, o mesmo entraria em vigor, na data de sua publicação no órgão Oficial do Estado.

Assinaram a aprovação deste código no dia 22 de julho de 1949 os seguintes representantes do povo: Clementino Cavalcante Leite, Presidente da Câmara; Oscar Veloso Freire, vice-presidente; Alfredo Cavalcante de Andrade, 1º secretário; Manoel Pereira da Cunha assinou substituindo o 2º secretário, José Rodrigues Coura; os seguintes senhores Severino Itamar; Manoel Felix da Costa; Joaquim Francisco de Medeiros; e en-

⁴ Cf. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: as artes de fazer. Petrópolis: vozes, 1994.

tão prefeito Antônio Leal da Fonseca e o seu secretário José Casado de Oliveira.

Prefeitura Municipal de Alagoa Nova, Estado da Paraíba, lei Nº 7. O prefeito constitucional de Alagoa Nova faz saber que a Câmara Municipal de Alagoa Nova decreta e eu promulgo a seguinte lei: Código das posturas municipais de Alagoa Nova.⁵

O código, no seu art. 1º, estabelece: “o Município de Alagoa Nova, do Estado da Paraíba do Norte, que tem por sede a cidade do mesmo nome, reger-se-á por este código e as leis que adotar, nos limites de sua competência, obedecendo aos preceitos da Constituição da República do Estado, a Lei Orgânica dos Municípios e as Leis Federais e Estaduais”⁶. O código é um documento não muito extenso, que se torna uma lei municipal pelo qual os moradores desta cidade deveriam se orientar. Trata-se de determinações que permitem aos gestores uma tentativa de organização do município, no sentido de manter um ordenamento em vários setores indispensáveis ao bem comum.

A cidade passava por algumas mudanças no sentido de ordenar e disciplinar a vida de seus moradores. Dessa forma,

⁵ Queria deixar claro que fomos informados, na Câmara Municipal de Alagoa Nova, que existia um documento semelhante referente há anos anteriores, no entanto, pela má conservação e manutenção dos documentos municipais, o mesmo já não mais foi possível de ser encontrado. Portanto, o que nos restou foi este documento que estava jogado no meio de um monte de papel velho “sem importância”, como afirmou o funcionário, eis aí que nos deparamos com este documento, a partir do qual nos foi possível indagar alguns moradores da cidade para ver se o que era proposto em lei teria realmente acontecido. Não nos deteremos a todos os artigos do código, apenas tomaremos alguns como suportes para que possamos compreender como viviam os moradores de acordo com o que se planejava para a cidade.

⁶ Código das Posturas Municipais de Alagoa Nova, 1949.

procuramos mostrar a reação das pessoas a essa tentativa de disciplinarização. Mesmo não admitindo determinadas leis, se colocando contrários ou até não dando a mínima para tais exigências legais, as pessoas teriam que perceber que para tornar-se uma cidade “civilizada”, elas teriam que seguir determinadas normas.

Quando procuramos focalizar a pretensão dos administradores municipais no sentido de buscar um ordenamento e uma disciplinarização da vida dos moradores no seu dia a dia, interferindo no cotidiano dessas pessoas, podemos perceber que existia um grupo dominante que tinha o poder de impor a esta sociedade uma determinada forma de se viver e ver a cidade, que procuravam nomear e definir os lugares da gente comum.

De acordo com Certeau, os populares muitas vezes não costumam se definir como tal, às vezes eles incorporam alguns valores e conceitos que são oriundos de uma elite, de um grupo hegemônico e assim conseguem se diferenciar ou se assemelhar aos grupos hegemônicos. Dessa forma, esses grupos conseguem se sobressair diante das classes dominantes. Muitas coisas que eram determinadas em Alagoa Nova para que houvesse uma mudança nem sempre aconteciam porque as pessoas insistiam no jeito em que faziam anteriormente.

Surgia na cidade uma preocupação com relação à saúde pública e que, apesar de se fazerem necessárias algumas mudanças, muitas práticas antigas vão permanecer não só pela falta de estrutura e sim pela resistência de alguns em manter viva a sua crença em determinadas práticas, a exemplo dos cuidados com as doenças e os doentes.

A partir dos discursos médicos, vê-se, que outros discursos sobre o social foram influenciados e que esse pensamento médico passou a orientar algumas práticas urbanas. Portanto,

o saber médico, através do discurso médico, tenta explicar e ao mesmo tempo tratar dos males que assolam o organismo humano, mas também os da sociedade, dessa forma a organização do espaço urbano transformam-se em função do discurso médico higienista. O mesmo vinha fornecendo os elementos ideológicos que justificavam as intervenções e reorganizações urbanas, que eram operadas e, sendo assim, transformadas as cidades.

De acordo com Maria Clélia, a cidade passa a ser tratada como um corpo humano e para ser comparada como tal, é preciso que a mesma tenha os cuidados necessários para que possa se manter viva, é preciso cuidar de cada órgão, ou seja, de cada artéria seja ela principal ou não para que se possam fazer os diagnósticos para perceber os males que destroem a cidade. É preciso cuidar da cidade como quem cuida do corpo, às vezes é preciso realizar cirurgias radicais para que, aquilo que é denominado de mal, seja extirpado. Mas assim como o corpo humano, em muitos casos o que é chamado de mal já tem tomado conta de outras partes do corpo e, sendo assim, os problemas acabam se deslocando de um lugar para o outro⁷.

1. DA SAÚDE PÚBLICA NOS ANOS DE 1930/1940

Cidade que pretendia ser moderna à época tinha que parecer cidade limpa e educada, os moradores desta passavam a ser vigiados nos simples gestos que pudessem fugir ao controle social. Existia uma preocupação em manter a ordem e foram criados recursos com vistas a mudanças importantes. Quando no ano de 1936 houve a preocupação em construir um mic-

⁷ Costa, 2002.

tório público, entendemos assim que existia uma preocupação com a limpeza pública, um cuidado com a higiene, uma postura moderna, um cuidado em se ter um ambiente limpo e longe do mau cheiro que exalava das urinas que eram feitas pelas redondezas das ruas centrais, algo muito feio para uma cidade que buscava mudar o seu aspecto e os seus maus costumes. A fedentina era inconcebível, as pessoas não aguentavam o mau cheiro, portanto cabia aos representantes fazer com que esse mal não mais se fizesse presente nas proximidades do centro urbano. Uma espécie de pedagogia dos sentidos em termos dos odores aceitos por certos narizes sensíveis⁸.

A construção de um mictório se tornava importante, pois era uma das perspectivas dos gestores de manter a cidade limpa com base em discursos higienistas que pairavam sobre a sociedade. Esses discursos tão importantes fizeram com que se pensasse em limpeza pública, logo era anti-higiênico urinar nas ruas, para não falar em comportamento antissocial, e para que a cidade não permanecesse com essa falta de higiene, eis que é apresentado o projeto do vereador Valdevino, logo o mesmo é aprovado e dessa forma foi aprovada a construção do mictório público.⁹

A construção do mictório não impediu que as pessoas continuassem a urinar nas redondezas das ruas centrais, contribuindo para que se exalasse uma fedentina inconcebível. Quando das noites de festas esse fedor aumentava por conta da quantidade maior de pessoas que freqüentavam as ruas centrais.

⁸ No trabalho de Alain Corbin podemos ver que, a partir da segunda metade do século XVIII, acontece uma revolução olfativa. Os cheiros passam a ser analisados e os maus odores que aparentemente eram tolerados, passam a ser classificados como insuportáveis. Esse mau cheiro é considerado o causador da proliferação das doenças e dessa forma surge uma preocupação de desodorizar e limpar as cidades. Cf. CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX.** Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

⁹ Ata da Câmara Municipal de Alagoa Nova – PB, 1936.

A Senhora Josefa Deodata afirma que mesmo na década de 1950 essa prática de urinar nas pontas de rua ainda permanecia

Quando tinha festa, era muita gente na rua. Principalmente quando era festa da padroeira, no São João e as festas de fim de ano. Essas eram as melhores festas da cidade, ai viu né, muita gente e pouco banheiro, só tinha um banheirinho no mercado velho, ai muita gente fazia nos becos mesmo, amanhecia aquele fedor.¹⁰

Os discursos higienistas foram essenciais para que muitas cidades do Brasil no início do século XX pudessem passar por inúmeras transformações¹¹. O Rio de Janeiro foi marcado pela Revolta da Vacina devido a medidas implantadas por médicos sanitaristas. Medidas seriamente contestadas, mas que foram fundamentais, de acordo com certo projeto civilizador, para que o país desse largo passo em direção a um controle melhor das epidemias que acometiam as cidades brasileiras.

Na época, Pereira Passos governava o Rio onde se instaurou uma verdadeira guerra contra os cortiços que se tornaram alvos ferrenhos dos sanitaristas. Segundo os higienistas da época, nos cortiços estavam os males que prejudicavam a sociedade carioca, iam das doenças que se proliferavam com facilidade

¹⁰ DEODATA, Josefa. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova novembro de 2011.

¹¹ No final do século XIX, instaurou-se, no Rio de Janeiro, uma verdadeira operação de guerra contra os cortiços cariocas, o exemplo maior dessa guerra foi a investida ao *Cabeça de Porco*, um dos maiores cortiços carioca. Foi criado todo um conjunto de aparatos com base nas autoridades higienistas para por fim ao mal indesejado. Fazendo uma alusão à mitologia grega o *Cabeça de Porco* era a cabeça da medusa, deveria ser cortada. Era preciso purificar a cidade da imundície, era o local dos indesejados, da classe perigosa. Cf. CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

pelas péssimas condições de higiene, como também pela aglomeração de várias pessoas em espaços pequenos, contribuindo para que as condições de vida fossem prejudicadas.

Em Alagoa Nova, no caso, não existiu esse tipo de situação, pelo fato de a saúde local ser muito precária, não tinha o tamanho dos problemas que o Rio de Janeiro enfrentava, principalmente com relação aos cortiços. Não existia esse tipo de moradia na cidade, ainda que existissem moradias precárias, em locais com situação também de precariedade. Ademais, os recursos de Alagoa Nova eram poucos e no setor da saúde a cidade não dispunha, entre os anos 1920 e 1960, um sistema de saúde possível de atender a todos os cidadãos de forma segura e eficaz. Existiam sim pequenos postos de saúde ao longo desses anos com a presença insuficiente de alguns médicos. Quando alguém apresentava casos mais graves e essas pessoas podiam, iam ser atendidas em outras cidades, no caso Campina Grande que era uma localidade que tinha mais recursos e uma presença maior de médicos.

Na maioria das vezes, ainda no início do século XX, alguns médicos vinham clinicar em Alagoa Nova, atendendo a chamados, a exemplo do Dr. Luiz Galdino de Sales, que clinicava em Guarabira, mas quando estava de passagem por Alagoa Nova visitando alguns parentes, o mesmo consultava alguns doentes na cidade. “Clinicava em Lagoa Grande, em 1914, o Dr. Francisco Lima Filho, que atendia chamados para localidades próximas. Veio nessa época a Alagoa Nova, a chamado, para medicar Graciano Esperidião Fernandes que apresentava uma síndrome de paralisia ascendente, tipo Landri. O prognóstico do caso era sombrio e o paciente veio a falecer ainda bastante moço”.

Nesse período, eram comuns casos de epidemias pela cidade, como a epidemia de gripe espanhola que levou muitas pessoas à morte entre os anos de 1918 e 1919. Tratou-se de uma violenta epidemia, onde os casos se sucediam e, para atender os pacientes, apenas o farmacêutico Prático Honório Ataíde para aplicar as fórmulas que eram por ele manipuladas¹².

A prática do curandeirismo era muito comum entre as pessoas nas cidades paraibanas de então. Desde a época do Império usavam-se métodos de cura à margem da medicina oficial. Portanto, produzir remédios à base de ervas e algumas misturas meio que estranhas transformava a terapêutica bastante fantástica. Muitas dessas tradições já vinham desde a época do período colonial e conseguiam se perpetuar ao longo dos tempos pelo fato de em alguns casos a mistura ter dado certo, seja por sorte mesmo ou pela eficácia do remédio. O que importava era que muita coisa acabava dando certo. Eis aqui algumas dessas mirabolantes misturas dessa fantástica medicina:

Chá de barata contra asma, chá de excremento de cachorro contra sarampo, chá de grilo para fazer menino falar, urina de vaca preta com leite cru para tuberculose, terra de cemitério para ulcera, bosta de cavalo em pó para feridas, feto de ovelha preta na cabeça para segurar o juízo, purgante de jalapa para estopor, aguardente com café para cólera, garrafadas para quase tudo, menos para cegueira da gota serena, rezas para mal encausado, espinhela caída, sol na cabeça, quebrado e coisa feita (...).¹³

¹² Cf. SALES, José Borges de. **Alagoa Nova**: notícias para a sua História. Fortaleza – CE: Gráfica Editora R. Esteves Tipogresso Ltda, 1990.

¹³ DO Ô, Alarcon Agra. In: **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. 2003.

Em Alagoa Nova, as práticas de cura também se utilizavam de recursos importantes para a cura de algumas enfermidades mais graves, assim como algumas técnicas que serviam para atender as pessoas desde o seu nascimento. Na época estudada, era comum o uso de ervas para fazer lambedores para curar tosse, gripe e resfriado, garrafadas que curavam quase todo tipo de enfermidade assim como o auxílio das parteiras para ajudar no nascimento das crianças, todas sem diploma, mas isso não era o suficiente para impedir que elas cuidassem dos nascimentos dos alagoa-novenses. Quando a criança nascia, de acordo com Dona Elivete Alves

[...] para cair o umbigo da criança o tratamento era colocar o sarro de cachimbo, nessa época se fumava muito cachimbo, daí as mulheres tiravam esse sarro e passavam no umbigo da criança.¹⁴

O Sr. José Amaro da Silva diz:

Foram muitas crianças que tiveram seus umbigos cortados por essas parteiras, todos tratados de forma que os remédios eram feitos de mato, ou sarro de cachimbo. Tinha muitas mulheres que botavam terra quente da réstia do sol, raspavam no chão e colocavam no umbigo da criança para sarar. O meu umbigo ainda é preto eu acho que foi daquela terra, raspava a terrinha e botava em cima para ficar bom e ficava mesmo, ninguém nunca sofreu do umbigo. Quando o povo sofria de coqueluche, uma

¹⁴ SANTOS, Elivete Alves dos. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova, dezembro de 2011.

gripe forte que o camarada ficava vermelho, só curava com cebola branca, se tinha bexiga braba ia para a palha de bananeira, tomava banho de álcool, cachaça, para poder curar.¹⁵

No ano de 1920, ano em que começou a construção da abertura da linha de trem, as denominadas estradas de penetração contribuíram para que alguns ambulatórios fossem construídos para atender aos funcionários da obra e, conseqüentemente, alguns moradores também usufruíam do mesmo recurso. “Um posto foi localizado em Alagoa Nova, mas de existência passageira, pois em 1922 cessaram as atividades da prestimosa unidade. Nessa oportunidade, prestou serviços médicos, em Alagoa Nova, o Dr. Otavio Gonçalves Oliveira. Foi o primeiro médico a residir e clinicar na então Vila de Alagoa Nova”.¹⁶

Percebemos que as dificuldades em relação à presença de médicos eram grandes e as pessoas na época já sentiam a falta de tais profissionais da saúde. Os próprios médicos daquele tempo também faziam este tipo de observação. Segundo Borges, “Não escapou ao Dr. Otavio a observação de que a ausência de médicos nas localidades interioranas levava os práticos da farmácia a suprir essas deficiências”. Foram alguns farmacêuticos que por muitos anos fizeram às vezes dos médicos em Alagoa Nova, essas pessoas contribuíram para que várias doenças fossem curadas através de tratamentos, muitas vezes, não especializados, a exemplo de mulheres auxiliadas na hora do parto. Assim, ao mesmo tempo, que a cidade passava a conviver com alguns íco-

¹⁵ SILVA, José Amaro da. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova, dezembro de 2011.

¹⁶ Cf. SALES, 1990.

nes do moderno, a mesma sofria para manter seus moradores vivos, quando eles eram acometidos de algumas doenças graves.

Convivia também com fortes tradições herdadas quando o assunto era a saúde de seus moradores. A título de exemplo Honório Ataíde, um proprietário de farmácia, foi muito importante no sentido de não só vender os medicamentos, mas de servir como o médico da cidade sem o ser. “Guarda-se memória da imponência e pimponice com que, nos intervalos de sua fabricação modesta de vinho de caju e jabuticaba, atendia aos chamados que lhe eram formulados por sitiantes de Alagoa Nova e circunvizinhança e de como o cavalgar rumoroso e triunfal, em autêntica promoção, lá se ia o “Dr. Honório” atender de urgência uma parturiente em apuros”.¹⁷

No início da década de 1930, a cidade passou finalmente a ter um médico residente na cidade e que montou um consultório depois de formado em 1930. Foi o Dr. Alfredo Candóia, ou simplesmente Dr. Candóia, o primeiro médico a enfrentar a problemática e as dificuldades num meio pobre e de limitadas possibilidades. Adquiriu experiência, prestou bons serviços à população e se casou com Cirene Caldas de Oliveira, no ano de 1932, era um descendente de Teodósio de Oliveira Ledo, o qual veio passar férias em Alagoa Nova antes de se formar e assim passou a atender alguns pacientes. E logo que se formou achou que poderia lhe ser bom montar o consultório e assim o fez. Mas infelizmente para a população, em 1932, depois de seu casamento, montou residência em Areia e definitivamente a cidade voltou a ficar sem um médico por um ano. “Em 1933 instalou consultório o Dr. Clovis Baracuhy. Criatura humana de destacadas qualidades, estudioso de medicina regional, Cló-

¹⁷ Cf. Idem.

vis Baracuhy formou conceito, adquiriu confiança e já residente em Alagoa Grande, sempre atendia chamados de sua vasta clientela da vila”.¹⁸

Notamos o exemplo desses dois médicos que procuraram viver na cidade. Porém, tendo em vista dificuldades financeiras, tornou-se quase impossível que algum deles conseguisse viver nesta cidade somente à custa do seu trabalho como médico. Apesar de a vila de Alagoa Nova passar por algumas mudanças que indicam modernização, a cidade não avançava quando o assunto era saúde pública. Mesmo que de vez em quando a cidade conseguisse ter um médico para atender seus pacientes, ainda não era o suficiente para a demanda local.

O fato é que a maioria dos alagoa-novenses eram pessoas com poucas condições e os poucos que tinham procuravam logo Campina para o atendimento especializado, restavam para Alagoa Nova os casos menos difíceis junto a algumas consultas. Dessa forma, para um médico manter um consultório não era muito viável.

No ano de 1938, por exemplo, chegou à cidade o recém formado José Borges de Sales para montar seu consultório, vinha mantendo bons negócios, constantes atendimentos, realizavam consultas, atendia nas casas das pessoas, parecendo que o negócio ia prosperar. Contudo, logo em seguida chega à cidade Dr. Alceu Colaço no intuito de fazer o mesmo, mau negócio para a cidade, não existia espaço para dois, acabou a cidade ficando sem nenhum médico novamente.¹⁹

Alguma coisa de concreto, todavia, em termos de saúde pública, começa a tomar corpo na Alagoa Nova do fim dos anos 1940.

¹⁸ Cf. SALES, 1990.

¹⁹ Idem.

Em 1949, durante o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) firmou convênio com a Diretoria de Saúde Pública do Estado para prestar assistência médica a determinados municípios da Paraíba. Propunha o plano de instalar hospitais regionais em centros populosos e ambulatórios em localidades próximas. Na distribuição das unidades, coube um Hospital Regional para Lagoa Grande e um Posto de assistência materno-infantil para Alagôa-Nova. Construído o prédio, em amplo terreno da Rua Manoel Paulino, foi instalado no dia 1º de abril de 1950. Era prefeito Antônio Leal da Fonseca.²⁰

Podemos afirmar que o ano de 1949 torna-se um momento significativo dessa etapa de desenvolvimento da cidade, criava-se o código das posturas do município, numa tentativa de fazer com que a cidade desfrutasse de algumas leis e recursos que viessem a melhorar o espaço urbano e a forma das pessoas viverem na cidade. Vai sendo criado um discurso em torno de mudanças neste setor da saúde no qual a prefeitura passara a tomar medidas que eram extremamente necessárias à defesa de uma saúde pública, em que existiria uma estreita, mas importante ligação com o posto de higiene local.

Para manter a higiene pública da cidade algumas medidas importantes passariam a fazer parte da realidade local. Muito embora como já foi dito, as pessoas mais simples de Alagoa Nova talvez desconhecassem o código, por se tratar de uma cidade pequena e não entendendo tal coisa, algumas medidas vão começando a fazer parte da realidade, e as pessoas, também

²⁰ Idem.

pelo medo de contraírem algumas doenças graves, procuravam manter distância dos infectados. A lei dizia o seguinte no Art. 82: “as pessoas, em cujas casas houver enfermo de moléstias epidêmicas, ou contagiosas, são obrigados a comunicá-lo, imediatamente á prefeitura ou ao Posto de Higiene Local para serem tomadas as medidas profiláticas que o caso exigir”.²¹

Desse modo, na casa dos infectados deveria ter um rigoroso processo de desinfecção no intuito de fazer a limpeza e não correr o risco das doenças se espalharem. Em muitos casos era possível perceber que essas famílias que sofriam com determinadas doenças consideradas transmissíveis eram isoladas pela sociedade. As autoridades competentes, por sua vez, faziam valer sua autoridade com base no Código de 1949. A cidade passava por esse processo de mudança no setor da higiene pública com base no que acontecia em outras cidades, de certa forma muitos exemplos de cidades que buscaram ter esse cuidado com a higiene pública se faziam presentes na realidade alagoa-novense.

Muitas doenças eram propiciadas pela falta de higiene por parte de alguns moradores, bem como pela falta de cuidados e prevenção, sendo assim as doenças podiam ser resultados tanto do meio físico quanto do meio social. A cidade, que já vinha enfrentado desde muitos anos a dificuldade de se ter na cidade um médico responsável para os atendimentos, convivia com a proliferação de algumas doenças, cujas vítimas, por falta de atendimento, chegavam a óbito em alguns casos. Nesse caso, se as pessoas fossem acometidas de alguma doença infectocontagiosa, tipo tuberculose, provavelmente, sem os cuidados devidos, era morte na certa.

²¹ Código das Posturas Municipais de Alagoa Nova – PB, 1949.

2. A CIDADE, OS PROBLEMAS DE SAÚDE E A HIGIENE PÚBLICA NOS ANOS DE 1950

A cidade dos anos 50 ainda convivia com uma assistência de saúde bastante precária. Vimos que com a instalação do SESP no município esse setor foi aos poucos tomando rumos mais promissores para a comunidade.

Em entrevista, alguns moradores nos colocaram a par da verdadeira situação. O Sr. Osvaldo²² fala de algumas doenças e ele lembra que existia uma tal de “boba”, uma doença que era como uma ferida. “Essa ferida tomava conta do corpo da pessoa e ia se transformando numa coisa pior era como se ela fosse comendo a carne da pessoa, dessa forma morreu muita gente”. Alguns conseguiam se tratar, mas muitos morreram com essa doença. O entrevistado ainda narra que seu irmão teve essa doença, mas conseguiu se tratar na farmácia de Virgílio Leal, dessa forma foi curado. Mas enquanto o seu irmão conseguia o tratamento muitos outros não podiam se tratar. Quando isso acontecia, muitos vinham a óbito.

Além da “boba”, outras doenças causavam medo na população, é o caso da tuberculose e da bexiga, que faziam com que os doentes ficassem isolados do restante das pessoas. Hoje em dia doenças fáceis de tratar só que naquele período não era e até a mentalidade das pessoas era diferente. Quando se tentava uma prevenção o povo se revoltava, basta lembrarmos de algumas insatisfações ocorridas em outras cidades. No Rio de Janeiro, por exemplo, no início do século as pessoas se revoltaram contra a vacina obrigatória, isto no ano de 1904.

²² LIMA, Osvaldo de. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova janeiro de 2012.

Muita gente morria assim mesmo, sem o diagnóstico. A cidade parecia estar seguindo os rumos da modernização, apesar de continuar sofrendo com a falta de uma organização melhor no setor da saúde e não podemos negar que, na medida em que leis como o Código das Posturas Municipais começavam a ganhar força nos discursos dos políticos, aos poucos a cidade ia conseguindo superar algumas dificuldades no setor da saúde. Esse conjunto de normas voltadas para a saúde pública era dividido em três capítulos, cabendo a prefeitura o papel de tomar medidas para que o mesmo pudesse ser cumprido. Consta no Art. 81 que a “Prefeitura tomará todas as medidas necessárias à defesa da saúde pública, em estreita cooperação com o posto de higiene local”²³. De acordo com Elivete Alves, moradora antiga da cidade, reforçando o que já foi dito,

(...) nesta época não existia hospital, funcionava um posto de saúde que não dava total atendimento as pessoas. Existia um posto na casa que Lau²⁴ morava que servia para apenas algumas consultas sendo elas mais simples, caso mais grave tinha que ser levado para Campina. Quando muito dava o diagnóstico aqui diziam que era amarelidão, pessoas que tinham vermes e doenças do coração. Só que o médico que vinha para atender o povo era de outra cidade. Não sei ao certo se ele vinha como particular ou se era contratado da prefeitura.²⁵

²³ Código das posturas Municipais de Alagoa Nova, 1949.

²⁴ Lau, um antigo morador, diácono da igreja católica, se tornou num homem respeitado pela sociedade alagoa-novense e contribuiu muito para com os moradores da cidade. Batizou e celebrou muitos casamentos. Era, na ausência dos padres, uma segunda pessoa de renome e fortaleza.

²⁵ SANTOS, Elivete Alves dos. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova dezembro de 2011.

Assim como o Sr. Osvaldo a depoente fala da tuberculose, quando ela afirma

Era um mal hereditário que poderia passar de pai para filhos. Sendo assim, os cuidados eram redobrados, quando se sabia que uma pessoa estava com tuberculose era preciso evitá-la, os cuidados eram ainda mais redobrados quando se sabia que naquela casa tinha um tuberculoso. O isolamento era certo, o mais longe possível daquela família. Só na minha família morreram quatro pessoas num período de quatro anos, o povo tinha medo de passar perto das casas.

O cuidado que se tinha para evitar uma proliferação desse tipo de doença era o isolamento, evitar contato para não contagiar os outros. Quando as pessoas escarravam procuravam jogar bem longe, em um lugar bem escondido, que era para ninguém manter contato com aquilo, quando se sabia o local em que se jogava o escarro ali se evitava passar. Se fosse ao tronco de alguma árvore, ninguém queria comer-lhe a fruta. Elivete conta que na zona rural, onde moravam seus familiares, tinha uma família com um tuberculoso e o povo descobriu onde a mulher jogava o pinico com o escarro do doente, “olhe ninguém comia nenhuma fruta do pé de manga que ela jogava no seu pé aquele escarro, podia ser a manga mais bonita, ninguém queria não, ali mesmo se perdia”²⁶.

Dona Inácia Matias de Albuquerque narra que seu pai, Manoel Matias de Araújo, morreu de tuberculose, ele era des-

²⁶ Idem.

tilador de engenho, aquele que experimentava a cachaça. Ele se queixava que tinha pego uma gripe forte porque tinha levado umas pancadas de chuva, (tomou um sereno de chuva) saiu com o corpo quente e isso foi se agravando até ele morrer. “Eu e meus irmãos éramos pequenos e tivemos que tomar uma vacina, isso era caro, fizeram até exame de escarro, a família foi toda vigiada. Até os que estavam por fora quando tinham contato tiveram que se cuidar. Ninguém podia tossir não que as pessoas ficavam logo com medo. Eles achavam que se pegava a doença pelo vento”²⁷.

Existia, por assim dizer, uma preocupação com o ar que se respirava, uma vez que ele poderia estar contagiado e sendo assim as pessoas próximas dos que tossiam respirariam o mesmo ar o que ocasionaria uma contaminação. Por isso, era preciso fazer algo para combater o contágio, para desinfetar as casas e evitar que mais pessoas fossem acometidas das doenças. Para isso era preciso combater vacinando as pessoas, desinfetando as edificações e isolando os doentes. Dessa forma, observamos nos artigos seguintes, o que era proposto para que as doenças não se alastrassem tanto.

Art. 82- As pessoas, em cujas casas houver enfermo de moléstias epidêmicas ou contagiosas, são obrigadas a comunicá-lo, imediatamente à Prefeitura ou ao Posto de Higiene local, para serem tomadas as medidas profiláticas que o caso exigir;

Art. 83- A casa que estiver na situação a que se refere o artigo anterior, deverá ser rigorosamente desinfetada, por quem de direito, podendo ser interditada, conforme seu estado

²⁷ ALBUQUERQUE, Inácia Matias de. Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2012.

sanitário, e somente se lhe permitirá a ocupação, depois da devida inspeção e licença da autoridade competente.

Percebemos em algumas narrativas que as pessoas dizem não ter muito conhecimento do que era proposto pelo código, mas só o fato de saberem de tais doenças, fazia com tivessem os cuidados redobrados, mesmo sabendo que nem tudo aquilo que era proposto saía do papel. Era comum as pessoas se utilizarem de um instinto de defesa pelo medo que tinham de tais doenças, e aí os cuidados eram redobrados.

Sabemos que existiam muitas outras doenças que acometiam os moradores da cidade, entretanto de acordo com os depoimentos essas foram as que mais causavam desconforto. As mudanças eram necessariamente urgentes e a partir da década de 50 este cenário tenderia a mudar com a presença do SESP e do ambulatório embaixo da Igreja onde dona Sofia tomava conta com o aval de Padre Borges. Talvez tenha melhorado um pouco a situação da saúde em Alagoa Nova, o que não significava a resolução do problema.

Dona Sofia era uma parteira bastante conhecida na cidade que junto a dona Maria do Carmo, auxiliaram a vinda ao mundo de muitos alagoa-novenses. Na falta de um hospital e médicos suficientes para os partos, dona Sofia ou dona Maria do Carmo estavam lá presentes, com uma bacia de água, uma toalha e muita boa vontade para ajudar as pessoas. Nessa época, a grande maioria dos partos de Alagoa Nova era feitos por essas duas mulheres. As duas trabalhavam sem nenhum aparato moderno, os medicamentos eram poucos, quando tinham medicamentos e muitos eram feitos de ervas não sendo empecilho

para que essas duas mulheres realizassem com competência a delicada tarefa. De todos os entrevistados a grande maioria tiveram seus filhos em casa. Seu Osvaldo, por exemplo, afirma que todos os seus filhos foram pegos pela parteira Maria do Carmo.

Podemos ver que as práticas aqui existentes nos indicam que era preciso ter cuidados com as pessoas que moravam na cidade para que a mesma parecesse organizada e moderna. Era fundamental ter uma cidade higienizada.

Era preciso ter cuidado com essas pessoas que eram acometidas de doenças infectocontagiosas, as quais eram consideradas perigosas, conquanto ofereciam um perigo de contágio. Isto lembra aquela ideia proposta por Sidney Chalhoub²⁸ de que as classes perigosas do Rio de Janeiro eram as classes pobres que ofereciam perigo à ordem pública, ao contágio, os maus costumes dessas classes poderiam significar para as autoridades competentes, atitudes não condizentes com a imagem de cidade moderna.

Era preciso seguir o que o Código das Posturas Municipais propunha. Quando as famílias eram acometidas de doenças facilmente transmissíveis teriam que ficar afastadas e rigorosamente vigiadas, mesmo depois de todo um processo de tratamento, as casas deveriam passar por um processo de desinfecção, por uma devida inspeção e obter uma licença da autoridade competente para que pudesse ser novamente habitada. Até as pessoas que se dedicavam a tratar desses doentes deveriam ter que passar por um processo de tratamento, chegando ao ponto de não poder transitar nas ruas, só depois de uma desinfecção, conforme indica o Art. 84 do Código: “As pessoas que se

²⁸ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial: São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

encarregarem de tratamento de tais doenças, somente poderão transitar nas ruas, depois de convenientemente desinfetadas”.²⁹

Seguindo essa ideia de mudanças relacionadas à segurança pública voltada para o bem estar da sociedade, observamos a partir da leitura do Código, cujo Art. 87 estabelecia o que era terminantemente proibido:

- a. Conservar nos domicílios, mesmo em tratamento, gatos, cães, ou animais outros atacados de moléstias pestilentas;
- b. A venda de qualquer iguarias ou gêneros alimentícios, por intermédio de pessoas portadoras de moléstias infecto-contagiosas;
- c. Queimar lixo, substância ou detrito, nas ruas ou vias públicas, que pelo seu cheiro ou fumaça, venha incomodar ou prejudicar a população;
- d. Vender nas ruas, bolos, doce ou quaisquer iguarias que não estejam devidamente resguardadas do pó;
- e. Não conservar os aparelhos ou fossas das casas urbanas cuidadosamente limpas e higienizadas;
- f. Tiver no perímetro urbano, chiqueiros ou currais para qualquer espécie de gado, salvo nos locais previamente designados pela prefeitura;
- g. Criar suínos soltos nos lugares onde houver cacimbas, fontes ou açudes, ou que danifique lavouras.

²⁹ Código das Posturas Municipais de Alagoa Nova, 1949.

Alguns desses itens poderiam até ser mais fáceis de seguir, mas em alguns casos essas proibições iam enfrentar uma espécie de resistência pelo fato de muitas pessoas manterem algumas dessas práticas. Era algo novo que estava passando a fazer parte desta realidade, contrastando com costumes já antigos. Portanto, para que realmente todos esses itens pudessem ser aplicados, muito estava sendo feito por parte das autoridades que procuravam através de penas ou multas punir aqueles que desobedecessem às normas do Código das Posturas Municipais.

De acordo com os itens acima, podemos perceber nos dois primeiros algo que provavelmente deveria ser mais fácil de seguir pelo fato de encontrarmos já em depoimentos anteriores, que as pessoas procuravam manter distância de quem tinha doenças contagiosas, quanto mais de animais infectados, esses em muitos casos eram logo mortos, principalmente quando sabia que era a raiva, dessa o povo corria léguas de medo.

Conta seu Alcides que existia aqui muito “cachorro doido”:

Quando esses cachorros mordiam o povo o camarada tinha que deitar logo cedo, não andava nadinha, as pessoas tinham muito medo desses cachorros, uma vez ali de frente a prefeitura um cachorro mordeu um menino, uma menina e um homem que fazia a limpeza da rua numa carroça, tiveram que ficar de repouso e não podiam comer qualquer coisa, não podiam comer carne de Peru, ai deram carne de peru ao menino e com poucos dias a doença atacou, ele fazia o mesmo grunhido do cachorro e não tinha quem tivesse coragem de entrar onde ele estava. Foi morte na certa, não

tinha cura não, a menina se cuidou e não teve a doença, agora o rapaz era coisa feia.³⁰

A queimada de lixo nas ruas não era algo tão comum. Até porque a cidade não era tão grande e não produzia tanto lixo assim, embora isso não queira dizer que aqui ou ali não se queimasse um pouco de lixo nos quintais do povo. Quanto às casas não podemos dizer que as mesmas atendiam um certo padrão de higiene não, muitas delas ainda eram muito precárias, principalmente quando saímos do centro urbano. A maioria das casas não tinha tantos cuidados com os excrementos, banheiro ninguém tinha dentro de casa, a maioria era nos quintais, muitos cobertos de palhas com um buraco para que as pessoas ali pudessem depositar seus excrementos, se por ventura precisassem fazer alguma necessidade fisiológica à noite teriam que fazer nos pinicos e no outro dia seria colocada no buraco.

Assim percebemos o quanto era difícil não adoecer, numa cidade sem rede de esgotos, com água suja a correr na frente das casas, juntando sujeira e moscas, onde banheiros praticamente não havia. Imaginemos a situação das casas que conviviam com aquele buraco no quintal, logicamente que era inevitável o mau cheiro. Sem falar que era uma prática comum entre algumas famílias criar animais nos quintais das casas, era porco, galinhas, burros cavalos e até gado. Apesar de no Código existir algo referente à proibição de tudo isso, essas práticas duraram por vários anos.

³⁰ NASCIMENTO, Alcides José do. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova dezembro de 2011.

3. DA LIMPEZA PÚBLICA

Durante esses anos, Alagoa Nova estava passando por um lento processo de mudanças que indicavam rupturas com o tradicional, todavia foi muito difícil para os gestores conseguirem implantar na mentalidade das pessoas tais mudanças que poderiam significar que a cidade estava se modernizando. Claro que esse tipo de mudança passava por idéias de políticos que acabavam copiando o que de novo existia em outras cidades. Não podemos deixar de falar que o Código de 1949 era um exemplo de que a cidade nos termos dos gestores de plantão precisava seguir algum padrão para sair do tradicional, do atraso. Esse conjunto de normas se torna fundamental na visão das autoridades de plantão para as mudanças necessárias rumo a uma Alagoa Nova ordenada, civilizada. O que importa é que de acordo com este código o cotidiano dos moradores sofreria mudanças caso tais medidas fossem executadas.

O importante é perceber que a partir do ano de 1949 com o Código de Posturas, algumas exigências começaram a ser colocadas em funcionamento. Os cuidados com as doenças graves foram intensificados e muito mais cobrados pela exigência da lei aprovada naquele ano. Todavia, como queriam as autoridades, era difícil colocar na cabeça das pessoas que era preciso mudar alguns aspectos na vida cotidiana e algumas práticas permaneciam, era preciso mudar alguns hábitos para que se pudesse manter um melhor controle sobre as causas de inúmeras doenças agravantes na cidade.

O discurso das autoridades de plantão não significava que as pessoas mudariam seus hábitos de uma hora para outra só porque existia agora um conjunto de normas que eles deve-

riam seguir. Com exceção da artéria central, que já tinha um aspecto mais organizado, nas ruas periféricas era possível ver a desorganização. Falta de iluminação, o lixo sendo jogadas nas pontas das ruas, sem falar que os quintais das casas eram lugares utilizados para as criações de porcos, galinhas e outros.

Era preciso exigir dos moradores limpeza, cuidados com o ambiente em que viviam, cuidados com as ruas em que transitavam. Daí as medidas tomadas para que a cidade se parecesse limpa, e que algumas práticas que indicavam certa desorganização e falta de higiene pudessem ser mudadas.

Da limpeza das ruas e casas urbanas os alagoa-novenses deveriam seguir o Art. 88 do Código das Posturas Municipais. Assim, era proibido sob pena de multa de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 50,00:

- a. Deitar lixo ou ruínas de obras demolidas nas traseiras das casas, no leito das ruas, ou nas calçadas;
- b. Jogar animais mortos no perímetro urbano da cidade e das vilas;
- c. Depositar cascas de frutas, águas servidas ou qualquer imundície nas ruas, praças, becos, etc. Ou amontoá-los dentro dos muros ou quintais;
- d. Ter suínos dentro dos muros e chiqueiros no perímetro urbano, a não ser em pocilgas modernas e higienizadas;
- e. Riscar paredes, janelas, portas ou muros das casas;
- f. Danificar ou sujar as placas de numeração das casas ou designativas das ruas

Eram medidas simples, aparentemente fáceis de serem seguidas, o que na cidade de Alagoa Nova não fazia parte de uma rede de costumes, o que levava as pessoas a cometerem, mesmo que depois de estabelecida em Lei, essas atitudes consideradas impróprias ao viver moderno. De acordo com os depoimentos de muitos moradores, não detectamos se realmente as pessoas chegaram a pagar algum tipo de multa por cometer tais delitos. Na verdade, o máximo que conseguimos foi saber que realmente existiam algumas denúncias, acerca do desenvolvimento das normas em vigor, fazendo com que chegasse à casa de alguns a polícia para comunicar que fora avisada do delito e que era preciso corrigir a situação para não sofrerem as penas previstas. O Sr. José Amaro e dona Josefa Deodata afirmam que depois disso algumas pessoas começaram a denunciar as criações de porcos, pois dona Josefa afirma que “realmente a gente criava porque queria ganhar um trocadinho, mas que era fedorento, era, era um lameiro nos quintais, os porcos quando se soltavam saíam fuçando tudo, ai era aquela confusão eles às vezes entrando no quintal do povo”³¹. No entanto, até hoje ainda existem pessoas que criam nos quintais seus porcos, suas galinhas, só que com muito mais cuidado e menos intensidade, tudo levando a crer que ontem como hoje as sanções previstas em lei nunca foram efetivamente executadas.

Era preciso manter a cidade limpa, não só o povo deveria se educar, os governantes também começavam a se preocupar com a limpeza das ruas, buscando passar uma imagem positiva de sua administração.

³¹ DEODATA, Josefa. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova novembro de 2011.

Apesar de muitos moradores falarem que a cidade não era suja, pois o lixo que se produzia era muito pouco, outros reclamam que naquele tempo numa rua próxima à artéria principal, onde hoje é a rua da feira, havia um lixão grande onde todo mundo jogava o lixo da cidade. Claro que se compararmos a quantidade de lixo daquele período para o que é produzido hoje realmente era muito pouco. Mas se o centro da cidade era conservado limpo, bastava descer no beco do mercado para encontrar a maior imundície da cidade.

Neste período, por trás da principal artéria não existia rua alguma, era tudo mato, um lugar propício para que as pessoas depositassem seus lixos. Depois de alguns anos, já na década de 1970, é que a mesma ganhou uma fileira de Box destinados ao comércio, e depois a feira da cidade, que era na rua central, passou a se localizar nesta nova rua.

Era um terreno bastante acidentado com a presença de bastante lixo e que dificultava as novas construções que se pretendia fazer. Devido a isso quando da administração de Alípio Bezerra muitas pessoas criticavam a obra pretendida pelo gestor, a construção dos Box, uma obra que parecia ser bastante difícil pela dificuldade do terreno acidentado. Com relação às críticas o Sr. Alípio³² dizia: “fui muito criticado pelos meus adversários, que diziam que eu era doido em realizar uma obra dessa, num

³² O senhor Alípio Bezerra de Melo foi prefeito da cidade por dois mandatos não consecutivos. Em 1968, o Sr. Alípio Bezerra de Melo eleito assumiu a administração da prefeitura juntamente com o vice-prefeito Clodoaldo Santos Moraes. Concluiu o prédio da prefeitura e doou um terreno para a instalação de uma Casa de Saúde e Maternidade, ajardinou praças e construiu escolas. Também fez o calçamento de Matinhas e o abastecimento d'água. Em 1977, o Sr. Alípio Bezerra de Melo, numa campanha eleitoral bastante animadora com passeatas e comícios foi mais uma vez eleito, tendo como vice-prefeito Dr. Severino Valdemir de Medeiros. Deu continuidade a construções de Praças, a exemplo da Praça Santa Ana que durante alguns anos serviu de Cartão Postal da cidade e adquiriu terrenos para os sem tetos e escolas. Seu Alípio faleceu no ano de 2012, mas deixou um legado muito importante para a história política de Alagoa Nova.

terreno tão acidentado, quando concluiu muita gente dizia que não ia aguentar. Tã aí, construí todos esses Box, destinados aos comerciantes locais e hoje é a rua da feira.”³³

De acordo com o Art. 89 – “o serviço de limpeza pública e remoção do lixo das ruas e domicílios, na cidade e nas vilas, será feito em dias determinados e por pessoal contratado pela Prefeitura, e em dias determinados para cada zona”. O poder público se responsabiliza por manter a cidade limpa, no entanto é preciso que as pessoas também cumpram a sua parte, pois conforme o artigo seguinte Art. 90 – “cada domicilio deverá conservar o lixo em depósito de madeira ou flandres, com tampa, o qual será colocado ao portão da casa ou na calçada, nos dias determinados à coleta” ³⁴.

Viver de forma civilizada era ter um conjunto de deveres e atribuições e as pessoas deveriam contribuir para que o ambiente fosse diferente, era preciso manter a cidade limpa, o que dependia de como os moradores reagiam a essa exigência. Sabemos que quando as coisas mudam, as pessoas sentem dificuldade em acompanhar as mudanças, o que ocorria é que mesmo que se tivesse a exigência de só colocarem o lixo para fora de casa nos dias que a coleta aconteceria, era comum em locais mais afastados do centro da cidade encontrar amontoados de lixo nas ruas à espera da coleta acontecer. Enquanto isso, os cachorros faziam a festa revirando o lixo.

De acordo com depoimento de seu José Amaro eis o que ele diz sobre a coleta de lixo:

³³ MELO, Alípio Bezerra de. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova novembro de 2011.

³⁴ Código das Posturas Municipais de Alagoa Nova, 1949.

Olhe as ruas eram muito pequenas quase não tinha lixo, quando tinha o povo jogava nos lixões perto de casa. Aqui na Batatinha tinha um lixão no final da rua onde o povo daqui jogava o lixo. O povo produzia pouco lixo, não era tanto assim. O carro do lixo só passava mais no centro, nas outras ruas o carro muito pouco passava.³⁵

Talvez essa fosse uma prática muito comum das cidades em desenvolvimento, limpar o centro e empurrar os problemas para a periferia, nesse caso aqui esquecer a periferia, pois nem o carro do lixo queria passar por lá. O local que chamamos de Batatinha tinha umas ruas pobres onde até finais da década de 1960 existiam poucas casas com energia, água encanada nem pensar. A iluminação só chegava nessa época a alguns postes até próximo onde hoje é a caixa d'água. Durante essas décadas, as ruas amargaram o esquecimento por parte de muitos governantes que por Alagoa Nova passaram, ali se criaram problemas relacionados à saúde pela falta de higiene, problemas relacionados à violência e à prostituição. Contam os mais velhos que na subida do cemitério tinha umas casas de umas “moças da vida” e ai daquela moça que passasse pelo menos em frente destas casas, elas tinham medo de ficar “faladas”, passar por ali só se fosse acompanhada pelos pais.

Depois de vermos bem brevemente um pouco de como era a situação dessas ruas, não podemos esquecer a Rua do leite,

³⁵ SILVA, José Amaro da. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova, dezembro de 2011. Gostaríamos de deixar claro para o leitor que na época estudada não existia bairros como narra o depoente ao dizer, Batatinha. O narrador está falando do tempo passado no tempo presente. Por isso que o mesmo se reporta ao local dessa forma, ele mora na Batatinha e, para ele mesmo não tendo ainda o nome na época estudada, o lugar do qual ele fala é a Batatinha como ele conhece.

a mais extensa da cidade, que também sofria com a falta da coleta do lixo, e essa era mais visitada até porque ela era a saída que dava para Alagoa Grande. De qualquer forma passavam poucos carros por ela, como ônibus que vinha de Guarabira com destino a Campina Grande uma ou duas vezes por semana.

A coleta do lixo de Alagoa Nova se fazia da seguinte forma: não era nenhum carro a motor, era um carro puxado a tração animal, era um boi grande com uma carroça grande das rodas de ferro, ele puxava essa carroça rua acima rua abaixo, era um carro da prefeitura e o funcionário também. Nessa época, alguns homens eram encarregados de fazer tal serviço. O Sr. Alcides era um deles, o conhecido Xunduca, além dele tinha Benedito Aleijado, finado Lindolfo e o seu pai, um antigo varredor de rua.

Um caso curioso aconteceu com esse carro de boi que fazia limpeza. Conta o Sr. Alcides em informação colaborada pelo Sr. Osvaldo, que aconteceu um acidente grave de atropelamento e o causador foi o carro de boi, um caso que gerou a morte de uma criança.

Ali no centro da cidade o carro matou o filho de dona Terezinha, ela era esposa de Basto Leite, que era pai de Antônio de Basto Leite, mas essa mulher não era a mãe de Antônio, ela foi a primeira esposa de Basto Leite, Antônio é filho da segunda, mas bem o menino foi para debaixo do carro, era bem novinho e o eixo passou por cima dele, matou na hora, passou por cima do pescoço, foi incrível um negócio daquele.³⁶

³⁶ NASCIMENTO, Alcides José do. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova, dezembro de 2011.

O que nos chama a atenção é o fato de que praticamente nem existia carro pela cidade e a criança foi atropelada por um carro de boi, cuja velocidade era mínima, até porque era conduzido devagar para fazer a limpeza. Isso nos chama a atenção também para o fato das crianças viverem à vontade, soltas pelas ruas. Como a cidade não comportava tráfego de automóveis, provavelmente as pessoas nem se importavam tanto com as crianças nas ruas. Logo, pode ter sido um descuido dos pais não perceber que a criança brincava em baixo da carroça, que provavelmente era bastante pesada e como vimos anteriormente às rodas eram de ferro e ainda por cima puxada por um boi, forte e grande, suficientes para esmagar a pobre criança.

De qualquer modo, há um indício de que a vida na cidade já não era mais a mesma, as pessoas já deveriam se cuidar em alguns aspectos, o simples ato de crianças brincarem soltas nas ruas já gerava um cuidado maior dos pais. Claro que o acidente foi uma fatalidade, mas todo cuidado era pouco, as práticas não eram as mesmas e as pessoas deveriam se adaptar ao novo estilo que estava se instaurando na cidade. Enfim, a cidade que se pensava moderna muda e as mudanças interferem no dia a dia das pessoas que encontram nesta cidade novos espaços, novos códigos, novas maneiras de pensar a saúde, de lidar com os problemas de saúde, de pensar na higiene, não só para ficar a cidade bonita, mas ordenada segundo os preceitos da civilização. Neste cenário de mudanças está a Alagoa Nova em vias de modernização. Porém, ao mesmo tempo em que encontramos nela as rupturas, encontramos as permanências e resistências de alguns hábitos que vão desde a fabricação caseira de remédios para a cura de algumas doenças como o hábito de algumas pessoas jogarem o lixo nas ruas.

Portanto, procuramos fazer uma análise da situação durante este período para compreender como é que algumas pessoas, a partir de suas lembranças, mostraram como era a situação dos moradores de Alagoa Nova em relação aos cuidados com relação à saúde pública. Entrevistamos moradores antigos, todos nascidos entre as décadas de 20 e 40. Tentamos extrair desses depoimentos, com base no código de postura de 1949, como esses moradores antigos viam as transformações e permanências de precariedades nos setores da saúde e higiene pública.

*CIDADE E
FOTOGRAFIA*

**FOTOGRAFIA E MODERNIDADE:
A VILA DE TAPEROÁ NA GESTÃO
HERMANN CAVALCANTI
(1924-1926)**

Faustino Teatino Cavalcante Neto¹

Durante nossa operação detetivesca em busca de fontes que pudessem indiciar o passado sobre a cidade de Taperoá, identificamos o jornal *A União*², de 31 de maio de 1925, com toda matéria de capa dedicada às inaugurações da ponte e da luz elétrica daquela vila, trazendo, em meio ao tema, três fotografias da mencionada ponte. Ainda no decorrer do processo de coleta de fontes sobre aquela urbe, foi possível identificar uma série de nove imagens fotográficas da vila no acervo particular da senhora Reuza Ribeiro de Queiroz³, que, segundo a mesma, datariam da década de 1920. Nesse mesmo arquivo, também conseguimos coletar uma página do Jornal *Parahyba do Norte*, datada de 30 de agosto de 1926, cuja lauda tem impressa uma matéria sobre a administração do então prefeito municipal Hermann Cavalcanti de Queiroz, onde aparecem, além de sua fotografia, cinco das nove imagens acima identificadas. Deste modo, pensamos na possibilidade de que tal álbum tenha sido encomendado por este gestor público, uma vez que o mesmo procura registrar e informar as realizações urbanísticas realizadas

¹ Doutor em História pela UFPE, orientado pela Prof^a Dr^a Rosa Maria Godoy Silveira, e professor de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

² Grande parte do acervo do Jornal *A União* foi identificada por nós junto ao Arquivo Público Estadual, localizado no Espaço Cultural – João Pessoa.

³ Residente em Taperoá e com 85 anos de idade.

por ele sobre a então vila⁴. No total, somamos doze fotografias que nos fizeram pensar na possibilidade de fazer uma análise a partir das relações entre o ato fotográfico e o espetáculo político no contexto daquela administração (1924 a 1926). Contudo, analisaremos apenas nove das fotografias, sendo as três primeiras as veiculadas pelo jornal *A UNIÃO* e as seis últimas integrantes desse possível álbum encomendado pelo citado prefeito.

No século XX, a cidade foi tomada como um dos objetos preferidos pelos fotógrafos. A estes foi dada a tarefa de documentar as transformações urbanas ocorridas ao longo do tempo, uma vez que a fotografia era considerada capaz de registrar fielmente a realidade. Mais do que “espelho da realidade”, as imagens urbanas se constituíram em veículos propagadores de um imaginário de modernidade⁵, de acordo com o olhar dos produtores visuais da cidade.

A invenção da fotografia revolucionou as formas de representação existentes até as primeiras décadas do século XIX. Enquanto prova incontestada do real, a documentação encontra na fotografia um meio perfeito, principalmente nos seus primórdios quando ninguém ousava questionar seu poder de verdade, de

⁴ Outro indício dessa possibilidade é o fato da senhora Reuza Ribeiro de Queiroz ser viúva de Adonias de Queiroz Melo, que era parente em primeiro grau do mencionado prefeito, podendo, desse modo, ter tido acesso ao álbum supostamente encomendado.

⁵ A modernidade foi um projeto racional dos iluministas, que se pautava no lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Uma experiência que teve como marca a contradição que se operava entre a produção e a reprodução da sociedade racional. Ela ainda se divide em dois aspectos, modernização e modernismo. O primeiro se caracteriza como um processo empreendedor que transforma a sociedade por meio das inovações técnicas. Já o segundo, é dado a ver por meio das vanguardas pensantes da sociedade, que observa e critica este projeto racional e suas contradições. Cf. BERMAN, Marschal. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

reprodução verossímil da realidade. Esse conceito vai perdurar ainda por muito tempo. O que outrora era função da pintura e do desenho (...), passa a ser outorgada à fotografia. Além de uma similitude muito maior do que a pintura, a fotografia foi convencionada como uma prova concreta, objetiva e incontestada de que o objeto representado esteve ali, naquele exato momento em que foi capturado e exatamente da mesma forma que se (re)presenta.⁶

Barthes, ao comparar a fotografia a outras formas de representação, indica que o “referente fotográfico”, diferente do referente de outros sistemas de representação, não é “(...) *a coisa facultativamente real, mas a coisa necessariamente real que foi colocada diante da objetiva sem a qual não haveria fotografia*”⁷. Assim como Barthes, outros teóricos a exemplo Benjamin (1993) e Dubois (1993), por ângulos diferentes, reconhecem o referente da imagem fotográfica⁸. Nesse sentido, se voltam contra a perspectiva desconstrucionista do estruturalismo, mas também do discurso mimético do realismo do século XIX. Afirmam que há uma relação de contiguidade entre a imagem e o mundo que foi posto na frente da objetiva, no entanto, não deixa de ser um ícone interessado, objetivando sempre fabricar um determinado imaginário a ser projetado e consumido com finalidades variadas. Partindo dessa perspectiva teórica, interpretamos as fotografias sobre Taperoá observando os traços de

⁶ Cf. LIRA, Bertrand de Sousa. **Fotografia na Paraíba: um inventário dos fotógrafos através do retrato. (1850-950)**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997, p. 142.

⁷ Cf. BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 108-109.

⁸ Cf. BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1993; e DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, Papirus, 1993.

real constitutivos das imagens e as intencionalidades políticas que se revestem nos seus não ditos/visíveis.

O estudo de caso das relações entre o ato fotográfico e o espetáculo político no contexto daquela administração, objeto deste artigo, mostra como as cidades brasileiras, guardadas as peculiaridades temporais e espaciais, apresentaram certa sintonia nesse processo. Neste sentido, a vila de Taperoá observada através da fotografia configura-se enquanto objeto privilegiado de uma abordagem visual das transformações urbanas que implicam a permanência ou o desaparecimento de elementos fundamentais da sua história. Por conseguinte, o presente texto tem como objetivo analisar, a partir desse conjunto fotográfico, como a idéia de progresso da vila de Taperoá foi produzida via imagem fotográfica, durante a gestão do prefeito Hermann Cavalcanti (1924 - 1926), período esse em que essa urbe passou a viver experiências modernizadoras advindas com a implementação de alguns signos da modernidade (melhoramentos urbanos). Nesse governo foram registradas pela fotografia as transformações na estrutura física da vila, empreendidas tanto pela ação do Estado (a ponte de concreto; a iluminação elétrica; o serviço de abastecimento de água através de chafariz), quanto pelo município (o prolongamento, alargamento, terraplanagem, arborização e abertura das ruas; e a construção de calçadas). Melhoramentos estes que, gradualmente, deram um novo ritmo ao cotidiano da vila⁹.

⁹ Aranha analisa que "É impossível falar em vida moderna no Norte, na primeira metade do século XX, tomando como parâmetro a ideia de ritmo social do tipo que serve para caracterizar as capitais culturais europeias do período oitocentista. Há um limite físico no tamanho das cidades do Norte que é preciso considerar. Resta a alternativa de pensá-la com base no impacto provocado por certas conquistas materiais que passam ao imaginário urbano como símbolos do moderno. Refiro-me a certos equipamentos urbanos, de uso coletivo, que se dão como a última palavra em termos de novidades produzidas ou adotadas no estrangeiro; novidades que se materializam,

1. A AÇÃO ESTADO-MUNICÍPIO: UMA PONTE PARA A MODERNIDADE

Quando tomou posse do governo estadual, o presidente João Suassuna¹⁰ nomeou como prefeito do município de Tapeoá¹¹ o comerciante Hermann Cavalcanti de Queiroz¹², para o período de 1925 a 1928¹³. Segundo nossas fontes informam, foi a partir desse momento que aquela urbe passou a experimentar a incorporação de alguns signos modernos, conforme obser-

por exemplo, nos transportes e comunicações (sistema telegráfico, telefônico, ferroviário, etc.), na adoção de equipamentos de higiene e/ou conforto (sistema de água encanada e/ou esgotos, sistema de iluminação pública e privada, etc.), na construção de prédios ou logradouros públicos destinados ao lazer (parques, praças ou passeios públicos), dentre outros. Igualmente, há a considerar que essas conquistas materiais se instituem por toda a parte como símbolos modernos de valor universal, significando, com isto, que qualquer contato com um ou outro desses símbolos, independentemente do porte da cidade que realiza a conquista, possibilita que esta cidade possa ser considerada moderna ou cidade em sintonia com o mundo civilizado”. Cf. ARANHA, Gervácio Batista. “Sedução do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas”. In: DO Ó, Alarcón Agra e SOUZA, Antônio Clarindo B. de (Orgs.). **A Paraíba no Império e na República: estudos de História Social e Cultural**. 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

¹⁰ João Suassuna era advogado formado pela Faculdade de Direito do Recife, onde ingressou no ano de 1905 e bacharelou-se no de 1909. Quando foi eleito presidente do Estado da Paraíba, era deputado federal e estava apenas com 38 anos de idade. Cf. COUTINHO, Natércia Suassuna Dutra Ribeiro. “João Suassuna”. In: **Paraíba. Nomes do século**. Série Histórica 03. João Pessoa: A União. 2000.

¹¹ A primeira Constituição Republicana confirmou que cada Estado tinha autonomia para organizar o processo eleitoral para escolha dos governadores e das Assembleias Legislativas. Um aspecto interessante do sistema político da Primeira República foi o status dado às escolhas dos prefeitos municipais, pois, como cada Estado tinha autonomia para deliberar sobre a matéria, houve uma enorme variação quanto a esse processo. Em alguns Estados havia eleição direta para o chefe do executivo, em outros o presidente da Câmara era responsável pela função executiva e na Paraíba todos os prefeitos foram indicados pelos governadores eleitos. Cf. NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zavar Editor. 2002, p. 27-28.

¹² Nasceu em Caruaru-PE e era filho do casal taperoense Etevlina Correia de Melo e Liberalino Cavalcante de Albuquerque, sendo este filho do pernambucano Laurênio Bezerra de Albuquerque, que se radicou na vila de Tapeoá. Chegando a Tapeoá, Hermann passou a trabalhar na loja do coronel Joaquim Rodrigues Coura, esposo de sua tia paterna e político local, se casando posteriormente com sua prima Aurelina Coura de Queiroz, ambos netos de Laurênio.

¹³ De acordo com um registro encontrado, Hermann não chegou a cumprir o seu mandato integralmente, encerrando-o em 04 de dezembro de 1926. Cf. Livro de Receitas do Município de Tapeoá do período 1924-1929. Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Tapeoá.

vamos em matéria concernente a essa gestão, intitulada de “*O Renascimento de Taperoá. Coronel Hermann de Queiroz, operoso administrador que muito tem feito pelo progresso do município*”¹⁴, podendo a mesma, em parte, corroborar com a nossa hipótese de que com esse prefeito houve uma empreitada no projeto de modernização daquela vila.

Identificamos que, nessa gestão pública, houve a tentativa de fazer a modernidade acontecer através da modernização, que no período logo foi levada adiante pelo Estado com iniciativas que fizeram adentrar no espaço citadino a racionalidade material. Era o progresso técnico dotando a cidade de infraestrutura e, por decorrência, gerando um novo tipo de sociedade, diferente da que existia até então. Assim, a vila de Taperoá pôde, com a grande ação do presidente estadual João Suassuna, incorporar algumas transformações urbanísticas que possibilitaram ares de modernidade ao lugar.

Interessante observar que essa “atenção especial” dada pelo governo estadual pode ter sido reforçada pelo fato do presidente João Suassuna ter relações estreitas de parentesco com a família Costa Villar daquele município, tendo ali, inclusive, residência estabelecida. Suassuna, nascido em Catolé do Rocha, era casado com Rita de Cássia Dantas Villar¹⁵, filha do então falecido major Gabriel Villar de Araújo e Afra Dantas de Vasconcelos, e quando era presidente da Paraíba freqüentemente ia com sua família à vila de Taperoá e à sua fazenda “Malhada da Onça”. Foi durante a sua gestão que construiu as estradas carroçáveis que ligaram Taperoá à Livramento e à Desterro, espaço

¹⁴ Cf. *Jornal Parahyba do Norte*, 30 de ago. 1926.

¹⁵ Rita de Cássia Dantas Villar nasceu a 21 de fevereiro de 1896, no povoado de Desterro (reduto dos Costa Villar) do município de Taperoá (na época, denominado de Batalhão).

onde se encontrava a sua fazenda e outras tantas que pertenciam à grande família dos Costa Villar¹⁶.

Como resultado desta parceria entre o Estado e o município, verificamos que já em 23 de maio de 1925, João Suassuna em companhia de Hermann Cavalcanti, dentre outros, inaugurou a ponte sobre o rio Taperoá¹⁷ e a energia elétrica. O curto espaço de tempo de cinco meses nos faz perceber que o presidente estadual, em parceria com o prefeito municipal, travou uma ação imediata no sentido de transformação material da vila. A propósito disso vejamos:

(...) Hermann com o apoio de Suassuna dobrou-se em realizações. Seu temperamento dinâmico não cessou de trabalhar pelo embelezamento da urbs: iluminação elétrica, arborização, terraplanagem das ruas, meio-fio, nivelamento dos passeios, encanamento do reservatório público com um chafariz no centro da vila, etc. (...). Foi um modelo de administrador.¹⁸

Sobre esse consórcio e a participação do prefeito local na construção da ponte nos fala o trecho da matéria que segue: *“Graças ainda aos seus esforços, conjugados com a boa vontade do dr. Suassuna, foi construída pelo governo a ponte de concreto ar-*

¹⁶ No seu governo também construiu as estradas carroçáveis ligando Pilões a Cuieté; Sousa a Coremas; Campina Grande a Areia, indo por Alagoa Nova; de Barra a Natuba; de São Bento a Serra Negra; de Teixeira a Imaculada; de Desterro a Riacho Fundo, em Cabaceiras. Cf. Coutinho, 2000.

¹⁷ Na sua gestão, Suassuna também construiu pontes em Alagoa do Monteiro, com 44 metros de extensão; em São José dos Cordeiros, com 21 metros; em Mata da Vara e em Itapecirica (Mamanguape). Todas em cimento armado. Cf. Coutinho, 2000.

¹⁸ Cf. Jornal *A Imprensa*, 03 fev. 1940.

mado sobre o rio Taperoá ao norte da vila, na estrada do Panati (rodagem do Joaseiro)”.¹⁹

Contudo, conseguimos identificar que o início da construção da ponte é anterior ao governo de ambos (1924). Verificamos que, como deputado federal, João Suassuna havia pleiteado melhoramentos para aquele município junto ao paraibano e presidente do Brasil Epitácio Pessoa (1919-1922), no contexto da política federal das “Obras Contra as Sêcas” da agência IFOCS²⁰. Dentre tais melhoramentos, estavam: a construção de um açude, de uma estrada de rodagem e da ponte sobre o rio Taperoá, sendo que as duas primeiras reivindicações foram concluídas, ficando a segunda suspensa por determinado tempo, conforme se percebe na escrita do próprio João Suassuna:

Tendo pleiteado e conseguido para o município de Taperoá, no governo do egrégio dr. Epitácio Pessoa, um açude destinado a abastecer a Villa de água potável, e um trecho de rodagem para ligá-la à estrada eixo de Campina a Patos, **ficaram faltando, em virtude da suspensão dos trabalhos federaes**, ao açude, à instalação, e à estrada, **a ponte terminal, sobre um dos quatro ramos componentes do rio Parahyba, obra que a ordem de suspensão parára com os pilares e pegões quase promptos.** Impu-

¹⁹ Cf. Idem.

²⁰ Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, através do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909, editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido nordestino. O DNOCS recebeu ainda em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, sendo, de 1909 até por volta de 1959 (criação da SUDENE), praticamente, a única agência governamental federal executora de obras de engenharia na região. Com o objetivo de socorrer às populações flageladas pelas cíclicas secas que assolam a região, perfurou poços, construiu açudes, estradas de rodagem e carroçáveis, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, implantou redes de energia elétrica e telegráficas, e usinas hidrelétricas.

nha-se a conclusão, sobretudo ao governo de quem estava ligado a taes melhoramentos em tudo por tudo.²¹ (Grifos nossos).

Desse modo, pensamos que a retomada da construção e a conclusão dos serviços da ponte se deram nesses primeiros cinco meses de 1925, conforme o registro abaixo indicia:

A sua construção foi iniciada ainda no período administrativo do dr. Epitácio Pessoa, tendo sido paralyzada já com os pilares e encontros levantados. Essas obras foram reencetadas em 9 de janeiro deste anno, pelo govêrno do Estado em cooperação com o “Districto da Sêccas”.²²

Todavia, essa empreitada fez a vila ser dotada de algo que para a época representava o novo e que, portanto, possibilitou significados vários entre os que dela utilizavam.

Lira destaca que, na primeira metade do século XX, quase todos os administradores da esfera pública e privada da Paraíba se utilizaram da fotografia como documento. “*Ali estava a prova, para ser utilizada sempre que necessário, das obras levadas*

²¹ Mensagem Apresentada pelo Presidente do Estado da Paraíba à Assemblêia Legislativa na Abertura de sua 2ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura. João Suassuna. Parahyba, 1º de outubro de 1925.

²² Cf. Jornal *A UNIÃO*, 31 maio 1925. “Accrescia que essa ponte interessa a um grupo de municípios – S. João, Alagoa do Monteiro, Teixeira, Princeza e Taperoá, livres, desde o dia 23 de maio, anniversario do grande patrono do Nordêste, quando foi ella inaugurada este anno, dos múltiplos affluentes do rio, que por sob os seus arcos de cimento armado passam reunidos. É de tamanho de sessenta metros de vasaõ livre, a segunda ponte do Estado das construídas pelas Sêccas, e, para sua conclusão, entrou o governo com 85:030\$000, cabendo a direcção technica ao dr. José Rodrigues Ferreira, que modificou o projecto da superstructura com elegância e economia, e executou com presteza o serviço, por seus magníficos auxiliares Jorge Vidal e Emilio Alcoforado” Cf. SUASSUNA, João, Parahyba, 1º de outubro de 1925. Mensagem Apresentada pelo Presidente do Estado da Paraíba à Assemblêia Legislativa na Abertura de sua 2ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura.

a cabo por um determinado administrador ou governante”²³. Diz ainda que havia uma obsessiva preocupação entre tais administradores de documentar a “realidade”, ou seja, as obras realizadas quando de suas gestões: construção de estradas de ferro, portos, urbanização, enfim, tudo o que significava progresso. Nesse sentido conseguimos identificar que, oito dias após tais inaugurações, o jornal estatal *A UNIÃO* (31/05/1925) trouxe sua primeira página toda dedicada às comemorações naquela vila, com destaque para três imagens fotográficas da referida ponte. A primeira delas procura representar a obra em execução, onde a ideia de operosidade é transmitida de imediato, conforme observamos abaixo:



Fotografia 01: PONTE DE TAPEROÁ (1925). Aspectos do trabalho de armação da ossatura metálica e das formas de madeira para receber a argamassa de cimento. Fonte: Jornal *A UNIÃO*, 31 maio 1925.

Conseguiu-se perceber certo flagrante de alguns operários²⁴ na obra de 64 metros de extensão, além de apresentar,

²³ Cf. Idem, p. 143.

²⁴ O Jornal *A União* pesquisado traz o nome dos operários envolvidos na realização dessa obra: Geminiano Limeira, Josué da Silveira, Alípio Gouveia, Jorge Vidal, Emilio Alcoforado, Eustáquio Dias, Antônio Brum, Francisco Pereira, João Cícero de Souza, Manuel Ferreira, Severino Pereira, Benjamin Lopes, João Silva, João Lopes e Severino Barbosa. Ainda segundo esse jornal, no domingo das comemorações, pelas dez horas e meia, ocorreu uma homenagem promovida pelos engenheiros aos operários construtores da ponte, que constou da distribuição de fotografias da ponte com dedicatórias autografadas pelo presidente João Suassuna.

num primeiro plano, a utilização do ferro e do cimento como técnicas de engenharia utilizadas, tecnologia essa que teve grande aplicabilidade em Paris durante o século XIX, na construção de lojas, fábricas, pontes e barragens²⁵. A década de 1920 “Era o tempo em que o ferro vinha da Inglaterra e cimento era importado, inclusive da Rússia, porque no Brasil não havia siderúrgica e nem fábrica de cimento”.²⁶ Desse modo, é interessante observar que quem fotografou o momento, procurou focar exatamente as informações que a imagem representa, uma vez que nela estão contidos muitos elementos que falam dessa empreitada do então governo em busca da modernidade tão desejada.

A segunda imagem trazida na primeira página do jornal *A UNIÃO* também é bastante elucidativa:



Fotografia 02: Um dos vãos de 21 metros da ponte de Taperoá, depois de retiradas as formas. A ponte mede 64 metros de extensão (1925). Fonte: Jornal *A UNIÃO*, 31 maio 1925.

²⁵ “A ponte sobre o rio Taperoá, de concreto armado e de vigas articuladas tipo “Bowstring”, com 64 metros de extensão, compreende dois vãos livres de 20 metros e dois de 10 metros. (...) Damos a seguir algumas características da superestrutura do concreto armado: Peso de ponte de 21 metros (vão livre de 20 metros), 68.200 kilos; Peso de ponte de 10 mts. 50 (vão livre de 10 metros), 39,600 kilos; Carga de ponte de 21 metros, 27.000 mil kilos; Carga de ponte de 10 mts. 50, 18.000 mil kilos” Cf. Jornal *A UNIÃO*, 31 maio 1925.

²⁶ Cf. TERCEIRO NETO, Dorgival. **Taperoá**: crônicas para sua História. João Pessoa: UNIPÊ, 2002, p.179.

Relacionando essa imagem com a primeira, observamos que ela procura trazer a ideia de continuidade e “evolução” da obra; isso fica claro a partir da leitura da legenda da foto quando diz “*depois de retiradas as fôrmas*”. Observamos ainda que o fotógrafo procurou distanciar-se para poder registrar o máximo da extensão da ponte (focando principalmente o maior de seus arcos com 21 metros de extensão), o que pode ser indício de sua preocupação em apresentar nessa fotografia a ideia de uma grande obra realizada. Ainda é possível perceber que um dos destaques nessa fotografia, no primeiro plano, é a água corrente sob a ponte²⁷, o que evidencia a preocupação do fotógrafo em querer representar a funcionalidade da ponte, assim como o “grande feito” realizado pelo governante paraibano para aquela comuna, em nome do tão empreendido progresso.

A terceira e última fotografia destacada no referido jornal segue a mesma ideia de continuidade e conclusão da obra, sendo a que mais expressivamente representa a chegada da modernização naquela vila. Vejamos:



Fotografia 03: Aspecto da ponte de Taperoá no momento em que estacionaram sobre ella 2 caminhões GMC, carregados de algodão, com 17 toneladas (1925).
Fonte: Jornal *A UNIÃO*, 31 maio 1925.

²⁷ O Rio Taperoá, que é o principal afluente do Rio Paraíba em seu alto curso, não é perene, sendo que as águas no seu leito são presentes apenas nos períodos de inverno. Como essa fotografia é do momento da inauguração da ponte (23/05/1925), pode-se pensar que esse período foi chuvoso ao longo de seu curso.

Na matéria redigida no jornal em análise, há a menção de que o presidente do Estado da Parahyba, no sábado (23/05/1925), às 17:40h, chegou “*ao ponto de seu destino, onde já o aguardava, à entrada da Villa, compacta multidão*”. Momento esse em que passou a acontecer a inauguração daquele melhoramento.

Na ponte sobre o rio Taperoá estacionavam o Instituto São Sebastião, em um effectivo de 70 alumnos militarizados e puxados por uma banda de cornêtas e tambores, as musicas da localidade e de São João do Cariry e o povo. Ahi foi s. exc. saudado pelo juiz dr. Genesio Lustosa que em ligeiro improviso se referiu á actuação do presidente João Suassuna, antes e depois de assumir o govêrno, no desenvolvimento material e econômico do município. Frizou o cumprimento da promessa feita pelo chefe do Estado de ser a conclusão daquella obra um dos primeiros actos da sua administração. Disse do jubilo daquella gente assistindo á entrega ao povo de um melhoramento que tão de perto consultava os interesses da zona do Cariry.²⁸

Tanto a fotografia quanto a linguagem verbal do jornalismo corroboram a ideia de que naquele momento grande multidão comemorativa (autoridades locais, alunos, bandas de música e o povo em geral) se encontrava no local presenciando àquelle acontecimento. Uma informação que pode contribuir para pensarmos a dimensão deste evento, que prosseguiu pelo dia seguinte (domingo), é a de que, segundo o jornal, a inauguração

²⁸ Cf. Jornal *A UNIÃO*, 31 maio 1925. Segundo o Jornal *A UNIÃO*, discursaram naquele momento, além do juiz local (Genesio Lustosa Cabral), o então presidente do Estado da Parahyba (João Suassuna) e o Chefe do 2º Districto das Sêccas (José Rodrigues Ferreira Júnior).

ocorrera naquela data, como parte das comemorações paraibanas ao aniversário natalício (60 anos) do paraibano Epitácio Pessoa²⁹, então senador e ex-presidente da República, como segue:

Desviaram-se da metrópole para a villa de Taperoá, como prevíramos, as homenagens com a que Parahyba solenizaria no corrente anno a passagem da data natalícia do senador Epitácio Pessoa. Lá, como em nenhum outro ponto do Interior, poderia ser proclamada de maneira mais expressiva e com tanta oportunidade a benemerencia do estadista brasileiro. Entregava-se á serventia publica um melhoramento de vulto, tal como a ponte sobre o rio Taperoá, naquelle dia inaugurada, e foi natural e bem inspirada a lembrança de se fazer daquelle recanto do sertão o centro das manifestações com que o nosso Estado sempre rememora o anniversario do insigne representante sulamericano na Côrte Permanente de Justiça Internacional. Em nossa última edição resumimos em notas aligeiradas de viagem as festividades de Esperança. Ficou-nos faltando a narrativa do prosseguimento dessas festas em Taperoá, que é o que vamos fazer linha abaixo.³⁰

Assim, observamos que essa imagem fotográfica é um registro significativo daquela inauguração/comemoração e que, ao mesmo tempo, procura engendrar a ideia de grandiosidade, uma vez que foca, numa angulação considerável, vários elemen-

²⁹ Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa nasceu em Umbuzeiro – Paraíba em 23 de maio de 1865 e faleceu em Petrópolis em 13 de fevereiro de 1942. Como presidente da República (1919-1922), empreendeu a realização das chamadas obras contra as secas no Nordeste.

³⁰ Cf. Jornal A UNIÃO, 31 maio 1925.

tos que contribuem para isso. Vejamos então tais elementos: primeiro, a ponte a partir da entrada da vila, sendo a mesma representante do progresso tão aspirado; segundo, um grande número de pessoas, podendo ser identificadas, a partir das vestimentas, que sobre a ponte estavam as autoridades; e terceiro, os dois caminhões GMC estacionados sobre a ponte e carregados com 17 toneladas de algodão. Este último elemento nos parece bastante representativo, uma vez que tais veículos também eram considerados como grandes signos da modernidade³¹, sendo que na fotografia eles foram utilizados tanto nesse sentido, quanto também como meios efetivos de proporcionarem esse desejo de modernidade, uma vez que esta seria alcançada com o progresso econômico da vila, a saber, a partir da produção e escoamento do algodão. Tão significativo foi esse elemento que, após os discursos, “*Procedeu-se então à cerimonia da pragmática, cortando s. exc. a fita aurivêrde que interceptava o transitio*” e os caminhões foram motorizados num gesto simbólico de tanto provarem a sustentabilidade da ponte, quanto de saírem da vila, escoando a produção algodoeira em direção à capital do Estado.

³¹ O Jornal *Correio de Campina*, de 07 de junho de 1914, noticiou que a primeira vez em que um automóvel chegou à vila de Taperoá foi em 14 de abril do mesmo ano. Ocasão em que os políticos Francisco Serafco da Nóbrega e Gouveia Nóbrega se deslocaram da capital estadual rumo a Taperoá em missão política, dado o grande conflito local entre o prefeito Joaquim Rodrigues Coura e seu opositor, o deputado estadual Félix Daltro. Depois disso, durante a visita do Arcebispo D. Adauto a Taperoá, em 24 de agosto de 1921, os taperoenses tiveram contato com os três automóveis que conduziam a comitiva. Terceiro Neto (2002) observa que foi somente na segunda década do século XX, que a vila passou a contar com uns poucos automóveis particulares circulando por suas ruas e nas estradas carroçáveis: Jeová Bezerra, Pedro Fernandes Pimenta e Teodoro Diniz foram donos de automóveis Ford modelo 1923; José Genuíno Correia de Queiroz (Capitão Cazuzá), Manoel Taigy de Queiroz Mello, Orlando Queiroz, Liberalino Cavalcanti, João Casullo, Zeca Simões, João Alves Diniz, Abdias Campos também possuíam ‘carros de passeio’, como eram chamados os automóveis. Sendo que esse número cresceu na década de 1930, quando então a vila passou a contar com um maior número automóveis particulares. Quando estes chegavam era um grande acontecimento, a população se concentrava para olhar a novidade.

Assegura Mauad que o fotojornalismo moderno data da década de 1920, na Alemanha da geração de Eric Solomon³². Para ela, a fotografia de imprensa que já vem do século XIX, ganha novas conotações estéticas. Em vez da fotografia que apenas ilustra o texto jornalístico, na segunda década do século XX, ela passa a forjar uma narrativa visual articulada ao texto verbal. É o tempo da fotorreportagem, da profissionalização da fotografia de imprensa, da fotografia cômica. Nessa nova estética há uma sistematização das imagens, tanto entre elas como em relação ao trabalho dos editores do texto. As fotografias são dispostas em várias páginas, justamente, para elaborar a ideia de início, meio e fim. É o que podemos observar nas fotos sobre a inauguração da ponte de Taperoá. Primeiro, uma fotografia dos operários em construção; segundo, uma imagem da ponte em fase acabada; e, por último, a fotografia da festa, das comemorações da inauguração da obra que chegava respirando os ares do progresso. Nitidamente, podemos perceber aí as concepções do fotojornalismo moderno citados por Mauad.

É possível imaginar a atmosfera festiva que se criara a partir da tarde daquele sábado, em meio àquela inauguração/comemoração e que se prolongou pelo dia seguinte. Segundo as fontes consultadas, a vila ficou repleta de pessoas que caminharam dos vários pontos do Estado, e mesmo de Recife, para àquelas dois dias de festa. Ainda segundo tais fontes, a musicalidade ficou a cargo da filarmônica local e da de São João do Cariri, que juntas deram o tom cívico-militar ao evento. É interessante perceber que o próprio toque festivo daquela inauguração/comemoração serviu para mostrar para aquela socieda-

³² Cf. MAUAD, Ana Maria. "Através da imagem: fotografia e História – Interfaces". In: **Tempo**. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Vol. 1, nº 2, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996, p. 73-98.

de que novos tempos se afluavam. Sobre esse impacto festivo, Terceiro Neto descreve que

(...) As festas duraram dois dias. De Campina Grande veio representação do Colégio Alfredo Dantas e da Capital a comitiva oficial. Capitão Cazuza, prefeito Hermann Cavalcanti e outros cidadãos hospedaram os convidados. Dois pavilhões foram armados para as duas bandas de músicas, a de São João do Cariri e a de Taperoá, que tocaram dia e noite para a população presente à inauguração. (...).³³

Ainda sobre essa atmosfera, o registro fotográfico³⁴ abaixo é esclarecedor.



Fotografia 04: Foto da ocasião das inaugurações de 23 de maio de 1925, em Taperoá. Da esquerda para direita: Áurea Villar (bengala), ? (guarda-sol e flores), ? (champanhe e violão), Lucilla Coura (flauta) e Maria Lieta Villar (violão). Fonte: Arquivo de João Melquíades Villar, Taperoá - PB.

³³ Cf. Idem, p. 179.

³⁴ Esta fotografia não faz parte do conjunto apresentado no início desse texto, contudo pensamos em inseri-la pela importância documental que ela representa.

Analisando a fotografia acima observamos que o ambiente é a ponte na ocasião da inauguração/comemoração daquele momento. As personagens envolvidas nesta representação são mulheres filhas da elite local que residiam no Recife de onde viajaram para as festividades. Seus semblantes indicam o ar de modernidade daquela ocasião e imprimem a imagem da realização de uma obra grandiosa. Significava certa entrada triunfal da vila no concerto das cidades modernizadas, uma vez que a mesma passara a ser dotada de um equipamento adequado a proporcionar conforto para aquela população: era a modernidade certa. A foto ainda mostra indícios do moderno que se faziam presentes na renovação dos hábitos sociais: as mulheres da elite local ostentam acessórios modernos, cortes de cabelos renovados e vestem-se com as melhores roupas, inspiradas na moda que vinha de fora, geralmente da capital pernambucana, com a qual a vila também mantinha laços comerciais. Não deixando de mencionar que a própria fotografia também era um signo da modernidade empreendida. A elite passou a reproduzir sua imagem, eternizando-a nos retratos fotográficos e permitindo que se tornasse visível para os membros de sua e das demais camadas da sociedade. Era uma forma de se exhibir enquanto grupo social.

O Jornal *A União* em análise também destaca que após as celebrações sobre a ponte, naquela mesma data, os olhares se voltaram para a inauguração da energia elétrica³⁵. Sobre isso vejamos:

³⁵ Segundo Aranha, na Paraíba as primeiras experiências com energia elétrica datam do ano de 1912, na capital e Itabaiana. Já em 1916, Sapé, Bananeiras e Guarabira também passam a contar com o “melhoramento”. Nas demais cidades e vilas, só a partir dos anos 1920, inclusive em Campina Grande, considerada à época a mais populosa e comercial do interior do Estado, que só nesta última data passa a contar com o novo equipamento de iluminação. Cf. Idem, p. 115-116. De acordo com

NA USINA ELECTRICA

Seguiram todos, depois, para o predio da luz, occorrendo ahi a inauguração da mesma, ás 18 e 15 minutos, quando s. exc. fez a ligação da chave. Usou a palavra nesse momento o dr. Genésio Lustosa, que **salientou a relevancia daquelle beneficio com que o prefeito local dotava a sede do município.** O sr. dr. João Suassuna, ratificando os conceitos do orador, encareceu a coragem e a capacidade de trabalho do sr. Hermann Cavalcanti, correligionario digno, e a quem os taperoãesenses deveriam prestar todo apoio.³⁶ (Grifos nossos).

O sistema de iluminação com base nos lampiões a querosene passara a ser considerado obsoleto, uma vez que a realidade da electricidade já se configurava como um ícone moderno por excelência. Desse modo, a vila de Taperoá já vinha aspirando à incorporação desse signo moderno e que foi ali levado a cabo a partir da parceria entre os governos do Estado e do município. Sobre esse desejo o então prefeito, em mensagem lida perante o Conselho Municipal (15/12/1924), disse:

Esta villa não tem illumination pública como é do conhecimento de v. exc., porém, já tenho dado os passos necessários para dotal-a com esse melhoramento imprescindível, o qual pretendo inaugurar até fins de janeiro do próximo futuro anno. Para isso já se acha comprado em Recife, esperando despacho para Campina Grande, o motor electrico que ha de

Coutinho, em 1925, João Suassuna também inaugurou a luz elétrica de Esperança; em 1926, na cidade de Patos; e no ano de 1928, em Pombal. Cf. Idem.

³⁶ Cf. Jornal *A UNIÃO*, 31 maio 1925.

distribuir pelas ruas desta Villa 3.240 velas de iluminação publica.³⁷

Diferentemente da ponte que foi construída com verba federal, esse “benefício” teve um investimento financeiro particular; tratava-se de uma empresa responsável pela produção e distribuição pública e particular de energia elétrica pela vila e que teve como proprietário o então prefeito Hermann Cavalcanti, sendo que para essa empreitada o presidente estadual, João Suassuna, cedeu empréstimo financeiro³⁸.

Observando os registros sobre essa usina, identificamos que, por aquele tempo, a energia era gerada através de um motor a óleo diesel, que ocupava grande espaço. “*O motor da luz, cuja voltagem é de 220, tem 22 H. P. e foi instalado pelo mecânico Jeovah Bezerra*”.³⁹ Terceiro Neto (2002) descreve que, ao longo da existência desse sistema de iluminação⁴⁰, eram freqüentes os problemas com o gerador, deixando a vila em muitas ocasiões às escuras, o que só era resolvido com a chegada do alemão Mário, “*que conhecia a invenção de seu país*”⁴¹. Também identificamos que a energia era estendida apenas ao centro da vila e às resi-

³⁷ Cf. Jornal *A UNIÃO*, 03 fev. 1925.

³⁸ Concorri ainda (...) emprestando ao município, para as respectivas instalações de luz electrica, (...) e devendo também Taperoá 6:564\$800. Cf. Mensagem Apresentada pelo Presidente do Estado da Paraíba à Assembléia Legislativa na sua 1ª Reunião Ordinária da 10ª Legislatura. João Suassuna. Parahyba, 20 de outubro de 1928.

³⁹ Cf. Jornal *A UNIÃO*, 31 maio 1925.

⁴⁰ Inaugurada em 23 de maio de 1925, foi responsável pela iluminação da cidade até 1970. Ficava situada a Rua 13 de maio, hoje também conhecida como Rua do Rio ou mesmo Rua da Usina.

⁴¹ Pela leitura do jornal *Voz da Borborema* do ano de 1937, parece-nos que os problemas com o funcionamento da energia elétrica da vila eram freqüentes. Vejamos: “Há pouco o senhor Hermann Cavalcanti, proprietário da empresa de luz dalli, adquiriu, por compra um motor de 40 H. P., dada a insuficiência de um que, recentemente, vinha sendo utilizado praticando um gesto digno da admiração do povo de sua terra” Cf. Jornal *Voz da Borborema*, 06 nov. 1937.

dências das famílias mais abastadas, o que lhes davam ares de ostentação, e que o motor funcionava das 18:00 as 22:00 horas.

Não obstante, esse melhoramento representou um evidente investimento que contribuiu para o discurso do progresso ao passo que deu um embelezamento urbano até então nunca visto. Foi um equipamento que propiciou inúmeras mudanças no cotidiano da vila, gerando também novas sensibilidades, uma vez que a novidade remeteu à ideia de conforto e cujos efeitos foram extensivos tanto à esfera pública quanto à privada.

Tais inaugurações (da ponte e da usina elétrica), ocorridas em meio à celebração paraibana do aniversário de Epitácio Pessoa, nos fazem pensar que em um curto espaço de tempo administrativo (cinco meses apenas) os chefes do executivo estadual e municipal empreenderam melhoramentos naquela urbe. E que, a partir daquela data, a vila passou a determinar novas formas de olhar, sentir e fazer uso de seus espaços e, assim, outras formas de representá-la foram surgindo como, por exemplo, a fotografia.

Outro equipamento urbano empreendido pelo governo estadual naquela vila, inaugurado em 03 de setembro do mesmo ano, diz respeito à construção de um prédio público para o funcionamento de um chafariz e de banheiros. Sobre isso, o próprio João Suassuna descreveu, que: “A tomada d’água, em chafariz, foi concluída simultaneamente, abrigada em solido e elegante prédio, com instalações também para banheiros públicos, abertos ao uso no dia 3 de setembro hontem findo, com a despesa de 8:221\$700”.⁴² E que: “(...) instalei banheiros e um chafariz em Taperoá, completando, assim, o abastecimento

⁴² Mensagem Apresentada pelo Presidente do Estado da Paraíba à Assembléia Legislativa na Abertura de sua 2ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura. João Suassuna. Parahyba, 1º de outubro de 1925.

pelo açude publico feito no governo do eminente dr. Epitácio Pessoa, com a despesa 6:564\$800; (...)⁴³.

Como já mencionado anteriormente, o açude público⁴⁴ destinado a abastecer àquela população, situado a pouca distância da entrada da vila, havia sido construído durante o governo do presidente da República Epitácio Pessoa (1919-1922), no contexto da política federal das “Obras Contra as Sêcas” da agência IFOCS. Sobre essa realização, observamos que durante o segundo dia das inaugurações/comemorações da ponte, energia elétrica e aniversário de Epitácio Pessoa, o presidente estadual João Suassuna fez visita a esse reservatório, conforme mencionado no mesmo jornal *A União*:

Pelas 17 horas, o sr. presidente, em companhia de várias pessoas, esteve em visita ao açude publico, em que se abastece a população da Villa. Esse reservatorio, situado a pequena distância da localidade, foi construído pelo dr. João Suassuna e constitue um dos beneficios que por iniciativa de s. exc. recebêra aquella communa, do governo Epitácio Pessoa.⁴⁵

Coube então ao governo estadual nos meses seguintes canalizar as águas desse açude até o chafariz, de onde seria realizado o abastecimento da vila. Na imagem abaixo observamos essa canalização⁴⁶.

⁴³ Mensagem Apresentada pelo Presidente do Estado da Paraíba á Assembléia Legislativa na sua 1ª Reunião Ordinária da 10ª Legislatura. João Suassuna. Parahyba, 20 de outubro de 1928.

⁴⁴ Atualmente, esse reservatório é conhecido como “açude do Estado”.

⁴⁵ Jornal *A União*, 31 maio 1925.

⁴⁶ Esta é a primeira fotografia das seis que serão analisadas e que pensamos fazer parte do álbum supostamente encomendado pelo então prefeito Hermann Cavalcanti, conforme mencionado no início do texto.

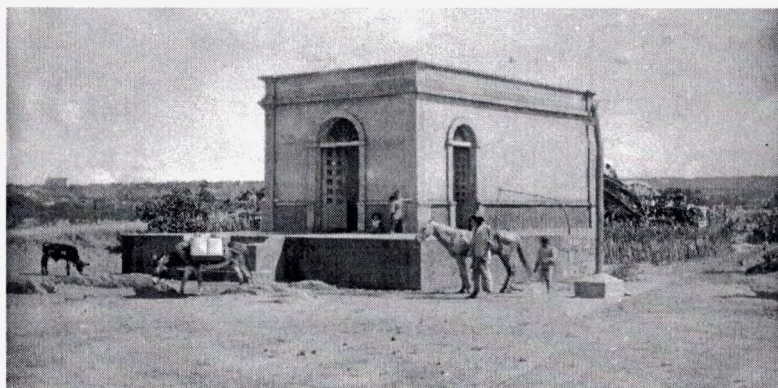


Fotografia 05: Tubulação de água sobre a ponte (1925). Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

Notamos que essa fotografia flagrou, sobre a ponte, o sistema de tubulação que saía do açude e se destinava ao prédio que sediava o chafariz. Não obstante, essa imagem também é denunciadora de outras intencionalidades. Muito possivelmente, o fotógrafo procurou registrar nessa imagem a ideia de cidade moderna, sendo à entrada da vila o lugar mais adequado para a captação desse cartão de visita. Isso porque trazia em evidência, em um primeiro plano, a ponte e, em um segundo, a vila, com destaque em um nível mais elevado para o grande templo católico em vias de conclusão.

A construção desse prédio público para o funcionamento de um chafariz e de banheiros, destinado ao uso coletivo, significava uma novidade materializada e que buscava dotar à vila de equipamentos de higiene e/ou conforto, no caso o sistema de água encanada e a salubridade para aquela sociedade. Assim como ocorreu com a ponte, aqui também notamos que a fotografia foi usada como forma de documentar esse melho-

ramento, uma vez que a fotografia documental era movida pela necessidade de retratar a paisagem urbana, sobretudo a arquitetura em via de transformação, como segue:



Fotografia 06: Chafariz público (1925). Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

O espaço escolhido para esse prédio ser construído foi o primeiro da margem esquerda após o ingresso na vila via ponte. Entendemos que o mesmo pareceu, aos olhares dos engenheiros de plantão, como sendo o mais adequado e estratégico, uma vez que o açude público se localizava do outro lado da ponte. Notamos que o fotógrafo procurou flagrar o prédio centralizando-o a certa distância, possivelmente para deixar aparecer ao fundo um dos arcos da ponte recém-inaugurada. Quanto à arquitetura empregada na edificação, podemos pensar como ela pode ter contribuído para representar o moderno, uma vez que traz detalhes e portais elaborados e, como descreveu João Suassuna, era “*solido e elegante prédio*”.

A fotografia, ao mesmo tempo, possibilita pensarmos o cotidiano flagrado na imagem: identificamos um jumento com latas captadoras d’água e um adulto que, provavelmente, pode

ser um dos aguadeiros que distribuía/vendia água pela vila; notamos também a presença de outros animais que, possivelmente, procuravam os arredores do prédio em busca de saciarem sua sede por água e que ao mesmo tempo denunciam a convivência de um mundo que procurava se modernizar mais que convivia ainda com muitos elementos rurais; percebemos a presença de crianças no prédio, o que nos leva a pensar que o mesmo também passou a ser tomado como um espaço de lazer; por fim, identificamos um dos postes do serviço de iluminação pública denunciado à presença da energia elétrica recém-inaugurada no entorno do prédio.

Também identificamos alguns poucos registros que nos falam que ainda durante o governo do presidente João Suassuna a vila de Taperoá passou a contar com um sistema hospitalar. O mesmo jornal *A União* descreve que o projeto inicial já estava presente na ocasião das inaugurações/comemorações da ponte, energia elétrica e aniversário de Epitácio Pessoa, quando então o presidente estadual João Suassuna também fez visita ao lugar onde o mesmo seria edificado, como segue:

A PEDRA FUNDAMENTAL DO HOSPITAL DE CARIDADE

De regresso da visita s. exc. dirigiu-se ao local onde vae ser edificado o hospital de São Vicente de Paulo, por iniciativa dos srs. João Casulo e Francisco Bezerra e com o concurso com o povo. Na occasião de lançar a pedra fundamental do prédio, o sr. dr. João Suassuna, em breves palavras, disse que a cerimônia que se realizava, fechando o cyclo das homenagens de Taperoá, era simples como o sentimento de caridade que a inspirara. Devia-se tão feliz e humanitária lembrança a dois ci-

dadãos, a dois bellos ornamentos sociais: João Casulo e Francisco Bezerra. S. exc. congratulava-se com o povo por aquelle serviço de alto alcance patriótico.

Não sabemos precisar o tempo exato em que o mesmo foi edificado, contudo, o presidente João Suassuna relatou ao término do governo, em mensagem dirigida à Assembléia Legislativa estadual, que havia contribuído para a sua construção, como descrito abaixo:

Não devo omitir do conjuncto dos estabelecimentos pios e publicos que amparam em nossa terra os infelizes de toda sorte, os hospitaes construídos em Campina, Alagôa Grande e **Taperoá, com auxilio do governo**, indo, assim, ao encontro da bella iniciativa que os apprehendeu e executou. É de justiça fazer menção especial dos drs. Arlindo Correia e Francisco Peregrino de Albuquerque Montenegro e Sr. **João Casulo Primo**, que estiveram á frente dos trabalhos, respectivamente, em Campina, Alagôa Grande e **Taperoá**, com louvável constancia e abnegação. (...) contribui para os hospitaes de Campina, Alagoa Grande e **Taperoá**, com cerca de 40 contos⁴⁷. (Grifos nossos).

As duas fontes informam que esse empreendimento se deu a partir da iniciativa de João Casulo Primo, que era um capitalista taperoaense do ramo algodoeiro, presidente do Con-

⁴⁷ Mensagem Apresentada pelo Presidente do Estado da Paraíba á Assembléia Legislativa na sua 1ª Reunião Ordinária da 10ª Legislatura. João Suassuna. Parahyba, 20 de outubro de 1928.

selho Municipal (1925-1927) e que resolvera empreender agora no ramo hospitalar, uma vez verificada por ele essa necessidade⁴⁸. Porém, a última fonte diz que, assim como ocorreu com a usina de energia elétrica, o governo estadual cedeu empréstimo financeiro para a construção desse “benefício” dito moderno. Verificamos que, depois de concluída a obra, a fotografia mais uma vez foi usada como forma de documentar essa arquitetura, como segue o registro abaixo:



Fotografia 07: Hospital São Vicente de Paula (1928). Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

Uma primeira observação diz respeito ao estilo arquitetônico do prédio, considerado moderno para a época e que fugiu do estilo colonial predominante por toda vila. Outra ressalva é quanto ao local escolhido para a localização desse edifício, que se deu em lugar afastado da vila, uma vez que havia a orientação higienista de que espaços como este fossem isolados do resto

⁴⁸ Seguem os anos da década de 1920 e seus respectivos óbitos: 1921 - 14; 1922 - 11; 1923 - 10; 1924 - 15; 1925 - 19; 1926 - 19; 1927 - 24; 1928 - 13; 1929 - 19; 1930 - 16. Fonte: Livro 1-C do Cartório de Registro Civil de Taperoá.

da sociedade⁴⁹. Com relação ao isolamento, observamos que se tratava de uma estratégia de confinamento que visava afastar a doença da cidade, evitando que ela se alastrasse. Essa política de controle dos espaços urbanos alerta-nos para o fato de que em Taperoá, bem como em toda a Paraíba, ainda podia ser constatado, no imaginário coletivo, a crença de que a circulação dos fluidos era causadora de doenças.⁵⁰ Uma última observação diz respeito ao nome escolhido para esta casa de saúde e gravado em sua frente: “*Hospital São Vicente De Paula*”⁵¹; representa a predominância da religião católica naquela vila, assim como evidencia a imagem de caridade que o proprietário queria passar para a sociedade, uma vez que esse santo é considerado, pelos católicos, como patrono de todas as obras de caridade.

No conjunto, concluímos pensando que o governo do prefeito Hermann Cavalcanti pode contar com significativa parceria do governo estadual na pessoa de João Suassuna e que essa parceria resultou na implementação de vários signos considerados modernos no período e que contribuíram para uma ressignificação dos hábitos e costumes locais.

⁴⁹ Enfermidades freqüentes, como a tuberculose e a febre tifo, eram tratadas por meio da vacinação e do isolamento. Assim, afastando qualquer possibilidade de alastramento de uma epidemia entre a sociedade, se promoveria um ar de modernidade à vila.

⁵⁰ No Brasil, desde o final do século XIX, propagava-se no imaginário social a teoria microbiana, segundo a qual as epidemias eram causadas por vetores invisíveis, germes infecciosos, mosquitos transmissores, assim como por certos objetos (roupas, dinheiro, etc.). E assim em muitos locais do país as políticas de combate às epidemias passaram a fazer uso dos métodos dessa teoria. Cf. RAGO, Luiza Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil (1890-1930)**. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1985, p. 168.

⁵¹ Parece-nos que era uma constatação desse batismo para estas instituições nessa época. Em Campina Grande, por exemplo, em 1931, foi inaugurado o Asilo de Mendicidade Deus e Caridade São Vicente de Paulo, dirigido por irmãs da Sociedade Beneficente Deus e Caridade, à Rua do Açude Velho.

2. O EMBELEZAMENTO DA URBS

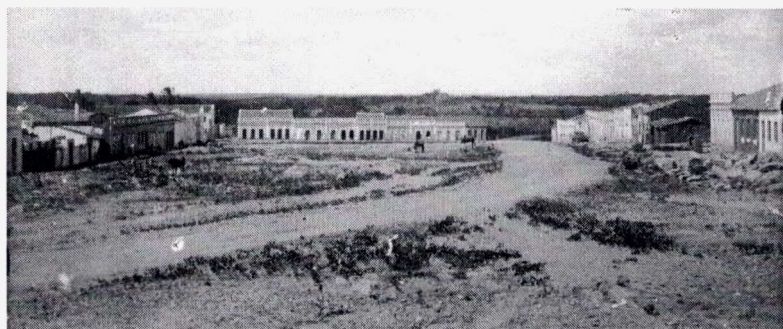
Ao que nos parece, ao longo de sua administração, Hermann sempre esteve empreendido com o embelezamento da urbs, pois conforme matéria do Jornal Parahyba do Norte, de 30 de agosto de 1926⁵², um ano e três meses depois das inaugurações/comemorações patrocinadas pelo governo estadual, o prefeito continuava a promover transformações no espaço urbano daquela vila, principalmente no aspecto físico das ruas.

Urbanizar implicava inserir os signos de uma cultura urbana. A dominação do privado pelo público, que concebe à cidade a designação de lugar público, privilegia a rua que passa a ser discutida e pensada como reduto de mobilidade de pessoas e mercadorias. A rua que tinha um aspecto colonial necessitava acompanhar o processo de modernização, pois a mesma começava a dividir espaço com signos modernos, como os postes para iluminação da cidade. Devido ao discurso do progresso, eram necessários novos requisitos para a rua tornar-se viável no novo mundo urbano. Isto foi uma das justificativas para as mudanças no plano urbanístico da cidade.

As ruas nesse período foram abertas, arborizadas e iluminadas, implementações dos requisitos da modernidade. Empenhado nesses discursos o prefeito Hermann promoveu mudanças nas ruas da vila conforme segue: “*Local que era outrora o grande penhasco, de feio aspecto, hoje transformado em logradouro publico vendo-se rua aberta ao centro. Tudo isso é obra da atual gestão municipal.*”⁵³ O citado jornal traz a fotografia abaixo:

⁵² “O Renascimento de Taperoá. Coronel Hermann de Queiroz, operoso administrador que muito tem feito pelo progresso do município” (Jornal *Parahyba do Norte*, 30 de ago. 1926).

⁵³ Cf. Jornal *Parahyba do Norte*, 30 de ago. 1926.



Fotografia 08: Logradouro público (1926). Atual Praça João Pessoa. Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

Segundo a manchete acima, esse espaço, que fica situado no sentido sul da vila, apresentava um grande penhasco de feio aspecto que não se coadunava com a imagem que se pretendia de cidade moderna, sendo, por isso, destruído para ceder lugar a um logradouro público, com rua aberta ao centro.

Notamos que, uma vez realizado o melhoramento, Hermann logo viabilizava documentar-se do mesmo através da fotografia. Lira (1997) alerta para o fato de que na Paraíba foi no bojo da expansão da rede ferroviária, da construção de açudes pelo projeto de obras contra as secas, do boom da produção algodoeira e da transfiguração da paisagem urbana de cidades como João Pessoa e Campina Grande, que as imagens do discurso do progresso se materializaram em fotografias. Observa ainda que *“Era como se a inexistência de uma documentação fotográfica dessas transformações fizesse parecer que elas não tivessem acontecido.”*⁵⁴

Em sua empreitada de transformação da urbs, Hermann também construiu uma rua de casas de “feição moderna” a

⁵⁴ Cf. Idem, 1997, p. 143.

que denominou de Solon de Lucena⁵⁵, “(...) o que é um grande esforço para um cidadão que reside numa vila cujo comércio não é dos mais promissores.”⁵⁶ Essa rua aberta situa-se no espaço que segue depois da terceira casa do lado direito da foto acima.

Ainda no que diz respeito ao embelezamento da urbs o prefeito promoveu a reconstrução das calçadas de todas as casas da rua principal. Nesse sentido o jornal supracitado traz a seguinte nota: “*Bello trecho da Rua 15 de Novembro onde a actual administração empregou os maiores esforços para a reconstrução das calçadas*”⁵⁷, ilustrado com a fotografia que segue:



Fotografia 09: Rua do Comércio (1926). Atual Rua 15 de Novembro. Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

As ruas são justamente os lugares na cidade onde os conflitos ganham vida. Nelas a sociedade, juntamente com os no-

⁵⁵ Trata-se de uma imortalização ao político paraibano epítacista que havia falecido nesse mesmo ano. Solon de Lucena nasceu em Bananeiras, em 1878, e foi presidente da Paraíba entre 1920 e 1924, quando então se retirou da vida pública por enfermidade.

⁵⁶ Jornal *A Imprensa* 03 fev. 1940.

⁵⁷ Jornal *Parahyba do Norte*, 30 de ago. 1926.

vos signos, expressará essa vida moderna. A principal rua da vila de Taperoá, em sua origem, destacava-se por ser longa e acidentada, a chamada “rua-caminho”. E, sendo a rua, lugar de realizações, de manifestações das relações sociais, das diferenças e das normatizações do cotidiano em momentos históricos diversos, tende-se a materializar na sua forma física e na sua paisagem todas as transformações ocorridas. E é com as mudanças políticas, econômicas e sociais que as ruas deixam de ser “ruas-caminho” e passam a ser “ruas do código de postura.” A mudança de “rua-caminho” à “rua do código de postura” deve-se por diversas intervenções de racionalidade do espaço urbano, aliadas ao fenômeno da modernidade e que em muito modificaram a trama física e a paisagem da cidade.

A imagem acima é emblemática para que possamos observar como os signos modernos já se faziam presentes na vila de Taperoá no ano de 1926. A principal rua do lugar, por onde passava a estrada para o sertão do estado e onde se estabeleciam as casas comerciais e a feira semanal, já apresentava certa uniformidade no que diz respeito ao sistema de iluminação, representado pelos vários postes; às longas calçadas simétricas; e à arborização; configurando, desse modo, um aspecto físico bem diferenciado do que tinha quando da passagem do século XIX para o XX. Esses elementos são bem pertinentes para compreendermos como essa principal rua da vila deixou de ser “rua-caminho” e passou a ser uma “rua do código de postura” para aquela sociedade. Ao mesmo tempo, destacamos a preocupação em documentar, via imagem fotográfica, essa transformação, essa caminhada para o “moderno” em detrimento o “arcaico”.

Abaixo segue outra fotografia que também nos apresenta esse aspecto do discurso do moderno da vila:



Fotografia 10: Praça Dom Adatao (1926). Atual Praça João Suassuna. Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

Observamos à direita, depois do primeiro prédio onde se ler “Padaria e Merceria” (pertencente a Pedro Fernandes Pimenta), um conjunto de casas residenciais de estilo requintado que pertenciam às famílias mais abastadas da vila. Nota-se o sistema de iluminação, as calçadas de forma não tão simétricas e a rarefeita arborização.

Por fim, frisamos mais uma vez que durante o período de 1924 e 1926, o prefeito Hermann Cavalcanti apresentou uma constante busca pelo processo de modernização para a vila de Taperoá. Tanto foi assim que o nome de Hermann Cavalcanti foi lembrado pelos jornais da época como “(...) *um benfeitor da terra. Nem podia ter outro espírito um neto do major Laurênio. Foi um prefeito honesto, trabalhador, audaz, desprendido, visionário talvez (...).*”⁵⁸

⁵⁸ Jornal *A Imprensa*, 03 fev. 1940.

No mais, também destacamos que a maioria das aquisições ditas modernas, assim como das reformas urbanas foram registradas/documentadas através do olhar do fotógrafo, que buscou cristalizar o ângulo mais perfeito de tais transformações advindas. Lira menciona que os fotógrafos trabalharam a fotografia documental na perspectiva da construção da idéia de progresso. Isso porque, segundo ele, “(...) a fotografia era um ofício como outro qualquer, no sentido de que se constituía num meio gerador de rendas com vistas à subsistência; e segundo porque, ao realizar um trabalho de documentação, o profissional o fazia sob encomenda de uma administração pública ou privada.”⁵⁹ Desse modo, as fotografias solicitadas tinham uma finalidade precisa: em geral construir significados da idéia de progresso da cidade através dos seus aspectos urbanos e arquitetônicos e a “evolução” de obras, igualmente indiciárias de uma modernidade que se concretizava na visão dos governantes e da elite da época⁶⁰.

⁵⁹ LIRA, 1997, p. 145.

⁶⁰ Em algumas das fotografias analisadas foi possível identificar a assinatura do fotógrafo a partir da rubrica *M. Dias*, contudo, pesquisando na historiografia paraibana que trata do tema, não conseguimos identificar quem era esse fotógrafo.

TRANSFORMAÇÕES URBANAS E RESSIGNIFICAÇÃO DA CIDADE: SOUSA-PB NUM ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS (1926-1965)¹

Rivaldo Amador de Sousa²

Nas últimas três décadas, os estudos relacionados ao urbano cresceram vertiginosamente. No campo da História, em particular, a multiplicação das fontes históricas possibilitou aos historiadores diferentes abordagens sobre a cidade que, embora tenha nascido com um aspecto que lhe é peculiar e que traduzimos como sendo um movimento incessante, caracterizando-se como o principal lócus de mudanças, os séculos XIX e XX deram-lhe, de modo geral, outra fisionomia. Na verdade, durante o período entre a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, o fenômeno da chamada modernidade inferiu um conjunto de transformações significativas que acabaram por redefinir o cotidiano citadino, as maneiras de ser e viver no espaço urbano.

Apesar de inúmeros trabalhos darem conta de uma intensa discussão relacionada ao urbano, e alguns historiadores acreditarem que esse referido tema tenha se esgotado, há muito que se falar, dentro da História, sobre esse objeto de estudo. Muito resta das urbes de outrora. São inúmeros fragmentos reunidos desordenadamente, mas que podem revelar o tecido urbano em diferentes épocas. Um deles é a própria arquitetura urbana que, principalmente nos centros históricos, revela traços

¹ Este artigo faz parte de um dos capítulos da dissertação de Mestrado intitulada *Encantos e desencantos das cidades: sensibilidades e sociabilidades em Sousa-PB 1922-1960*.

² Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

de um passado e pode ser tomada pelo historiador para se pensarem as representações de uma referida época. Essas informações, fragmentos de um passado, tornam-se fontes nas mãos do historiador, porque guardam, em seus traços, memórias do lugar.

Aqui, a nossa escolha recaiu sobre Sousa, localizada no Vale do Rio do Peixe, alto sertão paraibano. Elegemos um recorte temporal que abraça quase quatro décadas - 1926 a 1965. Nessa perspectiva, o que pretendemos discutir aqui é como os traços do moderno ressignificaram essa cidade, dando-lhe uma nova visibilidade. De quem partiam essas intervenções urbanísticas e em nome de quem e de que tais mudanças e transformações acabaram por redefinir a paisagem urbanística da cidade de Sousa? É num diálogo com as fontes e outras experiências do urbano que procuraremos responder, mais adiante, a esses questionamentos.

1. ENTRE A HISTÓRIA, A CIDADE E A FOTOGRAFIA

Perceber a cidade através da fotografia exige, inicialmente, que a pensemos como fonte histórica. Tratá-la a partir desse ponto é abrir o caminho para a busca de indícios do passado, traços ou representações de uma realidade que a fotografia pode denunciar. Nesse pensar, abraçamos a ideia de Dubois. Para esse pensador francês, a condição de traço do real que a fotografia dispõe como código é a implicação direta de sua formação, captação. Aquilo que foi captado pela lente fotográfica e impresso no papel fotográfico, através de uma técnica de sensibilização, de fato existiu. Todavia, essa captura durou apenas um instante. Ele considera esse momento de exposição “como um puro ato-traço” (denominando-o de “mensagem sem código”).

go”), ou seja, um “índice quase puro”. Assim, podemos afirmar que a fotografia é um traço do real, um indício, o que implica aqui um princípio, o da singularidade³.

Para Kossoy, “toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente”. Sendo assim, “o artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e de sua expressão (o registro visual nele contido), constitui uma fonte histórica”⁴.

Ela não tem o poder de captar tudo, mas apenas um fragmento do que foi. Ou, como define Susan Sontag, apenas uma fatia do mundo, uma fatia do tempo⁵. Aquilo que estava lá, no ato da fotografia, já não existe mais. Os assuntos que foram registrados atravessam o tempo e passam a ser vistos por olhos estranhos, como afirma Kossoy. Mesmo assim, eles chegam até nós carregados de algum sentido.

Dentro dessa mesma perspectiva, certa historiadora afirma que a “imagem fotográfica tem significados evidentes, aparentes e latentes, perceptíveis após um primeiro olhar, que lhe confere uma comunicação instantânea, capaz de dispensar mediações”. Contudo, é necessário compreender que essa fonte não pode ser vista e explorada como uma verdade em si. E para tomá-la como documento, é preciso respeitar seus limites, até onde ela se serve como tal. Assim como as outras fontes, a fotografia apresenta, também, sua incompletude e se dá por satisfatória como parte integrante para a construção da narrativa

³ Cf. DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas-SP: Papirus, 1993, p. 45.

⁴ Idem. p. 45-47.

⁵ Cf. SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 15.

histórica, até porque ela “tem vieses específicos e exprimem, na maior parte das vezes, um aspecto limitado da questão focalizada pelo pesquisador”⁶.

Ainda de acordo com Kossoy, “a imagem fotográfica é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada, informação maior de vida e morte...”⁷. Esse documento nos dá outro viés para explicar tais acontecimentos. Para tanto, elegemos um conjunto de fotografias que revelam a cidade em estudo, dentro do espaço de tempo delimitado (1926 – 1965). Esse olhar não permanece isolado num único fragmento, será, antes de tudo, um jogo de cotejamento, em que podemos observar as alterações ocorridas no quadro urbano. É inteligível pensar que juntas, simultaneamente, elas podem revelar todo um complexo jogo de movimento dentro de um quadro de permanências, rupturas e transformações.

Além de tudo, a fotografia implica escolhas que representam certos interesses que podem estar impregnados de traços ideológicos dominantes durante o período no qual o artefato foi produzido. Trata-se de escolhas do próprio fotógrafo, movido pela imaginação e pelo desejo de uma cidade ideal.

O presente estudo toma como análise um conjunto de sete fotografias que fazem parte de um álbum fotográfico publicado no ano de 2004, em comemoração ao sesquicentenário de Sousa e que revelam os aspectos urbanos da cidade entre o período de 1910 e 1980. Também nos serviram de fontes algumas leis municipais e edições do *Jornal de Souza*, que foi

⁶ Cf. LEITE, Mirian Moreira. Fotografia e história: passagem do único para os múltiplos. In: **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 81 e 84.

⁷ Cf. KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 37

escrito e impresso numa tipografia instalada nas proximidades da Matriz de Nossa Senhora dos Remédios.

Sabe-se que grande parte dessas fotografias foi realizada por profissionais e amadores locais. Como outras urbes interioranas, Sousa também foi clicada por fotógrafos itinerantes que, costumeiramente, viajavam pelo sertão para realizar seus trabalhos, fossem convidados ou não⁸. As primeiras imagens urbanas de que temos conhecimento foram feitas pelo sousense Júlio Pedrosa de Melo que, em viagem à capital federal, no ano de 1909, adquiriu uma máquina fotográfica, com a qual fez diversos registros da sua cidade, contemplando ruas, edificações, pessoas e tantos eventos que retratam, em parte, o cotidiano local. Nos idos dos anos de 1930, uma segunda máquina foi adquirida por Eládio, seu filho, dessa vez, na cidade de Recife, mais precisamente, nas Casas Martins, especializadas na comercialização de tais produtos: uma Kodak “modelo nº 3ª Folding Pocker Kodak”⁹.

2. PELAS RUAS E PRAÇAS: PENSAR O MODERNO NUMA FATIA DA CIDADE

Em 13 de maio de 1926, a cidade de Sousa recebeu festivamente um comboio ferroviário procedente da capital cearense, com destino àquela cidade paraibana para a inauguração da estação ferroviária que acabara de ser ali edificada. Apesar de se encontrar relativamente distante do núcleo urbano, próximo

⁸ Cf. LIRA, Bertrand de Souza. **Fotografia na Paraíba: um inventário dos fotógrafos através do retrato (1850-1950)**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997, p. 103 e 118.

⁹ Cf. FERRAZ, Augusto. **Além do rio: uma fotografia da paisagem urbana – Sousa – Paraíba**. AGT Produções, 2004, p. 4.

à estação, foram construídas, ainda, cinco casas para o uso de trabalhadores que exerciam atividades de manutenção da estrada de ferro. A essas edificações se soma uma sexta, ainda em construção no período, destinada ao agente¹⁰.

Devido a isso, a cidade já não era mais a mesma. Naquele momento, Sousa se encontrava redefinida por uma nova cartografia. O seu perímetro urbano tinha sido alterado com essas novas edificações e o traçado ferroviário. Além disso, a presença do trem de ferro, semanalmente, interligando o sertão paraibano a outros espaços, principalmente a Fortaleza, introduzia na pequena urbe outras perspectivas, consentindo que seus habitantes tivessem contato com experiências modernas, o que permitia a produção de novas sociabilidades e sensibilidades.

As informações a que tivemos acesso nos permitem pensar como se deu o processo de transformação urbana em Sousa ao longo de, aproximadamente, quatro décadas. Essa compreensão parte do trabalho de cotejamento com as fontes que trouxemos para a nossa discussão. Assim, na primeira fotografia, podemos, inicialmente, fazer uma análise de identificação dos elementos que compõem o quadro. Não há presença de pessoas, mas há muitos vestígios de suas intervenções nesse espaço. Através da posição das sombras das árvores, notamos que era um início de tarde e que, obviamente, por se tratar de um horário extremamente quente, quase ninguém iria fazer esse percurso de trabalho e/ou lazer. O número de habitantes dali não correspondia ao aproximado dos grandes centros para que possamos cobrar a presença de pessoas nas ruas, como transeuntes, trabalhadores ou, até mesmo, na prática do lazer, do descanso.

¹⁰ Cf. Jornal *A UNIÃO*. Parahyba, 26 de maio de 1926, p. 2.



Fotografia 01. Largo da Matriz, década de 1930. Fonte: FERRAZ, 2004, p. 23.

Em primeiro plano, o coreto, na parte central do largo da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios, denominada Praça Almeida Barreto, que, na década de 1960, passou a se chamar Bento Freire. Na margem esquerda, a torre da Igreja do Rosário e, em segundo plano, a conhecida Rua do Rio, hoje, Almeida Barreto. Logo ao fundo, o agrupamento florestal que margeia o Rio do Peixe¹¹. Era comum, na cidade colonial, a concentração de casas ao redor de um grande pátio e a Igreja Matriz. Há, aqui, toda uma arquitetura de modelo colonial, exatamente onde nasceu a vila. Todavia, a arborização e a construção do coreto acima podem ser consideradas elementos urbanísticos que constituem, talvez, um desejo que representa sinais da cidade moderna. Outro elemento que compõe a imagem é a presença de postes de iluminação pública. Isso nos faz pensar na existência ali, nesse período, de uma vida noturna.

De acordo com Freyre, durante o período colonial, as principais cidades brasileiras apresentavam uma forte ligação

¹¹ Cf. FERRAZ, 2004, p. 23.

com o campo. Diversos elementos considerados rurais se faziam presentes no dia a dia dos habitantes, tanto no interior das residências quanto nas ruas. Com o fim das casas grandes e as construções de sobrados, que nada mais eram que as residências de senhores abastados originários do campo, os aspectos da vida rural se tornaram bastante nítidos. Essas habitações traziam aspectos de uma cultura campesina, que revelava o período de um Brasil de economia predominantemente agrária. Nas cidades interioranas, no século XIX, não foi diferente. Em grande parte delas, o mercado local girava em torno das atividades de uma economia basicamente agrícola¹².

Dois fotografias seguintes nos trazem indícios de uma urbe que parece apresentar aspecto de um mundo rural. Feitas no ano de 1923, elas revelam o centro comercial da cidade, especialmente o mercado público, que fora edificado entre os anos de 1903-1905 e onde se concentrava o comércio e aconteciam as feiras semanais.

ANO DE
1923

Foto abaixo, lado esquerdo, prédio do Mercado Público com detalhes arquitetônicos em neo-clássico construído entre 1903 e 1905. O prédio recebeu, nas décadas de 50 e 60, várias reformas e ampliações. Na rua frontal, Padre Correia do Sá, a residência do ex prefeito Manoel da Costa Gadelha - "Major Gadelha". Na frente da residência existia o conhecido "tamarineiro de Major Gadelha" que, nas décadas de 20 e 30, fora ponto informal de encontro de políticos e comerciantes. Local, atualmente, onde estão instaladas as casas comerciais. Pude: Ferragens e Aky Modas.



ANO DE
1923

Lado direito, estabelecimento comercial de Braz Ferreira e Herculano Argo onde, atualmente, funciona em outra edificação a Grafia Marques.



Fotografia 02: Mercado público, 1923. Fonte: FERRAZ, 2004, p. 46.

¹² Cf. FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 16 ed. São Paulo: Global, 2006.

Essas imagens nos informam alguns aspectos da urbe nos anos 1920. Podemos ver, em ambas, a Rua Capitão Manoel Gadelha, no ano de 1923: a que está situada na posição superior manifesta a presença de casas comerciais, com populares nas portas dos estabelecimentos; no fragmento abaixo, temos o mercado público, que ocupa todo um quarteirão. Na primeira, notamos, visivelmente, a ausência de platibandas, que são utilizadas para camuflar o telhado e realçar a edificação, dando um caráter ornamental à fachada. Além disso, tinha o objetivo de evitar a queda direta da água da chuva sobre a calçada. É bom lembrar que, durante esse período, ainda não havia qualquer sinal de pavimentação das ruas centrais. Apenas as construções de calçadas ao redor das edificações eram obrigatórias.

As leis que regiam o plano de urbanização estabeleciam, entre outras exigências, o envolvimento do cidadão no cuidado para com a cidade. Um exemplo que temos é a obrigação que tinham os proprietários de prédios de caiá-los nos meses de maio a setembro de cada ano. Ainda no sentido de gerar e manter a beleza da cidade, outras atribuições foram aplicadas pela Lei nº 48, de 30 de dezembro de 1929, em cujo artigo 12º declara:

Fica o poder executivo municipal auctorizado a providenciar sobre o nivelamento das calçadas, frentes, travessas de casas e de ruas da cidade, arrasamento de prédios arruinados e outros quaesquer que estejam fora do alinhamento das ruas, bem como sobre as retiradas de cercas, nas travessas e quintaes de casa, cujo os fundos dêem para outras ruas¹³.

¹³ Cf. Município de Souza. Lei nº 48, de 30 de dezembro de 1929. *Jornal A UNIÃO*. Parahyba, 18 de abril de 1930, p. 4.

Quanto às retiradas de cercas em áreas que estavam dentro do perímetro urbano, a imposição da medida parece ter sido recebida com grande insatisfação por parte dos moradores, que mantinham os seus quintais cercados de madeira, e daqueles que eram proprietários de terrenos baldios e que os cercavam para evitar invasões de animais e de pessoas como medidas de proteção aos seus imóveis. As queixas em relação à ação da Prefeitura Municipal, no sentido de fazer cumprir tais medidas, são tomadas pelo *Jornal de Souza* com uma forte dose de crítica jornalística. Em 1932, em uma matéria intitulada *O Município de Souza em pleno regime bolchevista*, o periódico deixa clara a sua indignação em relação à atitude da Prefeitura Municipal, quando mandou intimar um cidadão habitante daquela praça para que não continuasse a fazer o serviço de cercas no terreno de sua propriedade, localizado por trás do açougue público. De acordo com a matéria, essas medidas abusivas denunciavam o caráter autoritário do poder público na figura do prefeito municipal. Tanto era a insatisfação que o autor da matéria dispara um subtítulo: “a Prefeitura, para se apropriar da terra alheia, basta decretar a sua urbanização”¹⁴.

Nesse sentido, foram construídos os frontões do mercado público, com o propósito de melhorar a visibilidade da cidade. A prefeitura decretou que, nas edificações anexas àquele prédio, deveriam ser construídas platibandas em suas fachadas no prazo de 60 dias. Tudo para que as linhas urbanas estivessem em consonância com o que rezava a arte da estética¹⁵. O prefeito municipal defende as suas intenções com a reforma empreendida:

Todos devem lembrar-se como era desgraciosa
e inesthetica a fachada de nosso commercio

¹⁴ Cf. *JORNAL DE SOUZA*. Souza, 3 de outubro de 1931. Ano II, Nº 57, p. 4.

¹⁵ Prefeitura Municipal de Souza. Decreto nº 18. de 18 de junho de 1931. *Jornal A UNIÃO*. Parahyba, 15 setembro de 1931, p. 5.

nesta cidade. Somente a indiferença e o mau gosto poderiam explicar a nossa tolerância aos velhos moldes architecturaes do referido prédio, dando a entender a quem nos visitava, que éramos um povo retardatário e alheio a evolução de nosso tempo¹⁶.

Era necessário acompanhar as transformações urbanas por que passavam tantas outras urbes em consonância com o moderno. Do contrário, os habitantes de Sousa seriam vistos como “um povo retardatário”.

No ano de 1933, o Jornal *A UNIÃO* traz uma pequena matéria que revela aquela antiga vila de uma arquitetura basicamente colonial, completamente transformada numa nova cidade. “Além de outros melhoramentos, tivemos logo a remodelação do açougue, do mercado público, em via de conclusão, e do edifício do Conselho Municipal”. Seu revestimento, feito durante os últimos anos, tende a mostrar um perfil urbano com um novo aspecto das ruas e de suas edificações. “Com essas remodelações, desapareceram por completo os ‘casarões’ antiqüíssimos que tanto afejavam a nossa ‘urbs’”¹⁷.

Em 1934, ficou estabelecido que o proprietário de prédio urbano que não tivesse construído a platibanda teria que pagar mais 50 % além do imposto predial urbano¹⁸. Através desse mesmo decreto, no artigo nº 20, o Poder Executivo ficava

¹⁶ Cf. Prefeituras do interior. Relatório e balancete da receita e despesas da Prefeitura Municipal de Souza referente ao 1º semestre do ano de 1931. Jornal *A UNIÃO*. Praha, 26 de agosto de 1931, p. 9.

¹⁷ Cf. Notícias do interior: Sousa. In: Jornal *A UNIÃO*. João Pessoa, 08 de janeiro de 1933.

¹⁸ Prefeitura Municipal de Souza. Decreto nº 49, de 28 de dezembro de 1933. Jornal *A UNIÃO*. João Pessoa, 18 de janeiro de 1934, p. 9-10.

(...) autorizado a providenciar sobre nivelamento das calçadas, passar o meio fio, levantar a planta da cidade, determinar o perímetro urbano, frente e travessas de casas. Arrazamento dos prédios arruinados e outros quaisquer que estejam fora do alinhamento das ruas e bem como retiradas de cercas¹⁹.

De acordo com a referida lei, a Prefeitura Municipal determinava que se extirpasse qualquer elemento que manifestasse o aspecto de um mundo tradicional/colonial, numa cidade que investia em traços modernizadores. Fazer o nivelamento das calçadas, estabelecer o alinhamento das ruas, de maneira que qualquer prédio não prejudicasse a organização da estética urbana, além da retirada de cercas, eram medidas comuns em todos os projetos urbanos que se apresentavam modernizantes. É a partir dessas medidas que se estabelecem os parâmetros para a constituição de uma “cidade bonita e civilizada” e que acompanha os padrões estéticos nacionais em voga até então.

No mesmo ano, sob a nomeação da Intervenção Federal, o Poder Executivo lança o decreto nº 53, de 28 de agosto de 1934. De acordo com esse documento, os proprietários de prédios localizados dentro do perímetro urbano eram obrigados, “no prazo de 120 dias, a contar da presente data, ao levantamento de platibanda e reconstrução de calçadas dos prédios que lhes pertencem, obedecendo rigorosamente ao plano estabelecido por esta prefeitura”²⁰.

Ainda dentro desse plano, é lançado um novo decreto, o de nº 54, de setembro de 1934, para regularizar as construções

¹⁹ Idem, p. 10.

²⁰ Cf. Prefeitura Municipal de Souza. Decreto nº 53, de 28 de agosto de 1934. *Jornal A UNIÃO*. João Pessoa, 11 de outubro de 1934, p. 11.

e as reconstruções dentro do perímetro urbano e suburbano. Com isso, estavam proibidas “as construções de prédios ligados a outros”²¹. A intenção era de dar outra visibilidade às ruas e isolar as casas para que seus moradores tivessem mais privacidade. Os traços de uma arquitetura colonial iam sendo deixados para trás, por serem considerados como modelos retrógrados, que tinham perdido o seu brilho e caído em completo desuso há muito tempo.

Para convencer os seus habitantes a cumprirem o estabelecido, o prefeito lança mão dos atributos de civilidade, civismo e patriotismo como uma ação praticada para o bem comum. Assim, decreta: “A época presente é de prosperidade, tornando por isso mesmo de fácil execução o plano em apreço”. E segue com mais um argumento de grandiloquência, recorrendo a adjetivações que tinham o objetivo de convencer o cidadão a cumprir o seu papel patriótico para o bem de todos: “é obra de patriotismo de cada um concorrer para o embelezamento e condição de hygiene da cidade em que habita”²².

Os sinais das transformações por que passaram as ruas da cidade podem nos ser confirmados pela fotografia seguinte, que nos atesta algumas mudanças introduzidas na área central da urbe. Ela nos revela o mesmo logradouro mostrado na imagem anterior, aproximadamente dez anos depois. Podemos observar algumas alterações que marcaram a presença, já no início da década de 1930, dos novos ideais que influenciaram a constituição de outra cidade. Os novos elementos e traços traduzem outra época.

²¹ Cf. Prefeitura Municipal de Souza. Decreto nº 54, de 5 de setembro de 1934. In: *Jornal A UNIÃO*. João Pessoa, 11 de outubro de 1934, p. 11.

²² Cf. Prefeitura Municipal de Souza. Decreto nº 53, de 28 de agosto de 1934. In: *Jornal A UNIÃO*. João Pessoa, 11 de outubro de 1934, p. 11.



Fotografia 03: Rua Cap. Manoel Gadelha. Década de 1930. Fonte: FERRAZ, 2004, p. 45.

Vemos que o logradouro passou por algumas mudanças. Além da reforma do mercado público e dos prédios comerciais, que já apresentam todas as platibandas construídas, a calçada ganhou um alinhamento mais baixo que o da fotografia 02, possivelmente para atender às exigências da própria estética urbana em voga. A presença de árvores, ao longo da rua, com a disposição de bancos para a acomodação de pessoas que por ali passassem e desejassem descansar, representava ordem, urbanização e certo conforto.

Assim, o processo de urbanização da cidade contava também com a arborização das ruas principais como um dos requisitos para o seu embelezamento. Investido desse propósito, o poder público providenciou a plantação de um considerável número de pés de fícus em grande parte da cidade. Para esse fim, a Prefeitura adquiriu, naquele ano, 250 mudas de fícus benjamin²³.

Para se ter uma ideia da importância que a arborização das ruas e das praças representava no plano de urbanização em

²³ Cf. *JORNAL DE SOUZA*. Sousa, 31 de maio de 1931. Ano II, Nº 64, p. 1.

Sousa, logo no ano de 1930, vemos o que um cidadão descreve ao atirar forte crítica àqueles que não zelavam por tais bens e se ocupavam de suas atividades de vândalos a depredar a cidade. Essas conclusões partem do noticioso, que anuncia: “Na semana passada, foi mutilada perversamente uma copa de um de nossos *figos-benjamin* que ornaram o Passeio Público”. É verdade que essa voz está de prontidão num observatório urbano, notificando tudo o que ocorre na cidade durante toda a semana. Contudo, ela está investida de um desejo da maioria dos cidadãos, que anseia por um espaço mais cuidado, chamando para si aquilo que o *sousense* sentia como pertencimento. Aquele *ficus* “que serve de embelezamento ao nosso único logradouro público” dá à cidade outro tom de visibilidade que prefigura a sua estética urbanizadora²⁴.

Em fins da década de 1930, o número de *ficus* plantados na área urbana era sobremaneira significativo. Diferentes ruas e logradouros foram arborizados, para obedecer às exigências de estética e urbanidade até então estabelecidas. Era interesse também da Prefeitura Municipal o uso de plantas nativas, como “canafístula, timbaúba, trapiás, tamarindos, juazeiros e sabonetes”. A presença constante de animais dentro da cidade era um empecilho para a efetuação do projeto de arborização das ruas e dos logradouros. Para resolver o problema, a Prefeitura construiu cercas aos redores do perímetro urbano a fim de coibir a invasão do gado dentro da cidade. A arborização dava uma nova visibilidade às ruas: além de proporcionar sombra, principalmente nas praças, onde eram estabelecidos lugares de passeio público, garantia um aspecto de embelezamento e conforto. Foi nesse sentido que, na principal praça, a Bento Freire,

²⁴ Cf. *JORNAL DE SOUZA*. Sousa, 15 de maio de 1930. Ano II, Nº 18, p. 1.

os “toscos bancos de cimento armado” instalados ali, ainda na década de 1920, foram substituídos por “magníficos bancos de madeira e ferro adquiridos na capital do Estado”²⁵.

Esse desejo de constituir e apresentar uma cidade nos moldes da decantada modernidade, além de outras providências, o governo municipal se preocupou em designar as nomeações de ruas e logradouros públicos na cidade. Assim, em decreto do início do ano de 1942 definiu algumas denominações para esses principais espaços citadinos:

Ficam denominadas: Praça Bom Jesus, a nova praça construída entre as ruas João Pessoa e 4 de Outubro; Praça Cel José Gomes de Sá, a Praçinha com Balaustrada, ao norte do açougue municipal e alinhamento da antiga rua da Uzina; Rua Dr. Silva Mariz, a rua nova que se está edificando ao norte da rua Nabor Meira e sul da rua da Uzina; rua Dr. Emílio Pires, a rua compreendida entre as ruas Galdino Formiga e Getúlio Vargas; Rua Nicodemos Gadelha, a parte compreendida entre as ruas Quintino Bocayuva e Cel José Vicente, em seguimento para o nascente²⁶.

Segundo Rouanet, “há uma volúpia especial nesse ato nomeador” que agrada e satisfaz aquele que nomeia. Entre as ruas e os nomes que elas ganham, há uma peculiaridade própria da comunidade, como, por exemplo, a Rua das Princesas ou

²⁵ Jornal *A UNIÃO*. João Pessoa, 03 de setembro de 1939, p. 6. Relatório apresentado ao Interventor Federal do Estado, Argemiro de Figueiredo, pelo ex-prefeito, Eládio de Melo.

²⁶ Prefeitura Municipal de Souza. Decreto-lei nº 14, de 10 de novembro de 1942. In: Jornal *A UNIÃO*. João Pessoa, 9 de janeiro de 1943. 2ª Seção, p. 2.

Rua Estreita. Podemos afirmar que esses “nomes são estáveis, às vezes durando mais que as próprias ruas”²⁷. Enquanto a nomenclatura imposta cria um vazio sobre a rua, instaurando um afastamento entre o passante e a nomeação oficializada pelo poder público, o popular não se apaga do imaginário coletivo. As denominações populares acabaram prevalecendo e coexistindo. Mesmo que o objetivo das placas fosse, e era, suplantando as antigas nomenclaturas, não conseguiu apagá-las da memória da cidade.

Estudando a renomeação de grande parte das ruas da velha capital pernambucana, Arrais defende que o intento político de “inscrever o patriotismo no espaço da cidade” tinha o objetivo de apagar da memória da cidade todas as práticas pertencentes a um passado colonial e que eram “repugnantes às novas sensibilidades urbanas”. Essa mudança toponímica parece não ter sido aceita sem contestações, pois parte da imprensa local manifestou a sua insatisfação, “opinando que, acima dos intuitos de lisonja a homens públicos, deveria ser colocada a necessidade real e cotidiana de orientação dos moradores ao se locomoverem dentro da cidade”²⁸.

A preocupação com as nomeações dos logradouros não era só de garantir a identificação dos espaços para o uso dos correios ou de qualquer outro serviço e/ou instituição como a própria Prefeitura Municipal. A designação oficial tinha por trás de tudo o papel de desconstruir o imaginário popular e

²⁷ Cf. ROUANET, Sérgio Paulo. Viagem no espaço: a cidade. In: **A razão nômade**: Walter Benjamin e outros viajantes. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993, p. 34.

²⁸ De acordo com esse historiador, a nova toponímia das ruas do Recife soava e/ou estava relacionada a eventos e períodos históricos do Brasil recente, como a Guerra do Paraguai, a Restauração Pernambucana, a Revolução de 1817 entre outros. Cf. ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público na Recife do Século XIX. São Paulo: Humanitas/FLCH/USP, 2004, p. 348-349.

sua apropriação de determinados termos que não convinham nada à memória da elite sousense como em tantas outras cidades brasileiras. Para a classe elitizada, o que era popular era considerado vulgar e, portanto, não tinha nenhum caráter pedagógico como pode ter uma rua, principiando pelo seu nome. Além disso, daria à cidade o seu caráter de urbanismo que, ao longo das alterações por que ela vinha passando, perdera o aspecto rural que apresentava em tempos passados. Além disso, os logradouros com nomes de pessoas ilustres traduziam certa concepção de história e/ou de sujeito.

Apesar de as ruas e todos os logradouros receberem oficialmente as suas referidas denominações, seus habitantes e populares não as reconheceram com tais nomes. Elas haviam sido batizadas já há bastante tempo por apropriações que eram consideradas pela elite local como designações vulgares, razão pela qual a população continuava se referindo a nomes identificados com seu cotidiano. Assim, algumas delas eram conhecidas, como Beco das Fontes, Praça do Espeto, Castelo do GMC, Escama de Peixe, Rio da Sofia, Rua das Princesas, Beco do Cacetete²⁹, Rua Estreita, Rua das Areias, entre outras denominações com as quais a sociedade sousense já vivia se familiarizado, e todos sabiam a localização de cada uma delas, sem a necessidade de placas para designá-las.

De acordo com Arrais, o projeto de transformação urbana em Recife, através da nomenclatura das ruas da cidade, não surtiu o efeito desejado pelo poder público. Os novos nomes que correspondiam a nomes de “heróis brasileiros” eram, na verdade, desconhecidos pela população recifense. Portanto, “esse patriotis-

²⁹ Cf. FORTE, Gastão de Medeiros. *Minha terra, minha gente*. S/L: s/e, 1979, p. 14.

mo toponímico não passou pela prova do cotidiano da cidade”, e as antigas designações continuaram a ser evocadas. E dos novos nomes, poucos “persistiram na boca do povo. Poucos mereceram o reconhecimento consagrador da população”³⁰.

Os nomes dos logradouros estavam carregados de um desejo de ressignificação do espaço público, dando-lhe um caráter de ordem. Contudo, as alterações materiais foram muito mais intensas. Dos logradouros que mais sofreram alterações em Sousa, um nos chama a atenção. Trata-se de um extenso campo aberto, situado na parte que compreendia o pátio frontal da Igreja do Bom Jesus Eucarístico e que era ladeado por duas ruas: a Presidente João Pessoa, à direita, e a Rua Coronel José Gomes de Sá, à esquerda. Ao fundo, a Travessa Dr. Silva Mariz, atualmente denominada de Luciander Rocha Melo de Lucena. Esse largo passou por diferentes experiências modernizantes, em anos posteriores à época em que foi feita a fotografia abaixo.



Fotografia 04: Largo do Bom Jesus, década de 1930. Fonte: FERRAZ, 2004, p. 57.

³⁰ Cf. Idem, p. 350.

Ela, de fato, revela um espaço vago, que se estende em sentido leste, do qual o fotógrafo se afastou para obter a imagem escolhida e foi ao encontro da Igreja Bom Jesus Eucarístico e de onde captou, com seu equipamento fotográfico, aquele instante. Na margem esquerda, fica a Rua Coronel José Gomes de Sá, onde se percebe a permanência da arquitetura colonial. Ao fundo, um quarteirão constituído de casas comerciais, la-deando uma das entradas do mercado público. O último prédio à esquerda que, até os fins dos anos de 1950, abrigava a antiga Prefeitura, passou por algumas reformas, que ressignificaram sua arquitetura, talvez por força das influências de gerações que desejavam uma cidade dentro dos moldes de uma estética urbana mais plausível. Veem-se na imagem, em segundo plano, as torres, ainda em construção, da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios. Na margem direita, a Rua Presidente João Pessoa, onde fica visível a arquitetura com estilo eclético do antigo Colégio Comercial, hoje Colégio José Viana. De um lado, a Igreja do Bom Jesus Eucarístico; do outro, o centro comercial. Também nos chamam a atenção as mudas de plantas às margens das ruas laterais, o que irá confluir com a ideia de progresso.

As fotografias seguintes nos fazem atestar essas transformações por que passou aquele logradouro. As construções, nessa antiga área, sofreram sucessivas demolições e reconstruções que acabaram por fechar todo o largo. Tais práticas envolvem desde a construção da Praça do Largo do Bom Jesus e sua demolição e, em seguida, sua ressignificação e uma segunda denominação, a Praça do Espeto, por apropriação da própria comunidade. Nas décadas de 1950 e 1960, foram construídos os edifícios do Hotel Gadelha e, em seguida, a leste, o Banco do Nordeste e a Prefeitura Municipal, mais precisamente, em 1968, o que foge da delimitação temporal que estabelecemos nesta pesquisa.

Na imagem seguinte, notamos o quanto o Largo do Bom Jesus é praticamente irreconhecível, quando comparado ao logradouro mostrado na fotografia nº 04. Esse quadro de transformação se encontrava em conformidade com o que ocorria nos grandes centros urbanos, visto que o prefeito da época fora tomado pelo entusiasmo causado pelo ideal de modernidade e progresso. É provável que não só as pessoas que representavam o poder público, mas parte de seus habitantes tivessem interesses em renovar e ressignificar o espaço urbano.



Fotografia 05: Praça Bom Jesus Eucarístico, 1945. Fonte: FERRAZ, 2004, p. 62.

Essa imagem nos revela outra cidade sousense. Ela expressa características peculiares de um espaço urbanizado. Essa conclusão se deve à presença visível de alguns elementos ditos modernos: a iluminação pública, com postes que exibem rebuscado trabalho e suas preciosas luminárias; a arborização, que denuncia a presença de uma atividade de jardinagem, com pequenas árvores e rosas dispostas com certo cuidado; fora também feita a pavimentação do logradouro, o que, possivelmente, corroborava com o desejo de muitos cidadãos, que a tomavam como um dos parâmetros do processo de urbanização. Aos fundos, é possível ver parte do coreto que fora construído no final

da década de 1930 e que, posteriormente, acabou sendo demolido. A imagem do Bom Jesus Eucarístico é a parte central privilegiada pelo fotógrafo. Trata-se de um monumento que representa todo um imaginário criado ao longo de um século. Aos fundos, há um quarteirão constituído de prédios conjugados que abrigavam casas comerciais e que se avizinhavam ao Mercado Público, situado no quarteirão seguinte. Em segundo plano, aparecem as torres já concluídas da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios. A sombra denuncia que a imagem fora captada nas últimas horas da manhã, técnica utilizada na referida época para se obter melhor resultado. Para os fotógrafos, esse horário era o momento que oferecia melhores condições de ambiente para a captura dos elementos e a constituição do quadro fotográfico que esses profissionais desejavam produzir.

Pensamos, então, como deveria ser o cotidiano ali. Todo esse cuidado estético que nos mostra a imagem era para dar à cidade um espaço digno de conforto. É possível que se tenham convergido para lá muitos de seus habitantes, no sentido de desfrutar bons momentos de lazer, juntamente com outros jovens que passaram a frequentar costumeiramente esse espaço. A presença de pessoas jovens na praça revela o quanto aquele espaço era importante no cotidiano local. A escolha da posição pelo fotógrafo ou os atores inseridos em cada uma delas nos revelam o sentimento de autorrepresentação e a sensibilidade produzida por um lugar público que foi transformado em lugar de passeio digno para todos os sousenses.

Esse mesmo espaço sofreu, em anos posteriores, intensas transformações, que o redefiniram de uma vez por todas. No ano de 1958, a Prefeitura Municipal concedeu o terreno da Praça do Bom Jesus, numa área correspondente a 50 metros quadrados, ao Banco Industrial de Campina Grande para a

construção de uma agência e um hotel³¹. Tal medida do poder público decorria das fortes consequências da crescente produção algodoeira, que fazia movimentar ainda mais forte o comércio da cidade e da região.

Ainda sobre a última fotografia, a Igreja do Bom Jesus Eucarístico, cuja construção iniciou em 1855, passou por algumas reformas que acabaram por redefinir a sua estrutura externa, ganhando, na década de 1930, fortes traços da arte nouveau. Após a reforma, a igreja se aproximava muito mais das linhas arquiteturais da modernidade que do aspecto de sua construção do Século XIX. Não obstante, no ano 1962, desapareceu do local. Por ordem do prefeito municipal, foi demolida. Alegava-se o bloqueio da Rua Coronel José Gomes de Sá³², possivelmente, no desejo de oferecer continuidade à rua e abrir espaço em nome não se sabe de que.

De que estaria carregada essa ação “demolidora” ou, como diríamos, reformadora? Haja vista a igreja ser reconstruída na década de 1970, nas proximidades de sua antiga edificação³³. Essa prática de abertura de ruas e avenidas foi marco de ideais progressistas que apostavam nessa intervenção para modernizar as cidades, como é o caso de Campina Grande. De acordo com Cabral Filho, as intervenções do prefeito Vergniaud Wanderley, nessa cidade, eram uma operação desejosa de uma modernização urbana, como é o caso do prolongamento da Avenida Floriano Peixoto, em que “Wanderley não se constranheu em mandar demolir quase tudo o que estava encontrando

³¹ Cf. Prefeitura Municipal de Sousa. Lei nº 271, de 31 de dezembro de 1958. Sousa, 1958.

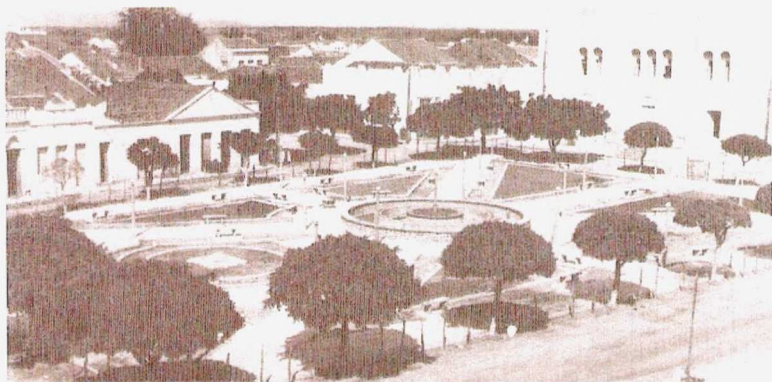
³² Cf. FERRAZ, 2004, p. 65 e 67.

³³ A esse respeito, alguns escritos apontam sinais e vestígios nas cidades. Cf. GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes que ninguém conte**. João Pessoa: A UNIÃO, 1986; e FERRAZ, 2004, p. 64-65.

pela frente”. Para esse historiador, tratava-se de “uma febre que tomava de assalto os administradores de então”³⁴.

Durante as décadas de 1920 a 1950, correram várias demolições na cidade. Vejamos, por exemplo, o caso do cruzeiro edificado em frente à Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, demolido nos primeiros anos de 1930³⁵. Essa intervenção ou alteração em tal espaço esteve ligada ao desejo de se construir uma nova cidade? Poderíamos afirmar que essa prática estaria ligada à ideia de progresso? Não se duvida de que essas intervenções estivessem pautadas em um novo ideário conhecido como modernidade.

Desde 1930 às décadas seguintes, são notáveis grandes transformações por que passou essa pequena urbe. Que razão explica esse cuidado do poder público com a cidade e sua estética urbana? Que interesses se encontravam por trás do ideário progressista? Qual era o sentido daquela praça para os sousenses? As praças, nas cidades modernas, além do embelezamento da urbe, convidavam ao lazer.



Fotografia 06: Praça Capitão Antônio Vieira, década 1950. Fonte: FERRAZ, 2004, p. 39.

³⁴ Cf. CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada**: Campina Grande em imagens e histórias. Campina Grande: EDUFPG, 2009, p. 60 e 61.

³⁵ Cf. FERRAZ, 2004, p. 15.

No largo situado na parte posterior da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, foi empreendida uma pavimentação, constituída de vários círculos construídos em cimento. Por conta desse desenho na pavimentação, o largo ficou conhecido popularmente por “Praça dos Buracos”. Com a restauração que se vê acima, passou a ser denominada oficialmente de Praça Capitão Antônio Vieira, embora não perdesse a última denominação. Como já vimos acima, essas ações não foram efetuadas apenas em um único ponto da cidade, mas em diversos locais, de maneira que abraçavam grande parte dos seus logradouros. A reurbanização desse espaço ocorreu no período que se estende de 1955 a 1957³⁶.

Em primeiro plano, paralelamente à sequência de árvores, podemos ver a disposição de uma cerca de arame que parece proteger todo o logradouro. Possivelmente, vinha atender às exigências de arborização e jardinagem e evitar qualquer invasão de pessoas e/ou animais que viessem danificá-lo no período de sua reforma. Além da presença de postes de iluminação em maior número, que dispunham de luminárias trabalhadas em estilo inglês, também uma significativa quantidade de bancos ordenados assimetricamente permite lembrar sobre a possibilidade de haver uma intensa sociabilidade naquele local. O número de luminárias expostas por todo o logradouro nos permite pensar que ali as noites eram muito divertidas, graças à iluminação, o que nos leva a imaginar no fluxo de passantes à noite, de flertes e de namoros. Na margem direita acima, a parte posterior da Igreja, com sua nova roupagem arquitetônica. Em segundo plano, a Rua Pedro Vieira da Costa corre paralelamente à Rua Sargento Edésio. Embora, nos grandes centros, como

³⁶ Cf. Idem, p. 39.

João Pessoa e Campina Grande, a pavimentação já fosse uma grande exigência do projeto urbanístico, as principais ruas sou-senses continuavam em chão batido, o que causava transtornos aos moradores, devido à constante presença de poeira ali, no período de grandes estiagens, e em estações chuvosas, o lamaçal tornava difícil o tráfego. Essa prática somente será iniciada ali nos fins dos anos 1940.

Apesar de a identificação dos elementos constitutivos da imagem acima ser relevante para uma leitura sobre o passado, o que nos chama mais a atenção na fotografia é a transcendência de toda essa discussão. Para nos ajudar a pensar essa transcendência, recorreremos, então, a Walter Benjamin. De acordo com esse filósofo alemão, há uma tendência crescente e apaixonada do homem contemporâneo em “fazer as coisas se aproximarem de nós, ou antes, das massas”, além da ambição de alcançar “a superação do caráter único das coisas, em cada situação, através da sua reprodução”. Tanto é crescente essa paixão que, a “cada dia, fica mais irresistível a necessidade de possuir o objeto de tão perto quanto possível, na imagem, ou melhor, na sua reprodução”³⁷. Ao considerarmos esse pensamento benjaminiano, podemos afirmar que a produção da fotografia acima nos suscita a ideia de propriedade. Talvez, a atitude do fotógrafo de guardar, documentar aquele momento para si não se resume a uma atitude de “proteção contra o tempo”, mas a de, também, apropriar-se da coisa em si, da praça, tê-la para si. E se a fotografia é, também, uma obra do seu criador, então, o que suscitou criá-la? Isso nos leva a pensar no desejo que teve o autor de reproduzir a imagem fotográfica. O fato é que o discurso de modernidade

³⁷ Cf. BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 101.

e de progresso aparece representado no ato de criação e reprodução da fotografia.

Quando o espaço foi reordenado, continuou ganhando um novo aspecto, que ia de mãos dadas com os desejáveis projetos de muitos cidadãos influenciados pelas transformações urbanas ocorridas nas cidades de Campina Grande, João Pessoa, Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro. Fossem as viagens que empreendiam aqueles complexos demográficos fossem as informações que recebiam através de propagandas e noticiários nas colunas de jornais e revistas nacionais que também circulavam na região, a elite de Sousa estava contaminada por esse processo modernizador, que acabava por contagiar os pequenos núcleos urbanos.

Com tudo isso, Sousa apresentava, no início dos anos 1950, uma nova visibilidade graças às transformações urbanísticas ocorridas nas últimas décadas. É nesse sentido que a urbe é apresentada por certo colunista de um jornal de um dos núcleos urbanos adjacentes como correspondente dali. O dito periódico ressalta a modernidade e o progresso que aquela cidade estava vivendo:

A remodelação de praças e largas avenidas e aumento de ruas, a construção de prédios, fábricas e uzinas transformaram a antiga Jardim do Rio do Peixe numa moderna cidade a par do considerável progresso que vai fazendo a glória dos seus cinco mil habitantes³⁸.

Aquela pequena urbe, a acanhada Jardim do Rio do Peixe de outra década, transformara-se numa cidade moderna, de

³⁸ Cf. *Jornal Correio do Sertão*. Cajazeiras, Fev/1952. Ano III, Nº 7, p. 4.

acordo com os padrões da referida época, que revela uma nova Sousa. Para muitos, foi o progresso que a tirou de uma “era estagnada”. Aquela cidade “mudou com a nova fachada da igreja do Bom Jesus, com a conclusão das torres da majestosa Matriz em estilo romano moderno, em cujas flechas se avistam à noite e de longe cruzeiros de luz elétrica”. Isso, certamente, graças às autoridades eclesiásticas que, tão dedicadamente, trabalharam para tal fim. E tudo isso “a fim de que os indestrutíveis marcos da fé cristã dos antepassados tomassem a forma elegante das igrejas modernas”³⁹.

Isso tudo porque a cidade de Sousa teria sido comparada, ainda segundo a mesma matéria jornalística, por um viajante que ali passou em outros tempos a “uma moça velha que tinha sido bonita no verde de sua juventude”. Feita essa analogia, o colunista arremata sem hesitação: “de fato, ele tinha razão. O aspecto desleigante dos principais templos deteriorados com os seus campanários (sic) iniciados e carcomidos pela ação do tempo dava a impressão desagradável ao visitante ou viajor”⁴⁰.

O fato é que existia tal versão especialmente para a elite, que desejava uma cidade da ordem, conforme seus estereótipos urbanos, que consideravam a estética como um dos requisitos necessários para a ordem da vida urbana. O mesmo não acontecia com a maioria da população.

³⁹ Cf. Idem, p. 1.

⁴⁰ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, como nos documentos escritos, também na fotografia a cidade dá-se a ler nas representações que se fez de uma realidade e dos desejos dos homens e das mulheres que a habitaram e a reinventaram, subtraindo traços e ressignificando espaços. Tais imagens nos apresentam não apenas o que a cidade – aqui representando os que a planejaram, redefiniram-na e nela interferiram - desejou ser, mas também o que ela não desejou. Em outras palavras, não contamos, na fotografia como fonte histórica, apenas com os elementos presentes que a constituem, mas também com o que se fez ausente no devido instante. Toda ausência se encontra carregada de uma ausência. As sete fotografias parecem trazer, para nosso devaneio, sete cidades diferentes, quase todas solitárias, mas que, em cujo interior, pulsa uma animosidade latente, que lhe dá sentido e importância.

Entendemos que as várias representações da cidade, todas elas investidas de um ideário de modernidade e de progresso, são feitas por diferentes temporalidades no decorrer de quatro décadas. Cada geração constituía, através de suas experiências, uma maneira de representar a cidade, que deveria se encontrar em conformidade com os grandes centros urbanos.

As alterações das paisagens não se constituíam apenas em um novo espaço físico, mas e, sobretudo, num lugar social, que passava a ganhar significado como territórios de determinadas práticas culturais, porquanto não se modificava apenas o logradouro, pois as ruas laterais também passavam a ganhar uma nova paisagem e a adquirir outra ressignificação. As novas espacialidades eram resultado de um desejado mundo civilizado. As praças, por exemplo, passaram a ser construídas e/ou reformadas com o objetivo de oferecer condições para a operação de novas sociabilidades.

Formato 15x21 cm
Tipologia Adobe Garamond Pro
Papel Offset
Nº de Pág. 200

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUFCG

